

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Juliano Hiroshi Ikeda Ishimura

**A PRAÇA JOÃO PINHEIRO: cidade, memórias e viver urbano.
Pouso Alegre, 1941-1969.**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

**SÃO PAULO
2008**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Juliano Hiroshi Ikeda Ishimura

**A PRAÇA JOÃO PINHEIRO: cidade, memórias e viver urbano.
Pouso Alegre, 1941-1969.**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob orientação da Professora Doutora Maria do Rosário Cunha Peixoto.

**São Paulo
2008**

Banca Examinadora

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Ikeda.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas acompanharam de perto a trajetória deste trabalho, em especial, agradeço à professora Maria do Rosário Cunha Peixoto pela paciência, dedicação e rigor, desde o meu processo de seleção no Programa de História da PUC-SP até a redação da dissertação. Agradeço também, a maneira sempre carinhosa como conduziu a relação orientador/orientando.

Entre as pessoas muito especiais a minha mãe Maria Ikeda, pelo esforço, confiança e apoio depositados em minha pessoa em todos os momentos e sentidos, fosse na alegria ou aflição, preocupação e comemoração, vencemos! Junto a ela, meu muito obrigado vai a minha tia (não biológica, porém muito mais presente) Maria da Conceição Santos Silva, pela fé, incentivo e amizade sinceros durante todos esses anos. Sem sua ajuda, não seria possível o contato e a apresentação a muitos depoentes nesta pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer as pessoas que fizeram este Mestrado acontecer, contribuindo de formas diferentes, cada uma a seu modo, para que eu pudesse, hoje, estar aqui. A professora doutora Andréa Silva Domingues que sempre manteve a esperança em mim, contribuindo com dicas, sugestões, críticas (no trabalho e na vida). Muito obrigado a ela que me acompanha desde a graduação. A querida professora Olga Brites, que logo no primeiro semestre me acolheu na PUC-SP e me apresentou a São Paulo de maneira fundamental, ajudando nas horas mais conturbadas de dúvidas, dificuldades, mas principalmente, a agradeço pela agradável companhia e pela identificação que teve com minha pessoa durante estes últimos dois anos.

Tenho uma dívida imensa e indescritível a qual não posso “pagar” com os depoentes, sem os quais, seria impossível a confecção desta pesquisa. A todos, meu muitíssimo obrigado, por confiar, na maioria das entrevistas realizadas, a um quase desconhecido, memórias e experiências de vida tão íntimas e pessoais.

Agradecimentos ao Museu Municipal “Tuany Toledo”, em Pouso Alegre, principalmente, ao senhor Alexandre Araújo, pela paciência e pelo acesso ao acervo de jornais e Atas da Câmara Municipal, fontes documentais riquíssimas que se não

fosse o apreço do Diretor da instituição, estariam escondidas e esquecidas, em poder de alguns particulares, como ainda há em Pouso Alegre. A Gisele e Maíke pela simpatia e receptividade que me recebiam, nos períodos da tarde no Museu e pelas horas a fio de conversas e risadas. A “tia” Suely que sempre foi muito solícita durante as visitas. Vale lembrar a contribuição do senhor Itamar Coutinho do Departamento de Patrimônios da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre.

Não poderia deixar de agradecer aos verdadeiros e poucos amigos que tenho. Ao professor, colega de graduação e amigo Alencar Silva e sua família, pela amizade sincera, humildade e seu jeito “garoto” de ser. Obrigado pelos finais de semana de aventuras no “Rpg” e pelas boas risadas!

Um muito obrigado ao meu amigo/irmão de longa data, Fernando Pereira Herculano e sua esposa Mara, pelos momentos “gamers” em sua residência, nos finais de semana. Vocês são muito especiais! Através deles foi possível conhecer o Flávio, ser simpaticíssimo e cheio de graça!

Aos amigos Danilo Barcelos e Luis Gustavo, pela companhia nos jogos, em geral! A galera do futebol nosso de cada sábado, Fernando e Lucas Fernandes, “Big”, Renato, Schneider, Pepe, Inácio, Werner, Denis, Cebola e, raramente, Bruno “fanho”, Volpiano e ao Kleber Bonfim e família.

Por último, mas não menos importante, à CAPES pelo financiamento parcial deste estudo, sem o qual não seria possível sua realização de forma alguma. Ao mesmo tempo, gostaria de agradecer a todo o departamento de História da PUC-SP, em especial as professoras Yara Khoury (muito obrigado pelas considerações pontuais durante a banca de qualificação e todo o carinho nesses 2 anos de Mestrado), Maria Odila e Heloisa de Faria Cruz pelos diálogos, referências e disciplinas ministradas com tanto empenho, fontes de constantes discussões, fundamentais durante todo o trabalho.

E também a professora Mirna Busse Pereira, pelas generosas palavras e intervenções, durante a banca de qualificação.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I: Educação, Saúde e Infância: do Parque agradável ao espaço útil.	20
Capítulo II: O Parque Infantil: espaço de recreio, lugar de disciplinarização	64
Capítulo III: “A Praça que Abraça o Futuro”	110
Considerações Finais -	149
Fontes -	155
Bibliografia -	159
Anexos -	161

RESUMO

Na dissertação intitulada “*A Praça João Pinheiro: Cidade, memórias e viver urbano. Pouso Alegre, 1941-1969*”, é tecida uma reflexão sobre as intervenções urbanísticas de grande impacto, na Praça João Pinheiro, que tornaram-se o mote para o desenvolvimento desta pesquisa. As muitas histórias e memórias levantadas nos depoimentos de usuários, freqüentadores e representantes do poder público municipal, associados a outros documentos escritos como a imprensa, as Atas da Câmara Municipal e as memórias escritas, revelaram significados múltiplos que essa Praça teve para a cidade e sua vida cotidiana. Os efeitos das intervenções no modo de ver e vivenciar o espaço são fundamentais neste trabalho. Busquei estabelecer um diálogo constante com diferentes tipos de fontes, cujo objetivo maior foi construir uma história multifacetada daquele território, capaz de desmistificar as imagens que pesavam sobre a Praça, dona de valores e regras próprias.

Uma cultura da saúde e da infância marcou a Praça João Pinheiro e seus arredores. O peso das idéias higienistas, a repressão da sexualidade feminina e as manipulações ideológicas mostram que instituições como os Parques Infantis e os Dispensários são mais do que lugares de lazer e aprendizado, são locais de disciplina e reclusão. Repleta de disputas e alianças sociais, a pesquisa, dividida em três partes, revelou gostos e sensibilidades que, por vezes, não são mais visíveis no cotidiano da cidade atual.

A primeira parte pesquisada refere-se ao processo de ocupação e criação da Praça João Pinheiro, que se deu no início do século XX. O outro momento foi o da criação e instalação do Parque Infantil “Major Dornelles”, na primeira metade da década de 1940. Por último, procurei o processo de criação da Estação Rodoviária e da sede da Prefeitura Municipal, que se deu no final da década de 1960.

Palavras-chave: Cidade, memória, História Oral, Experiência.

ABSTRACT

In dissertation intitled “*The Plaza João Pinheiro: city, memory and live urban.Pouso Alegre city, 1941-1969.*” sews together a reflection about the urban interventions of significant impact, in the Plaza João Pinheiro, became the theme for the development of this research project. The many histories and memories recounted in interviews with users, passers-by, and the city’s public sector representatives, interwoven with other documents both written as the press, the act of Municipal Chamber and written-memory reveal the varied meanings the plaza, has had for the city and your’s everyday life. Fundamental to this study are the effects of this intervention on the way of to see and living with the plaza as a space. I searched therefore establish a continuous dialogue with different kinds of legal, whose objective of making up a multi-faced history of that territory, able to deconstruct the several images that were attached to the Plaza, with its own rules and values.

A culture of health and infancy it marked the Plaza João Pinheiro and its outskirts. The weight of hygienist ideas the repression of feminine sexuality and the ideological manipulations show that such institutions as the Infantile Parks and the Dispensaries they are more of the one than leisure and learning places, they are local of disciplines and reclusion. Replete of social disputes and alliances, the research, divided in three parts, besides disclosing and feelings, some of which cannot be seen in the daily life of the city nowadays.

The first part searched deals with the process of occupation and building of Plaza João Pinheiro, which was done in the beginnings of the XX century. Another one of the moments was the proposal and installation of the Infantile Park “Major Dornelles”, in the first half of the 1940’s. For the last on it was I looked for to examine the process of establishing the bus station and the town hall headquarter in the final years 1960’s.

Key-words: The City, Memory, Oral History, Experience.

Introdução

De início o que moveu nossa atividade acadêmica, acerca da temática da pesquisa foi a possibilidade de pensar na historicidade, não apenas pela perspectiva do poder público local e dos projetos de urbanistas, sanitaristas e reformadores, mas buscando compreender as políticas públicas na relação com as práticas dos moradores da cidade, indagando sobre os usos e as formas de apropriação dos espaços. Estudar e poder, ao mesmo tempo, colocar em evidência as práticas e o cotidiano das “pessoas comuns”¹ que viveram e frequentaram a Praça João Pinheiro, durante as décadas de 1940 a 1970, é um dos interesses desta pesquisa, retratando e interpretando as experiências de vida às relações existentes, compartilhando sua pluralidade para destacar tais vivências.

Na História escrita e produzida sobre o município de Pouso Alegre, coube, nas páginas publicadas de uns poucos membros pertencentes às famílias de fazendeiros, latifundiários e donos de estabelecimentos comerciais aparecer como os “grandes bem-feitores”, responsáveis pela configuração atual da cidade. O espaço da Praça João Pinheiro é situado com uma importância ímpar para Pouso Alegre, ou assim deveria ser para os pouso-alegrenses, enquanto marco fundamental da cidade, forjando-se uma “memória oficial” que se propunha a descrever e remeter sua importância a esses personagens “primordiais”².

¹ Ver: HOBBSBAWN, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 229.

² Segundo a versão mais corrente, a história de Pouso Alegre, teria início junto as expedições dos Bandeirantes, durante o século XVIII, quando estes teriam encontrado as primeiras minas nas localidades de Ouro Fino e Santana do Sapucaí, passando a integrar importante rota entre as cidades de Vila Rica e São Paulo. Pouso Alegre, localizava-se em meio a este trajeto, costumeiramente, conhecida pelos viajantes devido as paradas obrigatórias que faziam num rancho nas proximidades quando ocorriam as enchentes no rio Mandú. A partir daí veio a primeira denominação Pouso do Mandú, que entre outras atribuições, tinha como uma de suas principais funções, além de estada para viajantes, a vigília contra o desvio e/ou contrabando de metais preciosos extraídos nas cidades vizinhas. Nesse período, contava apenas com as estruturas do rancho, uma fazenda e uma venda, que com o passar do tempo e a chegada de uma demanda cada vez maior de pessoas, foi surgindo novas necessidades de melhoria, tendo como uma das primordiais, a construção de um templo Católico para a plena realização de seus fiéis, já que estes tinham que se deslocar para Santana do Sapucaí. Com isso, foi erguida através de recursos doados pelos moradores uma capela em terras, também doadas por fazendeiros. Neste ponto há divergências entre as versões do real doador das terras para a construção. Depois da capela, foi-se a mesma reconhecida pelo Príncipe Regente Dom João em 1799, consagrando-a ao Bom Jesus do Matozinho, contribuindo para que fosse o povoado reconhecido como arraial do Bom Jesus do Matozinho do Mandú. Em pouco mais de uma década, com a vinda do padre José Bento, em 1811, o arraial passou para freguesia e de

Porém, basta um passeio local pelo centro urbano de Pouso Alegre, com um olhar mais atento, para garantir a percepção de diferentes temporalidades na superposição de estilos arquitetônicos, na aparência das praças, ruas, avenidas e edificações, ou seja, uma heterogeneidade cultural, diferente daquela proposta ressaltada na História escrita até então. Nesse sentido, a reflexão trazida por Beatriz Sarlo acerca dos significados das diferenças, contribuiu de maneira significativa na compreensão da diversidade do social enquanto qualidades alternativas, onde se despem tendências ocultas que questionam ou subvertem a ordem.³ Num primeiro momento, essa foi uma das primeiras inquietações que impulsionaram este trabalho.

Numa das incursões realizadas, andando pela cidade, deparei-me com um lugar um tanto quanto peculiar, em seu centro: a Praça João Pinheiro. Naquele momento, em 2004, ainda na graduação⁴ em História, lembrei que poucos dias antes havia me sentado no sofá de casa com intuito de recordar momentos passados em minha infância ao observar algumas fotografias, guardadas em álbuns de família, organizadas dentro caixas de camisa, nos fundos do guarda-roupa.

Olhando para a Praça e lembrando das imagens produzidas por meus pais em meados da década de 1980, percebi mudanças drásticas naquele espaço, não havia mais bancos para se sentar, fontes jorrando água para se observar, o movimento de pais, mães e seus filhos a passear, senhores e senhoras caminhando ou se aprazendo à sombra das árvores, trocando experiências e opiniões sobre os acontecimentos, enfim, todos aqueles elementos que pareciam compor a praça

freguesia a categoria de Paróquia, sendo este reconhecido como o principal bem-feitor no crescimento populacional, cultural, político e religioso, o que levou em outubro de 1848, a se emancipar politicamente, tornando-se, oficialmente uma cidade. GOUVÊA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2ª edição, 2004, p. 13-27.

³ Ver: SARLO, Beatriz. “Um Olhar Político em Defesa do Patrimônio na arte”. In: *Paisagens Imaginárias: intelectuais e meios de comunicação*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 55-63.

⁴ Esta pesquisa é fruto de reflexões feitas desde o ano de 2004, ainda na graduação. Naquele período, a prática da pesquisa, bem como o seu interesse estavam nebulosos em minha cabeça. As dificuldades financeiras pelas quais eu e minha família passávamos, assim como a vontade em terminar o curso superior, com a possibilidade de galgar degraus “mais altos”, aprimorando minha qualificação profissional, me impulsionaram a buscar na pesquisa um caminho para que estes objetivos e seus conseqüentes obstáculos fossem superados. Vi na Iniciação Científica uma chance de amenizar os problemas financeiros e de quebra a chance de adquirir uma disciplina mais rígida em relação à postura acadêmica, exigindo mais de mim mesmo nos esforços referente as leituras e ao amadurecimento da minha relação com o corpo docente, como pessoa e com a própria disciplina da História. Graças à implementação da Iniciação Científica na Universidade local, da Bolsa conferida através da FAPEMIG, do incentivo e encaminhamento do corpo docente, pude chegar ao Mestrado na PUC-SP.

como um local que fortalecia os elos de sociabilidade entre os moradores e a cidade, algo que atraia a atenção e principalmente a identificação com aquele local.

As alterações realizadas nesta paisagem, “natural”, da Praça João Pinheiro, remota na minha existência de vida, provocava uma reação e uma sensação de que as ações de intervenção, levadas a cabo pelo poder público local, haviam modificado inexoravelmente não a praça em si, mas acima de tudo, minha percepção do centro da cidade e os usos que as pessoas faziam dele. Lembranças da infância vieram à tona, de forma a recompor um sentimento, momentaneamente vazio junto aos fragmentos que me sobraram dos bancos, das árvores, das fontes, das pessoas e principalmente da relação que se estabelecia naquele local em determinado momento da minha existência.

Novamente, tomei como base para a questão das transformações no espaço e sua relação com o sentimento de identificação dos indivíduos, as reflexões realizadas por Benjamim, no artigo “*experiência e pobreza*”, quando ele se perguntou, assim como eu naquele momento, sobre qual seria o valor de um “patrimônio cultural se os sujeitos deixaram de se vincular a ele pela experiência⁵?”.

A partir daí, percebi que a constituição de Pouso Alegre e de seus lugares, como em qualquer cidade, é, antes de tudo, o resultado das ações que os vários sujeitos sociais estabeleceram entre si junto ao espaço (particularmente naquela praça), enquanto um palco privilegiado da vivência e experiência compartilhada, o que, ao mesmo tempo, se torna um exercício de encarar e avaliar as transformações na vida cotidiana cidadina.

Nesse sentido a pesquisa se tornou um desafio que nos colocamos desde o seu início, desenvolvendo vertentes de estudo acerca da experiência social vivida, não só por àqueles a quem nos dirigimos enquanto sujeitos sociais ativos na realidade, subsidiando-nos através de suas narrativas, práticas e/ou expressões de práticas, mas também, por se tratar de um exercício de sensibilidade, introspecção e prospecção sobre minha própria experiência social, anseios e questionamentos enquanto sujeito participante daquele espaço.

Por isso, nos colocamos no presente de forma crítica, a fim de avaliar constantemente o caminho trilhado até aqui, numa atividade de auto-reflexão intelectual, trabalhando na perspectiva e, ao mesmo tempo, na necessidade de

⁵ Walter Benjamim, *Experiência e pobreza*. In: *Magia e técnica, arte e política*, p. 115.

retirar a História local das “versões autorizadas”⁶ do campo da erudição ou da especulação, trazendo-a para o campo da política e do social⁷. Nesse sentido, concordamos com Déa Fenelon, quando discorre sobre as implicações do historiador de tratar a própria História, enquanto um compromisso no presente, alertando sobre seu envolvimento com o objeto de estudo:

“A idéia do historiador lidar com os acontecimentos de seu tempo... reconhecer-se como sujeito da pesquisa e ter de dimensionar o tempo vivido, na delimitação de um objeto dado, mesmo sendo participante destes projetos analisados é certamente um desafio, que a muito não parece pertencer ao campo da disciplina histórica, reservado que está ao tempo presente; a outros estudiosos do social que não o historiador”.⁸

Penetramos na construção das muitas Histórias e das inúmeras Memórias, pouso-alegrenses acerca da Praça com intuito de desfiar seus circuitos, inscritos através de marcas deixadas em obras, nos monumentos e na própria fala das pessoas que expõe e ocultam tensões, nos textos de memorialistas, na imprensa e nos documentos “oficiais”.

Entre as fontes trabalhadas nessa pesquisa, nas obras de memorialistas locais, a praça, surge escancaradamente como local belo e pleno, de importância sobremaneira na constituição de uma imagem associada à origem da cidade, bem como a afirmação de nomes advindos de famílias tradicionais, permeadas por saudosismos que impingem uma versão da história repleta de “grandes nomes”, marcada pelos feitos e pelo tempo de homens proeminentes de setores mais abastados do social. Procurando cristalizar essa história e essa memória durante o decorrer do tempo e das gerações na cidade, lançando mão de veículos como a literatura e a poesia, forjando alianças com a política através da imprensa e de espaços de sociabilidade restrita (clubes exclusivistas), linguagens e lugares, a “elite”⁹ pouso-alegrense utilizava a Praça para apresentá-la como espaço

⁶ Gostaria de destacar que estão sendo trabalhadas obras de memorialistas de Pouso Alegre entre eles: GOUVÊA, Octávio Miranda. A História de Pouso Alegre. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, -2ª ed; 2004. A título de curiosidade alguns destes autores, devido às suas publicações se “auto-intitulam” historiadores da cidade o guardiões da memória, como é o caso de Eduardo Toledo e sua obra Estórias do Mandú de 1998.

⁷ Ver FENELON, Déa. CRUZ, Heloísa Faria. PEIXOTO, M.^a do Rosário. Muitas Memórias, outras Histórias. SP: Olho d'Água, 2003. cuja introdução recupera o conceito de contemporaneidade e de olhar político trabalhado por Beatriz Sarlo, que trata do comprometimento do pesquisador com as transformações da sociedade da qual faz parte.

⁸ FENELON, Déa. Apresentação. In: Souza, João Carlos. Na Luta por Habitação, São Paulo: EDUC, 1995, p.10.

⁹ O termo “elite” está sendo utilizado neste trabalho quando não se refere, especificamente à classe econômica dominante (fazendeiros, donos de latifúndios, comerciantes), ou seja, o termo não recobre pessoas, necessariamente, pertencentes à burguesia local, mas também aos seus ideólogos: acadêmicos, jornalistas,

harmonioso de convivência, como “o pulmão e o coração” de Pouso Alegre.

Vislumbrei a apropriação do espaço da Praça como lugar privilegiado para compreender como se constituíram experiências sociais que deram sentido a existência da cidade que devido às múltiplas experiências compartilhadas pelos mais variados setores junto ao local, atribuiu-se a ele uma grande importância. Parte da história política, social e cultural de Pouso Alegre aconteceu e continua a acontecer neste lugar. Desvelar estas práticas, saberes e viveres em comum, ao longo do tempo, em meio às disputas de poderes e dos espaços, considerando a dimensão do vivido, surgiu como parte do nosso interesse nesta pesquisa.

Quando nos foi colocada a possibilidade de trabalhar as temáticas, os agentes e as temporalidades “esquecidas”, entre eles a “história dos agentes sem história”, aqueles que não apareciam ou eram, simplesmente, silenciados nas memórias e documentos “oficiais”, numa cidade em que se nega seu lugar dentro de um discurso conservador, para nós favorece a focalização de outras práticas e de uma outra história vinculada a Praça João Pinheiro. Trabalhar o espaço compreendido, como constituinte da trama entre seus agentes que emerge de variadas espécies de fontes, requer apreender sentidos nem sempre explicitamente colocados, cabendo ao pesquisador decodificá-los, interpretá-los e criticá-los na busca de transformar esse emaranhado numa narrativa que expressa múltiplas relações entre público/privado, espaço/tempo, sujeito/objeto, noções que não se dissociam, mas interagem entre si.

Enveredar pela História do cotidiano¹⁰, buscando aquilo que não está explícito ou dado como pronto da maneira como está apresentado até então, mas sim, ocultado, silenciado, revelando experiências sociais diferenciadas capazes de ampliar o entendimento não de um passado estático, mas latente no tecido social, na busca de aproximar um olhar reflexivo sob suas malhas, verificando o sentido e sobreposições de fios de relações sociais é o desafio deste trabalho.

Para tanto busquei dialogar com pessoas nas ruas próximas a Praça João Pinheiro que conhecessem histórias do local, vizinhos que moravam/moram nas adjacências e que vivenciaram/vivem por um período maior de tempo o espaço da

inspetores sanitários, médicos, odontologistas, advogados, políticos (ex- administradores do Executivo e Legislativo), entre outros.

¹⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX. SP: Brasiliense, 1995. pág..20.

praça, acompanhando mais de perto suas fases e suas modificações, porém com intensidades diferentes.

Nos caminhos que percorri a procura de pessoas que pudessem narrar suas experiências de vida, a primeira com quem me deparei foi com o senhor Luis de Paiva. Quando procurado em 2004, o senhor Luis nos atendeu com semblante triste e desconfiado. Após se interar sobre as intenções da visita, se negou de imediato a gravar um depoimento, justificando, seu “desanimo” por ter perdido, há pouco, sua esposa. Isso de início nos desapontou um pouco, mostrando que recolher narrativas sobre a vida particular de uma pessoa, tornando sua experiência pública, seria uma tarefa árdua e difícil, porém não impossível. Um ano depois ao tentar outro contato a fim de recolher o depoimento de Luis Paiva, com pesar, soubemos que este havia falecido.

Essa prática de pesquisa, produzindo narrativas orais, revelou reações e situações inusitadas, exigindo atenção de minha parte para lidar com emoções, censuras e fragilidades durante o ato de narrar.¹¹

Apesar das dificuldades iniciais, no decorrer da pesquisa, novas “portas se abriram”, outros depoentes apareceram, ajudando a expandir outros horizontes. Pessoas como o Senhor Saulo Jésus Salles, vizinho da praça desde sua infância, cuja desenvoltura com as palavras cativou-me a simpatia e atenção. Sem dificuldades me contou sobre a sua vida e suas histórias vividas na praça.

Encontrei para além de vizinhos, entre homens e mulheres, ex-vereadores, comerciantes, um ex-deputado, responsável por fundar a mais influente agremiação esportiva no Parque Infantil durante a década de 1940 (a AME), o filho do administrador do Parque, além de ex-prostitutas que atuavam nos arredores da praça e da zona do meretrício, bem como um personagem que “assustava” os transeuntes desavisados durante o período noturno. Ao coletar narrativas de duas gerações¹², foi possível examinar e refletir de que forma interpretaram,

¹¹ Segundo Walter Benjamim, narrar é a capacidade e o momento de troca de experiências. Aquele que narra recorre a suas experiências para transmiti-las a outro interlocutor. In: BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica, Arte e política. Ensaio sobre literatura e História da Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹² Nos referimos as pessoas que vivenciaram o período inicial da década de 1940 e que puderam experimentar o período da praça caracterizado pelo Parque Infantil e pelo intenso funcionamento em seus arredores da zona de baixo-meretrício da cidade, hoje, em sua maioria, contando com mais de 70 anos de idade. Já a “segunda geração” entrevistada, constitui-se de pessoas entre os 50 e 60 anos de idade que ainda vivenciaram o Parque, no início da década de 1960, porém, gradativamente, tiveram que se acostumar com as mudanças implementadas pelo poder público local que instalando a Estação Rodoviária Municipal, ampliando e consolidando a sede do Gabinete do Executivo anexo à obra, propiciou uma enorme demanda de público tanto de dentro como de fora da cidade, atraindo a atenção de comerciantes, ambulantes e da própria prostituição que sofria pressões “populares”

incorporaram, inventaram e adaptaram experiências em seu cotidiano. Procurei dialogar com uma realidade, um processo social, tentando compreender e problematizar as perspectivas dos moradores comuns de Pouso Alegre, centrando as reflexões na Praça João Pinheiro, buscando, também, apreender o que se expressa das relações sociais vividas e como estas são moldadas.

Enquanto pesquisador, conversando com pessoas, busco compreender processos sociais, constituídos num emaranhado de dimensões e tendências em constante disputa.

Devido a estes motivos, a escolha da História Oral como metodologia chave para a elaboração dessa pesquisa, nos pareceu mais adequada, por possibilitar uma maior aproximação com o cotidiano dos agentes históricos e também a perspectiva de enxergarmos a trama das relações sociais vividas entre presente e passado, onde são criados e [re]criados os mais diferentes sentidos a realidade vivida, bem como a produção de consciências e referências identitárias em que Alessandro Portelli nos orienta sobre a importância, ao trabalhar e sondar o processo de visão das pessoas sobre a realidade vivida:

“A história oral ao se interessar pela oralidade procura destacar e centrar sua análise de visão e versão que dinamizam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais”¹³.

Outra questão a qual me deparei ao lidar com memórias e narrativas orais foi a questão das subjetividades impressas nas narrativas desses sujeitos. Encarando essa perspectiva presente nas entrevistas, pude encontrar e incorporar as subjetividades em uma relação de diálogo constante entre entrevistador e entrevistado, uma troca que baseado naquilo que Portelli já refletiu para enfatizar a experiência da entrevista como um experimento de igualdade e ao mesmo tempo um momento de troca de experiências. Com isso pude compreender e avaliar melhor os caminhos trilhados e escolhas realizadas, bem como a própria perspectiva acerca da praça enquanto local de luta e disputa de usos.

e políticas (moralistas) para deixar as casas em que funcionavam, tendo na praça um local para a obtenção de clientes em potencial. As narrativas foram coletadas entre o início do ano de 2005 e 2007, onde optamos em relacionar os depoentes, conforme forem aparecendo no texto da dissertação, nas notas de rodapé, junto a um resumo de sua história de vida e relevância para este trabalho a fim de tornar a leitura desta introdução mais “fluida”. Estes também aparecem ao final do trabalho, junto às demais fontes utilizadas em sua confecção.

¹³PORTELLI, Alessandro. Tentando entender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética da história oral. In: Revista projeto histórico 15. Ética da história oral. P. 16.

Apoiando-me, ainda em Alessandro Portelli, Marieta de Ferreira e outros autores, os trabalhos da memória¹⁴ têm direcionado como premissa que o passado é significado segundo as necessidades e anseios do presente e a partir daí, alertando sobre a importância que implica os usos políticos dessa construção.

Observando as inúmeras implicações e desafios ao lidar com memórias, com narrativas orais, tento problematizar categorias como cotidiano, memória e experiência social sempre tendo em vista as premissas apontadas de conceber como cultura tanto os modos de viver, lutar, trabalhar como os de morar, caminhar e brincar, com intuito de reconhecer os homens e mulheres envolvidos em nosso trabalho, como sujeitos ou agentes sociais. Segundo Marilena Chauí¹⁵, cultura é: *“memória, é política, é trabalho, é história, é técnica, é cozinha, é vestuário, é religião, é festa, etc. Ali onde seres humanos criam símbolos, valores, práticas, há cultura. Ali onde é criado o sentido do tempo do tempo, do visível e do invisível, do sagrado e do profano, do prazer e do desejo, da beleza e da feiúra, da bondade e da maldade, da justiça e da injustiça, ali há cultura”*.

Portanto, compreendemos cultura como os modos de viver cotidianamente, construídos pelos sujeitos sociais em meio a lutas e disputas, uma categoria em construção e constitutiva do social¹⁶.

Com o caminhar da investigação, sobretudo com o acúmulo das narrativas colhidas, as questões principais foram se delineando: como compreender o significado e as dificuldades das mudanças realizadas, percebendo, a maneira como construíam representações acerca da cidade Pouso Alegre e também do local, da praça João Pinheiro? Além do mais, isso também é uma forma de refletir como os usos e costumes se modificaram ou se transformaram no viver urbano e espaço em questão. Aí a problemática se define melhor para considerar como os modos de viver numa cidade interiorana são reinventados pelos sujeitos na Praça João Pinheiro e, nesse processo, como suas identidades são reconstruídas dentro dessa multiplicidade de tempo e espaço.

Assim compreendemos o espaço da Praça João Pinheiro, enquanto território¹⁷ de embates, entre tensões dos mais variados setores sociais, voltados as

¹⁴ Revista Projeto História do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP. São Paulo: EDUC, nº 17, 1998.

¹⁵ CHAUI, Marilena. Política Cultural, Cultura e Patrimônio Histórico. In: O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, DPH, 1982.

¹⁶ Ver: WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

mais diversas práticas que incorporam nos seus modos de ver e viver, marcas e sentimentos de pertencimento àquele espaço, onde a identidade é algo constantemente reinventado em diferentes temporalidades e em diversas circunstâncias históricas.

Com esse intuito, minha proposta não se resumiu apenas a examinar as experiências do cotidiano, mas tentar compartilhar a vivência dos sujeitos, voltando ao local, realizando entrevistas nele, percorrendo caminhos dirigidos por suas lembranças, aproximando ainda mais as pessoas da praça, para melhor compreender seus modos de vida. O ato de lembrar experiências de vida sobre a Praça, na praça, possibilitou ao sujeito que o fez, identificar-se com suas próprias histórias, criando vínculos mais fortalecidos no presente com um passado vivenciado.

A presente pesquisa contou com a visita a vários acervos, na busca de manter um diálogo constante entre diversos tipos de fonte. A primeira das visitas, ocorreu ao Museu Municipal, curiosamente denominado “Tuany Toledo”, em homenagem, ao Prefeito Municipal, responsável pela obra do Parque Infantil em Pouso Alegre que teve como local de instalação o espaço da Praça João Pinheiro no início da década de 1940.

No Museu Municipal “Tuany Toledo”, encontrei um vasto acervo de jornais, cujos exemplares iam desde o século XIX até o ano de 2005.¹⁸ Neste período, as dificuldades de manuseio (muitos exemplares estão expostos em vitrines ou encadernados em pastas, onde não raro uma folha se cola à outra), a falta de espaço físico do local, bem como a precariedade de recursos tecnológicos deste pesquisador e da instituição, foram obstáculos que pareciam intransponíveis. Muitas das informações encontradas nestes jornais acerca da Praça, principalmente nos

¹⁷ O conceito compreende uma categoria de análise que permite pensar os espaços em termos de identidades, já que neles grupos e sujeitos, através de suas relações sociais e experiências de vida, imprimem marcas, histórias e memórias que lhes permitem viver um sentimento de pertencimento e ao mesmo tempo de reconhecimento nesses lugares. In: ROLNICK, Raquel. História Urbana: História na Cidade? In: FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras(orgs). Cidade e História. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, 1992.p. 27-29.

¹⁸ O acervo do Museu Municipal “Tuany Toledo” é o maior e o mais “bem cuidado” da cidade, tendo como colaboradores a própria população que realiza doações de objetos dos mais variados que vão de jornais, fotografias a documentos particulares. Este esforço se deve também, ao diretor da instituição Alexandre Araújo, que a sua maneira tenta preservar parte da história e da memória pouso-alegrense, esquecida e negligenciada em outros setores como a Prefeitura Municipal que ali deposita tudo aquilo que acha “relevante” em relação a história material e patrimonial local, sendo o restante incinerado sem qualquer critério ou orientação.

jornais *O Linguarudo* e *O Município*, tiveram que ser copiadas à mão, transcritos em folhas de cadernos para só depois serem analisados em seu todo.

A partir do final da década de 1930, o apoio de grande parte dos jornais de publicação semanal da cidade, entre eles, *O Linguarudo* e o surgimento do jornal que representasse os interesses do poder público pouso-alegrense, o jornal *O Município*, foi de fundamental importância para políticos, médicos, inspetores sanitários, vereadores e colaboradores para propagar opiniões, questões e direcionamentos na opinião pública, acerca dos mais variados aspectos acerca da vida social e das mudanças que estavam por vir. Antes disso, grande parte dos jornais eram organizados de maneira dispersa em várias publicações esporádicas e efêmeras. Estes jornais serviram para, de alguma forma, compreender parte das expectativas dos colaboradores, diretores, bem como suas articulações e pactos junto a outros setores do social, como os políticos, compartilhando anseios e idéias sobre o impacto das obras na sociedade.

O primeiro desses jornais “*O Linguarudo*”, quando do seu lançamento em 1938, tinha como proprietário Pedro Lúcio de Andrade. Entre outras pessoas “importantes”, contava como um de seus colaboradores com Milton Reis, (deputado estadual e federal), escrevendo poesias sob o pseudônimo de “*O Canarinho*”. Sustentado por um considerável número de assinantes, tinha uma tiragem semanal de 5000 exemplares, foi um dos jornais que mais durou em Pouso Alegre, tendo publicações encontradas até o final da década de 1970. De início suas propostas eram publicar “literatura, propaganda e humorismo”, vide a própria denominação do jornal, que entre outras coisas, noticiava a chegada ou a partida de “personalidades” locais, casamentos, notas de falecimento, e utilizava-se do humor, para se criticar satiricamente obras ou promessas políticas não cumpridas. O que se percebe em suas edições iniciais é um forte apoio às políticas desenvolvidas pelo Prefeito Tuany Toledo.

Porém, segundo Milton Reis, em conversa informal durante a entrevista para este trabalho, o jornal mudou sua roupagem a partir de 1945, devido a divergências políticas de suas críticas dirigidas dois anos antes (1943) ao Prefeito Vasconcelos Costa (sucessor de Tuany Toledo na Prefeitura). A partir daí, de um jornal literário, humorístico e de propaganda, este passou a se identificar com a “crítica, o humor e com a notícia”, enquanto características fundamentais de seu editorial.

Ainda segundo Milton Reis, depois do “ocorrido”, o proprietário Pedro Lúcio de Andrade, viu na crítica humorística e oposicionista aos governantes municipais, uma maneira mais “rentável” de lidar com a imprensa na cidade. Nas palavras de Milton, para o proprietário do jornal, era aquilo que as pessoas queriam ver nos jornais da cidade.

Com feições mais políticas e um conteúdo extremamente formal e sisudo, o jornal “O Município Órgão dedicado aos interesses do Município de Pouso Alegre”, era o órgão oficial dos poderes municipais da cidade. Também criado em 1938, na administração de Tuany Toledo, este se transformou num importante veículo de comunicação entre os Atos do Executivo e a população, mas principalmente numa ferramenta importante de propaganda das obras e dos atos do poder público Municipal. Tuany Toledo que, além de Prefeito, atendia as pessoas como farmacêutico, agora estendia suas “atribuições” a jornalista. Em 1939, se desligou do cargo de Diretor do jornal, segundo noticiado: “devido aos seus encargos como Prefeito Municipal”.

O jornal “O Município”, enquanto um órgão oficial tinha por finalidade, acima de tudo, validar os atos, as obras e os investimentos que estavam sendo executados pelo poder público local. Assim sendo, e devido à falta de outras fontes “oficiais” procuradas e não encontradas nos departamentos da Prefeitura de Pouso Alegre, tais como ordens de serviço, mapas, plantas de construções e obras, documentos sobre doação, interdição ou desapropriação de espaços, o jornal “O Município” foi utilizado e analisado enquanto um documento oficial da Prefeitura de Pouso Alegre.

O critério de seleção adotado foi analisar o nível de envolvimento desses jornais (a maioria em periodicidade semanal) nos acontecimentos relativos à praça, elogiando as obras e intervenções nela realizadas; elaborando o discurso de modernização, muitas vezes em consonância com propostas expostas em âmbito nacional.

Entre as propostas exaltadas, uma que ganhou bastante destaque foi o discurso da infância atrelado a disciplinarização do período extra-escolar, revelando em notas, pequenos artigos e colunas médicas a opinião de “doutores”, sanitaristas, fiscais sanitários e jornalistas, com intuito de orientar e “dar” as diretrizes nas práticas e hábitos do cotidiano popular, em nome de um discurso disciplinar e higienizador, na época que a Praça João Pinheiro abrigou um Parque Infantil (1941-1963).

Defendiam ou divulgavam políticas para a infância e a juventude que, envolviam o período escolar, a prática de exercícios físicos criando uma atmosfera de progresso, de avanço pedagógico que mesclava educação, saúde e mecanismos disciplinares. Exaltava-se agremiações e instituições como a A.M.E. (Associação da Mocidade Esportiva) e os Escoteiros Mirins, criando expectativas em relação às atividades por elas desenvolvidas que, colocaram em voga, valores extremamente recorrentes naquele período histórico como o patriotismo.

Nesse sentido os próprios jornais se denunciam no intrincado jogo de palavras em que se ocultam, nas operações do cotidiano, selecionando, ordenando, silenciando e devolvendo à população sua maneira de pensar e intervir no social, cuja análise sobre o seu discurso não constituirá uma reflexão clássica que trata a palavra impressa como um puro e cristalino registro do que aconteceu, mas como um meio de comunicação, um instrumento de poder, um “ingrediente vital da vida pública”¹⁹.

Muitos se constituem em exemplares originários de doações ao Museu Municipal de Pouso Alegre, muitos desses jornais de propriedade do próprio diretor da instituição (Alexandre de Araújo) e, também, pela inexistência de várias edições, constituindo em alguns casos anos de ausência de um exemplar ao outro, foi mais uma das dificuldades as quais nos deparamos, não podendo por diversas ocasiões, acompanhar o desenrolar das notícias.

A necessidade de prismas diferentes colocados pela pesquisa, nos fez recorrer a outras fontes que pudessem compor um corpo documental mais consistente. Essa busca reflete, até certo ponto, a trajetória trilhada por esse trabalho, as dificuldades enfrentadas, cabendo aqui algumas considerações, quanto ao funcionamento dos órgãos públicos de preservação de fontes oficiais na cidade de Pouso Alegre.

Assim é importante ressaltar como denúncia a questão do descaso dos órgãos públicos, como é o caso de Departamentos inteiros da Prefeitura Municipal, atrelados à falta de preparo dos funcionários (treinamento, reciclagem, falta de interesse para atender as solicitações dos usuários). Inicialmente, procuramos a Secretaria de Obras da Prefeitura, localizada no prédio da antiga Estação Rodoviária. Quando perguntamos sobre mapas, projetos ou documentos relativos à

¹⁹ DARNTON, Robert. e ROCHE, Daniel (orgs.) *Revolução Impressa A Imprensa na França 1775-1800*. SP: Edusp, p. 16.

Praça e ao Parque Infantil, fui orientado à procurar o Secretário de Obras Públicas que nunca estava ou não podia nos atender.

Após muita insistência, este nos mostrou a precariedade dos arquivos que careciam de organização, havendo espaço físico somente para ordens de serviço recentemente despachadas (do ano 2000 para cá). Novamente, fui orientado à procurar a Secretaria de Meio Ambiente, pois ali estaria toda a documentação relativa à Praça, já que a este setor estava delegada a responsabilidade dos cuidados e da manutenção das praças pouso-alegrenses.

Localizada distante dos demais departamentos da Prefeitura, conversamos com uma das responsáveis pela Secretaria de Meio Ambiente, que admitiu ser sua responsabilidade os cuidados com as praças, porém não de sua documentação. A documentação aí encontrada se constituía de projetos recentes, elaborados por engenheiros, para revitalizar áreas de bairros periféricos da cidade, porém nenhuma documentação antiga da Praça João Pinheiro foi encontrada. Novamente, fomos despachados à procurar em outro setor da Prefeitura, agora, na Secretaria de Patrimônio, onde ali seria depositada toda a documentação de todos os setores da Prefeitura Municipal, durante todo o período de sua existência.

Na Secretaria de Patrimônio, subdividida, atualmente, em duas sessões: a de bens móveis e a outra de bens imóveis, quando procurados registros sobre ordens de serviço, compra, venda ou doação de terrenos, o responsável, Itamar Coutinho, atuante nesse departamento há 36 anos, nos mostrou pouquíssimos documentos referentes à compra de terrenos antigos, porém, todos “guardados” de acordo com uma seleção pessoal, constando apenas, em relação à Praça João Pinheiro, um livro de contabilidade da Prefeitura Municipal, datado de 1940, onde encontramos em cinco páginas um levantamento de todos os bens referentes à construção do Parque Infantil “Major Dorneles”, desde aparelhos instalados a gastos com medicamentos nos postos de atendimento médico-odontológico que tiverem ali suas sedes instaladas.

As condições de armazenagem, organização e preocupação com a documentação são precárias não só no Departamento de Patrimônio da Prefeitura Municipal da cidade, mas como também em todos os outros departamentos visitados. Empilhados em caixas de papelão ou em pastas contínuas, muitas delas transbordando sua capacidade, armazenadas num galpão de telhas galvanizadas com enormes frestas, os documentos são ali “jogados”, faça chuva ou faça sol.

Sofrem os danos das intempéries, se esfacelando em migalhas ou se desintegrando ao serem retirados das caixas.

Se não bastasse isso a explicação dada para o “sumisso” da documentação mais antiga, sobre qualquer patrimônio pertencente à municipalidade, mas principalmente, sobre a Praça João Pinheiro foi: “que num período regular de oito em oito anos, é feita uma “limpeza” nesses arquivos. Monta-se uma comissão formada aleatoriamente por funcionários da Prefeitura que selecionam aquilo que acham importante e o restante é incinerado”²⁰.

Em conversas informais, ainda, o responsável pelo setor de patrimônios da cidade, disse que aqueles documentos selecionados, os quais não têm espaço físico para serem acomodados na sede da Prefeitura, são enviados para o Museu Municipal.

Ali, de volta ao Museu Municipal, onde pude levantar, anteriormente, toda documentação referente à imprensa local, busquei a documentação referente àqueles que estavam à frente, como proponentes e fiscalizadores, dos projetos e leis de intervenção que tinham a Praça João Pinheiro como alvo. Inicialmente, as atas da Câmara Municipal, se apresentaram como acessíveis, contudo, era necessário muito “jogo de cintura”, junto ao Diretor da instituição, para a obtenção do acesso livre.

Devido, a precariedade do manuseio no local e a impossibilidade da xerocópia direta dos originais (poderiam “estragar” ainda mais essa documentação), recorreremos ao recurso da fotografia digital, como método para coletar esse material.

Fotografávamos cerca de um tomo por dia, depois descarregávamos tudo no computador, para somente depois, ler, fichar e analisar os tomos de número 114, 115, 116, 117, 118, 119 referentes aos anos de 1951 a 1954, de 1955 a 1958, de 1959- 1961, de 1962 a 1964, de 1965 a 1967 e de 1968 a 1970, respectivamente.

²⁰ Essa declaração informal foi dada pelo responsável do setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal, Itamar Coutinho ao nos levar no galpão que “guarda” toda a documentação, em janeiro de 2007 o qual se recusou a gravar entrevista. A exemplo da dificuldade encontrada para obtenção dessa documentação, tivemos que estabelecer por inúmeras vezes contato via telefone e pessoalmente, na tentativa de se achar alguém que pudesse nos atender. No caso da Secretaria de Obras, tivemos que solicitar um requerimento formal, até se chegar ao atendimento junto ao Secretário, no primeiro semestre de 2006. Após cinco meses de espera, nos foi aberto o acesso a documentação, porém a falta de espaço físico e de condições para análise no local se mostraram obstáculos bastante incômodos. A ausência dos documentos mais “antigos”, anteriores a 1970, denota o descaso por parte das autoridades locais, no sentido da preservação, tendo a praça assim como outros lugares, trilhado um caminho de silêncio e desconsideração.

Nas atas estavam contidas as discussões da vereança sobre a necessidade ou não da execução das obras que vieram resultar nas intervenções da praça, bem como a prioridade daquilo que deveria ou não ser reformado, estabelecendo um diálogo especial com as reclamações nos jornais que revelam dimensões do crescimento desordenado de Pouso Alegre, junto às memórias que deram como “sepultada” a praça depois da construção da Estação Rodoviária local.

Dentre as providências públicas a preocupação com a higiene, o saneamento, a necessidade de apontar as ocorrências de desordem estavam em alta, os jornais trazem à tona as “aberrações”, os casos de desordem são algumas evidências sobre essa tendência ordenadora, rígida que legitimou as medidas tomadas pelo Poder Público. A figura dos inspetores sanitários, em notas, relatórios, muitos deles publicados na imprensa local, orientando, criticando e prescrevendo hábitos e práticas são símbolos desse pensamento.

As atas referentes à década de 1940, ao que parece “não existem” mais, pelo menos não nos domínios do Museu Municipal e da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Segundo, Alexandre Araújo, diretor do Museu, estas se encontram nas mãos de particulares, pertencente à família Toledo, uma das mais tradicionais da cidade. Quando procurados por este pesquisador, negaram sua existência.

Embora as dificuldades encontradas durante a pesquisa sejam muitas, indo desde problemas financeiros, falta de recursos técnicos, informações desconhecidas, má vontade de funcionários, a privatização de documentos públicos, até dificuldades de entrevistar as pessoas vivas que, nos anos 40 tinham mais de 10 anos (algumas delas como as ex-prostitutas não queriam lembrar o modo como ganhavam a vida). Tais dificuldades serviram mais como estímulo para a continuidade da pesquisa do que motivo de desânimo, reforçando, mais uma vez nosso compromisso com o objeto de estudo.

Compreender o trabalho com uma multiplicidade de fontes, articulando-as na busca de apreender e desvendar experiências vividas e imagens que os diversos sujeitos formulam de si e dos outros, entre narrativas orais, livros de memorialistas locais, atas da Câmara Municipal, jornais semanais, entre outras, é, também, refletir e valorizar os sujeitos e suas expectativas.

Para tanto, tentei problematizar todos os antagonismos presentes em suas falas e expressões que estão permeados por tensões e lutas, travadas na cidade, na

busca de empreender a crítica ao documento- qualquer que seja ele- enquanto monumento. O documento, nos ensina Lê Goff, não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que ai detinham o poder. O que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder.”²¹

Graças a este levantamento empírico, associado aos diálogos com a orientadora e com a bibliografia, tanto o objeto de estudo como a baliza temporal (1941-1969) puderam ser melhor definidos. Escolhemos trabalhar de 1941 a 1969, pois, representam na trajetória histórica da praça dois momentos distintos de ruptura e ao mesmo tempo de permanências de aspectos, práticas e modos de ver e viver, intervindo e interagindo com um espaço. Até 1940, Pouso Alegre não contava com nenhum espaço especificamente voltado ao lazer público, a não ser o Parque Municipal (atual Praça João Pinheiro) cuja criação, podia-se perceber a inspiração dos bulevares franceses.

Na área do lazer, campos de futebol localizados em várzeas, mergulhos nas margens dos rios Mandú e Sapucaí Mirim, faziam a alegria da infância e da juventude que tinham, em muitas ocasiões, que improvisar os materiais, a limpeza e a própria segurança para se divertir. Esse lazer, as vezes terminava em fatalidades, como foram os casos de afogamento à beira dos rios, registrados nas décadas de 1940/50. Outros locais pertenciam aos militares e instituições particulares que não raro vetavam a presença de jovens e crianças. Já na área “adulta”, um discurso machista e sexista afirma, durante as entrevistas, que e a Zona Boêmia, localizada aos arredores da Praça João Pinheiro, era o principal meio de “diversão” do público adulto masculino.

Com a entrada do prefeito Tuany Toledo no final da década de 1930, a cidade vivia o início de uma pequena “modernização” de seus espaços. Entre alargamento e pavimentação de ruas e avenidas, canalização de esgotos, implementação de iluminação pública, entre outras obras, talvez a mais marcante, na visão dos jornais e da administração de Tuany Toledo foi o Parque Infantil “Major Dorneles”, em 1941.

Passando uma imagem para os pouso-alegrenses, enquanto uma obra importante e necessária à saúde da cidade, pois, comportaria em seu bojo, dois prédios onde funcionariam um consultório médico e odontológico, ao mesmo tempo,

²¹ LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento* in: *História e Memória*. Coleção Lugar da História. Lisboa: Edições 70, 2000 pp- 545.

o Parque Infantil, demonstra uma relação direta às práticas desenvolvidas acerca da atividade física e esportiva, nesse período, em muitas cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, tendo como pano de fundo o discurso sobre a importância da infância como futuro da nação, enquanto elementos fundamentais para a formação do cidadão do amanhã.

Esse modo de compreender o lazer fazia com que, o ócio e o tempo livre da população pobre, respaldados pelo discurso médico-sanitarista, fossem compreendidos como momentos que deveriam ser “produtivos”, no sentido de se praticar hábitos que pudessem agregar determinados valores a vida. Essa postura incentivada e quase que imposta como “correta”, acaba por revelar um autoritarismo que direcionava os modos de pensar, ver e viver. Os políticos tomavam para si a tarefa de orientar a população, dialogando com discursos médicos racistas (como o da eugenia) e nutrindo um preconceito muito grande em relação aos saberes da população pobre, considerando-os frutos de ignorância e superstição.

Já na década de 1960, nota-se o descaso com o espaço da Praça João Pinheiro por parte do Legislativo e do Executivo e a preocupação de se urbanizar e industrializar a cidade.

O Parque Infantil, descaracterizado e esquecido pelas autoridades, voltou a ser lembrado pela vizinhança quando uma grande parte de seu espaço foi desapropriada para dar lugar à primeira Estação Rodoviária da cidade.

Em 1969, após uma década de discussões na Câmara Municipal (de 1959 a 1969) foi construída a Estação Rodoviária e a Prefeitura Municipal se instalou em suas dependências, sob o pretexto de anular a presença indesejável dos frequentadores da zona boêmia, transferida para outro local da cidade.

Com a construção da Rodoviária a Prefeitura pretendia moralizar o centro da cidade e atender às constantes reclamações dos vizinhos da Praça pela reutilização do Parque Infantil que, já não existia desde meados da década de 1960. No projeto da Rodoviária constava a construção do Terminal Rodoviário, da sede da Prefeitura Municipal, uma concha acústica para a realização de eventos musicais e apresentações artísticas e o restante do espaço seria aproveitado para o Parque Infantil. Porém, na prática, não foi bem isso o que se viu no término das obras.

A Praça João Pinheiro sempre mostrou ser um local muito peculiar em Pouso Alegre, utilizada para as mais diversas práticas. Nela se encontram instaladas Igrejas, moradias, casas comerciais, escolas. Dessa diversidade surgem os

interesses conflituosos, havendo, nesse sentido, apropriação do espaço por diferentes grupos e com interesses específicos. A cidade não é apenas um cenário onde ocorrem os embates entre vizinhos e poder público. A cidade é personagem, espaço vivenciado através das experiências, pelas trocas e negociações que nela circulam, é um produto em constante construção, resultado das próprias relações que ai se constituem. Portanto, vejo a cidade não apenas como um conjunto de ruas, avenidas e prédios, mas como lugar de práticas e valores humanos. Somente através do reconhecimento de que ela própria é uma construção social e humana, e enquanto tal guardiã de concepções de mundo que a edificaram, é que pretendo compreender tanto os seus constantes processos de reformulação quanto os critérios que levam à seleção daquilo que é preservado.

Através do interesse e da análise destes espaços e de sua historicidade é possível perceber que a memória é construída em meio a embates e conflitos sociais e que aquilo que é selecionado para ser lembrado carrega sempre consigo a dimensão oposta do esquecimento.

A praça enquanto espaço público, constituinte da cidade, bem como realização e realizadora dos anseios de parte da população, começa a ser sentida e pensada por seus freqüentadores a partir de suas primeiras referências no processo de socialização. Para muitos é “o primeiro quadro de articulação espacial no qual se apóia a vida cotidiana”.²² Assim, ela aparece não só como palco para as realizações e intervenções dos atores sociais, mas, sobretudo, como personagem constituinte e constituída de relações na trama histórica.

Para aprofundar a discussão das problemáticas apresentadas, bem como a análise e discussão do tema, este trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro intitulado “Infância, saúde e política: do Parque agradável ao espaço útil”, busca problematizar a questão da ocupação e das idéias de implementação da Praça João Pinheiro que deveriam articular e propagar uma mentalidade “sadia” a população residente nos arredores e que por outro lado, por parte dos poderes públicos locais, médicos e da própria imprensa demonstram uma visão autoritária e desqualificadora de hábitos e valores da população pobre.

No segundo capítulo (ainda sem título definido), procurou-se estudar o processo de intervenção realizado na administração do Prefeito Tuany Toledo em

²² CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 226.

1941, na praça João Pinheiro, a fim de se implementar um Parque Infantil, o qual servia de pano de fundo para uma série de discursos e interesses particulares, como das agremiações esportivas, por exemplo, com intuito de se cristalizar e enaltecer obras, nomes e figuras de relevância em Pouso Alegre.

No terceiro e último capítulo, (também sem título definido), analisa-se o gradativo esquecimento da obra e da importância do Parque Infantil por parte dos poderes públicos locais, bem como a “perigosa” proximidade daquele espaço junto à zona de baixo meretrício, proximidade esta que se tornava cada vez mais perigosa para as crianças e as mulheres “de família”. Explorando essa proximidade, imprensa e figuras do setor legislativo municipal expõe discursos moralistas e repressores contra a própria mulher. Nesse bojo, para se resolver a questão da prostituição, a praça João Pinheiro serviu de palco mais uma vez para as intervenções “urbanísticas” da cidade, cedendo lugar agora a Estação Rodoviária local.

Capítulo I

Educação, Saúde e Infância: do Parque agradável ao espaço útil.

Tudo palpita amor porque é ela quem passa
Pelo parque que, há pouco, era como um deserto;
Passando seu cortejo em donaires e graça;
Faz do parque-uma lousa-um paraíso aberto.

Há cânticos no bosque exubere e coberto;
De verdes ramos onde uma orquídea se enlaça;
Das aves há o trinar; das flores, rumo incerto;
O perfume se evola e o passaredo esvoaça.

Tudo palpita amor! O amor que nos transporta!
A ave, o aroma, tudo! E o amor a essa estrela
Como um vivo vulcão dentro do meu peito medra.

Tudo de amor palpita e só a pedra é morta;
Mas se a pedra tivesse um coração, ao vê-la,
De amor palpitaria o coração de pedra!²³

Em 1922, o poeta Marques conta os encantos do Parque Municipal, instituindo uma memória na qual o presente é naturalizado como o templo da contemplação, deleite e inspiração. O passado não é sequer mencionado e, assim, faz-se tabula rasa do longo processo de disputa entre antigos e novos moradores, do qual resultou o aniquilamento do Largo do Rosário e sua substituição pelo Parque Municipal. Membro de uma família de fazendeiros muito conhecida na região sul-mineira, várias outras famílias, buscaram firmar residência nas adjacências do Largo do Rosário a partir do início do século XX. Junto aos estabelecimentos comerciais varejistas que buscavam ali, ampliar as perspectivas de renda e de influência dessa burguesia no município, ao longo desse período, constituiu-se uma memória que deveria ser passada à posteridade de forma a exaltar nomes e a presença de membros dessas famílias, na região central da cidade.

²³ OLIVEIRA, Jaime Marques de. *Dans Le Parc*. In: *Gazeta de Pouso Alegre*, 17 de setembro de 1922.

Rubens Laraia, ao desfilar em sua narrativa os sobrenomes dos vizinhos “ilustres” da Praça, indica e ao mesmo tempo reafirma a importância, para a época, da presença e do significado dessas pessoas nas adjacências:

“Nós tínhamos ali ao redor da praça, lá tinha o pessoal dos Viana de Andrade, quase em frente o portão principal do Parque. Tinha o pessoal do Moisés Lopes, os Viana de Andrade, eu falo deles porque eram donos de laticínio, depois os Moisés Lopes que eram fazendeiros como eram conhecidos naquele pedaço ali. Do lado direito, na esquina com a Afonso Pena tinha o pessoal do Andrade, tinha o barbeiro, eles tinham uma barbearia por ali. Existia até uma pequena farmácia por ali, depois tinha o antigo prédio do Conservatório, antes de comprar o prédio das Dorotéias, ficava lá o Conservatório de Música. Seguindo tinha um bar do lado da, entre a João Pinheiro e a rua do Rosário do lado direito tinha um bar e do lado esquerdo, não na outra ponta na esquina, tinha a mercearia do Sr. João Ribeiro, o pessoal do Ribeiro.. Depois vinha umas senhoras que era freira da família Ladisláu que morava ali e tinha também um fazendeiro de Silvianópolis que morava numa casa ali. Ao fundo do Parque nós tínhamos o Carmelo, depois do Carmelo, na mesma fazenda divisa com o Carmelo, nós tínhamos a casa lá dos Guersoni, a mãe do Ângelo Guersoni, hoje é um prédio lá e tinha uma tia também do Ângelo Gersoni que morava encostado no Conservatório que eu esqueci de falar. Seguindo do lado esquerdo, ali já tinha uma padaria Schultz, tinha outro nome a padaria, eu não lembro, mas era de propriedade da Dona Lydia Schultz. Depois vindo tinha um grupo, nós tínhamos o grupo Hermantina Beraldo e terminava com a família do Senhor Sylvio Fausto de Oliveira, ali dava quase um quarteirão a casa deles, hoje a casa que eles tinham foi dividida, o que sobrou da casa e da padaria, mas tudo aquilo naquela época, era a Casa do Parque, porque era uma casa que quase chegava a Monsenhor José Paulino de tão grande que era a casa e o quintal que essa casa tinha. Ele era se não me engano neto do Senador Eduardo Amaral, a casa dele era muito famosa. Então esse era o Parque, tinha uma família pra cá do Moisés Lopes, eu não me lembro mais o nome que os filhos foram todos embora para Belo Horizonte, eles tem até farmácias em Belo Horizonte.”²⁴

Dialogando com o depoimento de Rubens Laraia e compartilhando seu sentimento de pertencimento a essas classes, dona Denaide Teixeira também, se

²⁴ Rubens Barros Laraia tem 60 anos é natural de Pouso Alegre, casado, pai de dois filhos, atuou durante a década de 1960, quando serviu o Exército, como ronda nas proximidades da praça João Pinheiro tirando guarda. Trabalhou na década de 1970 no IBGE, quando resolveu cursar história na universidade local, se formando na primeira turma. Foi professor no Estado e depois com a experiência veio a oportunidade da docência dentro da universidade onde se formou. Hoje é professor titular de História do Brasil e membro representante da comissão de análise e tombamento de patrimônios históricos da cidade junto a Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre. Entrevista realizada em 08/09/2005.

refere aos coronéis (donos de terra). Mesmo não se lembrando com clareza dos seus nomes, ela narra o poder que esses homens tinham na cidade:

Ah, os Coronéis, não era aqueles Coronéis, coronel Amaral, coronel Ribeirinho. Nossa! Tinha muito coronéis ainda, Coronel Ribeirinho, coronel... Nossa nem, até não me lembro mais, já me esqueci dos coronéis. Senador Eduardo Amaral, tinha muitos coronéis ainda, senadores, é o Dr. Gauzio Vilela de Alcantra, era um grande político aqui. Ele era tio da Rogério Amaral ali...

Ah, eles mandavam sim! E tanto que...[fica calada], eu não me lembro muito bem dos coronéis. Eu lembro que falava coronel fulano de tal, coronel ciclano de tal, mas já não era mais do meu tempo entendeu? Foram morrendo tudo, a gente já a memória parece que foi apagando.²⁵

Além desses fazendeiros- “Coronéis donos de terra”, a elite pouso-alegrense se constituía ainda por uma pequena parcela de intelectuais, poetas e acadêmicos nas áreas do Direito, da odontologia e da farmácia que escreviam sob as mais variadas temáticas e que, mais tarde, viriam a se tornar memorialistas locais.

Portanto, nessas memórias, os membros mais antigos dessas famílias de fazendeiros, latifundiários e donos de estabelecimentos comerciais aparecem como os mandatários, detentores do poder para a configuração atual da cidade, onde o espaço da Praça João Pinheiro é considerado um marco fundamental de importância ímpar, ou assim deveria ser.

Até 1908, o local onde hoje se situa a Praça João Pinheiro era conhecido como Largo do Rosário. A sua herança heterogênea e a multiplicidade de expressões culturais que abrigou, de certa forma, incomodava à elite local. O convívio com essa população pobre e negra causava desconforto. A região central da cidade, foi descrita por Gouvêa, odontologista e memorialista local como lugar de “má fama, avizinhada a barracos de gente pobre”²⁶. Portanto, aquela população também ao seu modo, deixava suas marcas, expressões e modos de viver naquela região, motivo muitas vezes de críticas que desqualificavam seus hábitos e valores:

“Na extensa e rasa colina do ocidente se espalhava o alegre bairro do Rosário. No cento desse povoado, entre casas de

²⁵ Denaide Teixeira Alves tem 90 anos e é natural de Silvianópolis. Foi normalista do colégio das Dorotéias, desde cedo desenvolvendo sua aptidão para a música. Estudou muitos anos canto e piano no Conservatório de Música de Pouso Alegre, na época próximo a praça João Pinheiro e de sua residência. Depois, devido sua aplicação, foi contratada professora de piano na instituição e quase chegou à direção da mesma, ficou conhecida na cidade como “O Rouxinol de Pouso Alegre”. É viúva de um caminhoneiro e atualmente reside sozinha. Mãe de duas filhas. Entrevista realizada em 25/02/2005.

²⁶ GOUVEA, Octávio Miranda. O.p. cit. p. 212.

todos os aspectos e muros carcomidos, abria-se um inculto largo cruzado em Xis por dois trilhos cortando-lhe o mato de quaiuxumas e joás. No enredado de outros matos, erguia-se um cruzeiro encravado em bases de pedras descoladas, fronteira à igreja sempre fechada, ameaçando ruínas. Mais adiante, a Casa de Misericórdia, sem enfermos, sem provedor, sem haveres. Depois a confusão de pequenas habitações, construídas espaçadamente e, por toda parte, os tradicionais muros de Pouso Alegre, ruas desertas e abandonadas²⁷.

“A Igreja do Rosário, cujas obras ocorreram por conta da população e a cargo da respectiva irmandade[...] era modestíssima e sem nenhuma arquitetura[...] edificada na mesma posição da atual, apenas alguns metros mais abaixo. Havia nos fundos uma pitoresca praça no centro da qual foi aberta uma fonte[...] com a permissão do padre senador José Bento para utilização dos populares que residiam nas proximidades[...] conhecida por mina do Rosário[...] ali foi levantado o pelourinho em frente a primitiva Igreja do Rosário.”²⁸

A grande maioria dos memorialistas, como nos casos de Octávio Miranda Gouvêa e Amadeu de Queiroz, era constituída por homens que articulavam suas falas de fora do governo. Eram acadêmicos, advogados, farmacêuticos, jornalistas e médicos que apoiavam e buscavam contribuir para que as idéias e concepções que norteavam suas atividades pudessem repercutir num universo mais amplo. Seus objetivos eram ganhar a simpatia e o espaço entre políticos e administradores, compartilhando ali anseios e sentimentos de classe em relação às perspectivas de apropriação e uso dos espaços da cidade que alimentavam.

Por outro lado, nessas memórias, se negligenciava a presença de uma população pobre, notadamente negra, remanescente das irmandades e da exploração do trabalho agrícola nas fazendas e nas lavouras que vivia naquela região. Essas irmandades foram responsáveis por grande parte da população que ainda residia ali, nas adjacências do Largo, muito antes da maioria desses “coronéis” começarem a ocupá-lo com suas residências e estabelecimentos comerciais.

Essa classe dominante, quando proponente a realização de políticas públicas voltadas para as classes populares, ela o faz a partir de seus parâmetros morais e estéticos e de seus interesses. Considerando-se portadora de um projeto civilizador, desqualifica e condena os modos de ser e viver do outro sem, contudo, estende-lhes

²⁷ QUEIROZ, Amadeu. Dos 7 aos 77 Recordações e Comentários 1880/1950. São Paulo: Editora Cupulo, 1956.

²⁸ Cf. GOUVÊA, Octávio Miranda. A História de Pouso Alegre. O.p. cit. p. 124, 212.

os benefícios que possui. A população pobre e negra é vista, portanto, como homogênea em sua suposta “inferioridade”.

O incomodo causado pela convivência com essa população pobre, com seus símbolos e valores, fica evidente, quando em 1908, o esboço de uma mudança nas perspectivas estéticas junto a mudança do nome do Largo para Praça João Pinheiro ocorre por um decreto do Executivo.²⁹ Isso demonstra, o início de uma mudança de concepção e visão sobre a cidade e seus espaços.

Em Pouso Alegre, o poder público, visou impor um modelo que reformulava a habitação da população e as práticas nos espaços públicos. Projetos direcionados para a cidade, tendo na Praça João Pinheiro um grande mote, visavam uma imagem que se identificasse com uma concepção de “progresso” que atendia os seus próprios interesses. Além da lei que mudou o nome do Largo do Rosário para Praça João Pinheiro, houve uma re-formulação no projeto arquitetônico e na concepção estética daquele local.

Uma das primeiras discussões encontradas nas fontes acerca da mudança de concepção do local está expressa no jornal “A Gazeta de Pouso Alegre” [veículo propagador de idéias de figuras de destaque e influencia na municipalidade]. Em edição do dia 11 de junho de 1906, de acordo com suas perspectivas de classe, João Beraldo almeja padrões estéticos e civilizatórios *parisienses*, preconizados pelos reformadores do Rio de Janeiro e São Paulo.

²⁹ Decreto Municipal de 27 de outubro de 1908. Muda-se o nome do Largo do Rosário para Praça João Pinheiro, em homenagem ao ex-governador mineiro João Pinheiro da Silva. Nascido em 16 de dezembro de 1860, na cidade do Serro, de descendência italiana paterna deu início aos seus estudos na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo em 1883. Os anos passados na capital paulista são decisivos para a formação de João Pinheiro. É também nessa época que conhece sua futura esposa, Helena de Barros, sua aluna na Escola Normal, filha de rico comissário de café e proprietário de terras no interior paulista. Em 1888 volta para Ouro Preto, exerce advocacia e se embrenha no mundo político ajudando a fundar o partido Republicano daquela cidade. Um ano depois funda o jornal O Movimento. Tornou-se constituinte na eleição de 15 de novembro de 1890. João Pinheiro tem atuação discreta na constituinte e na legislatura seguinte concentra-se na defesa de princípios como a separação entre a Igreja e o Estado, o casamento civil, a não adoção do divórcio e pontos referentes ao judiciário. Após esse mandato desliga-se da vida pública até 1904, com a morte do senador Carlos Vaz de Melo. No mesmo ano o Partido Republicano Mineiro o indica candidato à eleição para completar o mandato. Eleito senador em fevereiro de 1905, reuniu em torno de si um grupo de jovens deputados federais, principalmente de Minas, que veio a formar o movimento denominado Jardim da Infância. Antes que surgisse uma crise em Minas, o próprio governador Francisco Sales lança a candidatura de João Pinheiro, na tentativa de conciliar as correntes do sul, liderada por Wenceslau Braz, e as do centro minerador, cujo principal interlocutor era Crispim Jacques Bias Fortes. A convenção de novembro de 1905 sacramentou os nomes indicados: João Pinheiro disputaria a presidência do Estado e Bueno Brandão se candidataria à vice-presidência. Eleito presidente do Estado, João Pinheiro toma posse em 7 de setembro de 1906 ficando no cargo até 1908 quando morre aos 47 anos. Em Minas Gerais, é comum encontrar nas cidades, ruas, praças ou avenidas com a denominação “João Pinheiro”. Disponível in: www.fjp.gov.br

“ Belle Époque que vemos em nossas visitas se instaurando em outras cidades como São Paulo, é um sinal claro da modernidade que se abate em nossos tempos. Esta não pode e não deve estar longe de nossa realidade em Pouso Alegre. Lá os largos, praças estão se transformando em lindos *boulevards*, com árvores frondosas, bancos longos e calçadas largas. Temos o direito e o dever de exigir essas proezas, pois, aqui nossos irmãos de atuação intelectual e política contam com uma formação e civilidade de alto padrão e respeito, visto que em nossos jornais, publicam-se poemas e poesias na língua estrangeira francesa”.³⁰

O autor do artigo, na época, advogado renomado na cidade, aspirante a juiz de direito e jornalista ressalta a diferença das grandes cidades brasileiras, em relação a Pouso Alegre. Enquanto no Largo do Rosário havia sido dada partida a criação de um Parque Municipal (em estilo dos *boulevards*), com a plantação de árvores, alargamentos de calçadas, criação de canteiros com espécimes variados de flores, por volta de 1908, em São Paulo (exemplo ressaltado pelo vereador), já haviam inúmeras praças, parques e avenidas nesse estilo.

Com olhares estendidos para São Paulo e outras cidades brasileiras, para os membros da política local, ser “moderno” adquiria um caráter de ter uma praça que correspondesse a uma riqueza material da burguesia pouso-alegrense.

Assim as reformas empreendidas na Praça João Pinheiro, expressando essas idéias em sua arquitetura, forma e estética, buscavam apresentá-la como o local onde o cultivo de hábitos e uma cultura útil à vida urbana acontecem, principalmente através do viver e conviver de seus moradores.

Entre os argumentos dos poderes públicos, estava a necessidade de ter na cidade um espaço que fosse “o maior e mais agradável possível”³¹, que na sua construção fossem observadas as “características arquitetônicas européias, difundidas nos grandes centros brasileiros”³², para que naquele local pudessem ser realizadas atividades de utilidade pública que cultivassem aspectos saudáveis e agregassem valores para a convivência na urbe.

A ausência de uma praça nessas condições em Pouso Alegre, era motivo de preocupação por parte do legislativo que entre outras coisas, temia que a “noção de civilidade de sua gente” pudesse ser colocada em dúvida. De outro modo, o vereador Otávio Meyer, na época reconhecido na cidade como empreendedor,

³⁰ João Beraldo. In: Gazeta de Pouso Alegre. Pouso Alegre, 11 de junho de 1916.

³¹ Folhas avulsas. Atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1907.

³² Idem.

devido ao seu envolvimento com a construção civil, além de inúmeras posses de terras e de estabelecimentos comerciais na cidade, ressalta que a existência de uma praça assim traria:

“uma prova invejada de riqueza e iniciativa dos pouso-alegrenses, perante os hospedes que por aqui passam e sua população que aqui vive de um mundo civilizado”³³

Estes foram alguns dos argumentos utilizados na época que serviram de base tanto para a sustentação que alegava a falta de uma praça à altura da “riqueza material e cultural” identificada na figura dos “ilustres” munícipes, como para sustentar a necessidade de construção de um espaço que correspondesse ao “progresso e a noção de civilização” que eles sustentavam.

Além de buscar uma justificativa para eventuais gastos do poder municipal, do qual faziam parte, Otávio Meyer, alegava-se ainda que a praça iria aglutinar nos seus arredores um propósito de “educar e elevar o nível cultural da população”. Ao insistir em seus argumentos, o mesmo vereador buscou justificar esse ponto de vista indagando:

“Ao visitar São Paulo, o que vemos? Lá, deram inicio a muitas obras em largos que se estabelecem como lugares de privilegiada e elevada ordem, beleza e organização. E aqui? Aqui há apenas uma praça envolta por pequenas e precárias casas, em que o povo que a avizinha pouco tem condições sobre sua própria manutenção[...] E nós que estamos a estabelecer nossas residências por ali, podemos conviver com tais aspectos? Nós que temos e tivemos contato com obras de magnífica amplitude nas idas e vindas de estudos a visitas a capital paulista, podemos nos aquietar frente a esta emergência?[...] Mudar o que já há e habituar o povo ao novo é dar-lhe necessidade à escola, à saúde e seus sentimentos”.³⁴

Nessas ponderações, a noção de progresso encontrada está vinculada a um “desenvolvimento” material de riqueza e prosperidade econômica que, na maioria das vezes, ocorria e era visível apenas dentro destes círculos da política local. Era sob essa ótica da cidade, enquanto representação de “civilização” que alguns membros da Câmara Municipal pouso-alegrense se identificavam, portanto, fazendo defesa dos interesses de ideais modernizadores, assumidos como responsabilidade da construção de uma praça que tinha como primazia o cultivo da educação formal-religiosa, da saúde e de práticas sadias em Pouso Alegre.

³³ Ata da câmara Municipal de Pouso Alegre. Pouso Alegre, Câmara Municipal 16/04/1907. Fala do vereador Otávio Meyer.

³⁴ Idem.

As exigências e pressões então estabelecidas sob os aspectos físico e arquitetônico, que deveriam ser observados em sua edificação, deixam transparecer o desejo de que ela (a praça) simbolizasse na cidade as idéias de progresso e civilização expostas por essa elite administrativa.

Esses setores falavam em nome da cidade e, ao mesmo tempo, defendiam os interesses de fazendeiros e comerciantes. O largo, que até então era o espaço privilegiado na vida cotidiana em Pouso Alegre, passa a ser avaliado negativamente, tanto em relação a sua estrutura física, quanto à sua freqüência usual, ou seja, da população pobre dos arredores, bem como das construções e condições de suas residências, em comparação com São Paulo, para onde olhares se voltavam.

Essa idéia de “civilizar” e modificar os espaços baseada em um aspecto de “desenvolvimento material”, foi expressa por Eduardo Carlos Vilhena do Amaral, que ficou na vereança entre os anos de 1912 a 1922, chegando depois a vice-presidência do Estado Mineiro. Entre outras coisas, este vereador, num projeto de sua autoria, apresentava uma visão para a reforma da Praça João Pinheiro, alegando em uma das partes:

“quando aqueles que tem posses não podem colocar em prática idéias grandiosas, o governo deve fazer por onde realiza-las, porque este é senão a maior finalidade do Estado e daqueles que o governam”.³⁵

A temática do progresso e da civilização, presente nas discussões do meio político e suas conseqüentes modificações, também estiveram visíveis na imprensa local.

Referências à saúde como índice de progresso, civilidade e modernidade começam a aparecer em artigos da imprensa, por volta de 1918, embora as iniciativas concretas de implementação dos postos médicos e odontológicos só apareçam na década de 1930.

No jornal “*A Gazeta de Pouso Alegre*” foi possível ver algumas das questões pelas quais passava o Largo do Rosário, agora denominado Praça João Pinheiro e sua relação com a cidade.

A articulação dos discursos e das alianças entre a imprensa e essas classes dominantes no que tange as idéias progressistas das quais comungavam fica evidente quando se ressalta a importância das paisagens cultivadas, nos arredores

³⁵ Folhas avulsas. Atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre. 10/05/1912.

das praças. Esse aspecto dava o tom de beleza e agradabilidade para se passar os momentos de lazer, incentivava o convívio coletivo ao ar livre, bem como o cultivo de hábitos sadios.

Essas características, por sua vez, eram evocadas no sentido de contrastar com as avaliações sobre o estado de progresso de Pouso Alegre. Repletas de descrições bucólicas, nessas representações, as paisagens rurais avançam sobre o espaço destinado a cidade, as práticas rurais, modos de vida pacatos de sua gente ganham destaque e o dia-a-dia da pequena Pouso Alegre, aparece ainda, envolta, em âmbito acanhado, com ruas pouco extensas, estreitas e sinuosas que iria ter como parte oposta o Parque Municipal na Praça João Pinheiro que estava sendo construído.

Ao se referir ao dinamismo econômico do Estado de São Paulo e sua íntima ligação com a ampliação da malha ferroviária, o jornal *“A Gazeta de Pouso Alegre”* aponta que na maioria das cidades do interior, referindo-se à Pouso Alegre, ainda conservavam-se muito mais os aspectos que as assemelhavam a uma extensão do mundo rural:

“Na maioria dos municípios, a metade ou mais da população vive no campo. No entanto, algumas cidades, como Pouso Alegre, estavam também se modernizando. As fazendas, até então braço forte da economia, transbordavam sua produção para as cidades, que adquiriam uma característica de lugar civilizado como: postos médicos, **largos, praças e jardins**, igrejas, escolas, casarões, casas de comércio, bancos, rede de esgoto, calçamento das ruas, jornais, estalagens”³⁶

As praças, largos e jardins arborizados estavam, portanto, sendo apontadas em meio aos símbolos de “progresso” de uma cidade. O que é moderno para aquele jornal e naquele momento é a idéia da cidade como lugar da “civilização” e desse modo a crítica era com relação à situação que se encontrava Pouso Alegre e seus espaços. Para o jornal ser civilizado, dialogava com os discursos políticos realizados na Câmara Municipal pelos vereadores, adquirindo o sentido de ter uma praça que pudesse imitar modelos propostos em outras localidades, enquanto um indicio de uma cultura que correspondesse à riqueza material das classes dominantes e, sobretudo, pudesse expressar e deixar claras as concepções e intenções de acompanhamento de um ideal modernizador para a cidade.

³⁶ Jornal *“A Gazeta de Pouso Alegre”*. Pouso Alegre, 01/10/1918, p. 01.

Isso nos fez lembrar que procurando refletir ao tratar a relação campo-cidade, enquanto mobilidade e realidades imbricadas, o historiador da literatura, Raymond Williams, descreve que: “assim a vida campestre tinha seus significados, mas eles mudavam, tanto em si próprios como em relação a outros(...)Move-se ao longo do tempo, através da história de uma família, de um povo, move-se em sentimentos e idéias através de uma rede de relacionamentos e decisões, presente-passado”³⁷.

Na literatura exposta no jornal, que tinha como característica divulgar poemas, escritos por vezes em línguas como o francês, além das temáticas como o impacto das reformas realizadas em espaços públicos como o Parque Municipal, a expansão das noções de desenvolvimento e de “civildade” e suas relações com os espaços e práticas rurais, em Pouso Alegre, eram analisadas sob perspectivas e ângulos de uma classe dominante que tinha, na imprensa, uma aliada e propagadora de suas idéias.

Para a reforma do parque, da maneira como queriam os vereadores, houve pouca discussão com relação ao orçamento estimado da obra, nem no que dizia respeito a sua construção, menos ainda quanto às demais necessidades estruturais da cidade em si. O que se definiu nas sessões, foi um valor fixo de recursos financeiros, algo estimado em 803\$000³⁸, para a realização da obra. Ou seja, o valor do orçamento estimado para a construção, parece ter sido compreendido apenas como um dado contábil, sem que tivesse qualquer discussão acerca de seu peso, significado ou implicação junto ao orçamento total do município, além de sua importância ou relevância para a vida cotidiana e cultural de Pouso Alegre e de seus municípios. Apesar das discussões se darem em domínio do legislativo, este encaminhou todas as referências para a realização da obra, entre elas as despesas com as reformas que ficavam a cargo inicialmente da Câmara, contudo, quem arcou por fim foi o Executivo.

Além disso, o procedimento de contratação de profissionais para a realização da obra, não obedecia qualquer padrão de editais. Baseava-se na contratação de particulares sob a confiança e responsabilidade da Prefeitura Municipal que acaba por revelar uma ação administrativa pautada no gerenciamento total dos recursos financeiros, onde na documentação, não é encontrada sequer qualquer nota ou

³⁷ WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

³⁸ Folhas avulsas. Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1908.

referencia com relação à fiscalização e seu papel atribuído ao legislativo quanto ao andamento dessas obras.³⁹

Com a reforma do Largo levada a cabo pelo poder público pouso-alegrense, a qual durou cerca de uma década (iniciada em 1908 e dada como terminada em 1918), estas obras foram acompanhadas dentro dos debates políticos nesse período, sem muitas oposições a sua realização, sendo as solicitações constantes para verbas suplementares, até seu término, sempre atendidas sem maiores questionamentos. O valor inicial “estabelecido” ou estimado para a re-estruturação do Largo passou de 803\$000 para 1:400\$000⁴⁰, quase o dobro daquilo que havia sido “estimado, quando seu término:

“(...)o largo sofreu uma melhoria, sendo todo ajardinado e iniciada a plantação de árvores de espécies raras, por Mirabeu Ludovico, Paulino dos Anjos e João Cruz. Um fato pitoresco foi que o promotor de justiça na época, dr. Porfírio Machado, foi o idealizador dos jardins da praça e dirigiu pessoalmente o seu traçado, inspirado em bulevares. Usando o próprio guarda-chuva, do qual não se separava, riscava o chão, enquanto o preto Paulino segurava a linha. De tanto usar o referido guarda-chuva, ele ficou todo torto e inutilizado, Por volta de 1918, o largo apresentava um poético parque, com uma densa vegetação de árvores de grande porte, roseiras floridas e canteiros verdejantes”.⁴¹

“A grace do Parque era a de sua vegetação verdejante, no bosque repleto de árvores de perfumes inebriantes: magnólias, jasminsmanga, flores do imperador, damas-da-noite, jacarandás e flores que não existem mais. Lindas eram as madressilvas, espécime hoje quase extinta. No centro imponente e límpido, um lago com seu repuxo. E espalhados pelas veredas, grandes bancos de pedra artificialmente trabalhados. O Parque de tantas espécies vegetais como roseiras bravas, os jasmineiros e as perfumadas trepadeiras, era o pulmão vivo da cidade. Mas, não era só o pulmão da cidade, era também o coração de Pouso Alegre”⁴².

Embora fosse uma medida circunscrita aos propósitos do governo municipal, uma experiência de caráter pontual que articulava interesses entre empresários do setor da construção civil, políticos e jornais, entorno de propostas de modernização da cidade, no entanto, não diminuiu sua importância, devido esta ser a primeira

³⁹ Idem.

⁴⁰ Os pedidos de verbas suplementares superavam o número de dois pedidos ao ano, num espaço de tempo de uma década entre 1908 a 1918, enquanto as obras de reforma do Largo duraram. Atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre, 1917.

⁴¹ Cf. GOUVEA, Octávio Miranda. O.p.cit; p. 124-125.

⁴² TOLEDO, Alvarina Amaral de Oliveira. Um História Que Já Vai Longe...Niterói: Gráfica Falcão, 1997. Esse livro foi publicado com base em anotações pessoais da autora em diários, durante seu período de juventude.

praça em Pouso Alegre criada sob a ótica de um equipamento sócio-cultural, bem como por expressar uma forma de compreender e lidar com a cultura que caracterizava o governo municipal naquele período. Apesar disso e para construir uma legitimidade para a reforma da área pretendida pelo poder público, buscava-se constituir uma história e uma memória da Praça capazes de influenciar a adesão da opinião pública ao que foi designado.

Nesse sentido a descrição evocada pelas memórias de Alvarina Toledo, coloca no cerne, justamente, a questão da importância da Praça para Pouso Alegre, enquanto marco central de sua fundação, ressaltando nomes e interesses de políticos, fazendeiros e empresários naquele local, bem como a maneira pela qual essa escrita foi se cristalizando. Assim como Alvarina, outros memorialistas buscaram construir sua escrita acerca dos feitos e nomes de alguns personagens como referência e como tal uma das memórias oficiais da cidade.

Menções e lembranças que colocavam em cena apenas o ponto de vista harmonioso das redondezas, detalhando com riqueza espécimes vegetais, sua diversidade e beleza que beneficiava não só os sentidos da visão e do olfato que inspirava, seus “intelectuais” para a poética, mas também procura, ressaltar uma visão da importância de se cultivar o bem-estar e da saúde de Pouso Alegre como um todo, um espaço que resguardava parte da riqueza natural em meio ao “urbano”, incorporando nas palavras, sentidos de que para além do belo, estava sua relevância enquanto referência, que deveria ser tão vital para a cidade como os pulmões e o coração para o corpo.

Há algo de profícuo em sua existência, seja porque higienicamente oferece uma melhor circulação de ar, seja porque a plantação de árvores, em regiões onde o sol é inclemente, pode dar sombra e proteger os seres humanos e animais. A praça com jardim, espaço confortável para o ócio, o flerte, as conversas de fim de tarde, encontros de trabalho caracterizavam o período. Essa idéia de que o espaço tem vida ou é vital para certa comunidade, nação ou povo, personificando-a em espaços públicos como as praças, é bem antiga na tradição ocidental.⁴³

Na memória de quem cresceu nas adjacências da Praça e morou nos arredores, como o depoente Moacyr Honorato, o espaço da praça foi se revelando,

⁴³ Uma interessante discussão sobre o espaço central da praça na vida cidadina desde a antiguidade é realizada por RIBEIRO, Antonieta Jaci Machado. *Posição e oposição: A praça*. Estudo semiótico da praça enquanto texto da cultura. Mestrado em Comunicação e Semiótica. PUC-SP, 1992.

gradativamente. No momento da entrevista, os fragmentos das lembranças vieram acompanhados de outros elementos e suportes da memória, auxiliando o exercício do re-lembrar, no caso, a fotografia:

“Eu tenho ali da praça, eu tenho fotos sabe? De 1906 mais ou menos. Não tinha uma árvore, também ali.

Juliano: Não tinha nada?

Moacyr: Nada, nada!

Juliano: Então o que era aquilo ali?

Moacyr: Era uma área bonita, rapaz, mas deserta! Era meio deslocado, mas tinha umas passarelas, uns bancos, a Igreja né?”⁴⁴

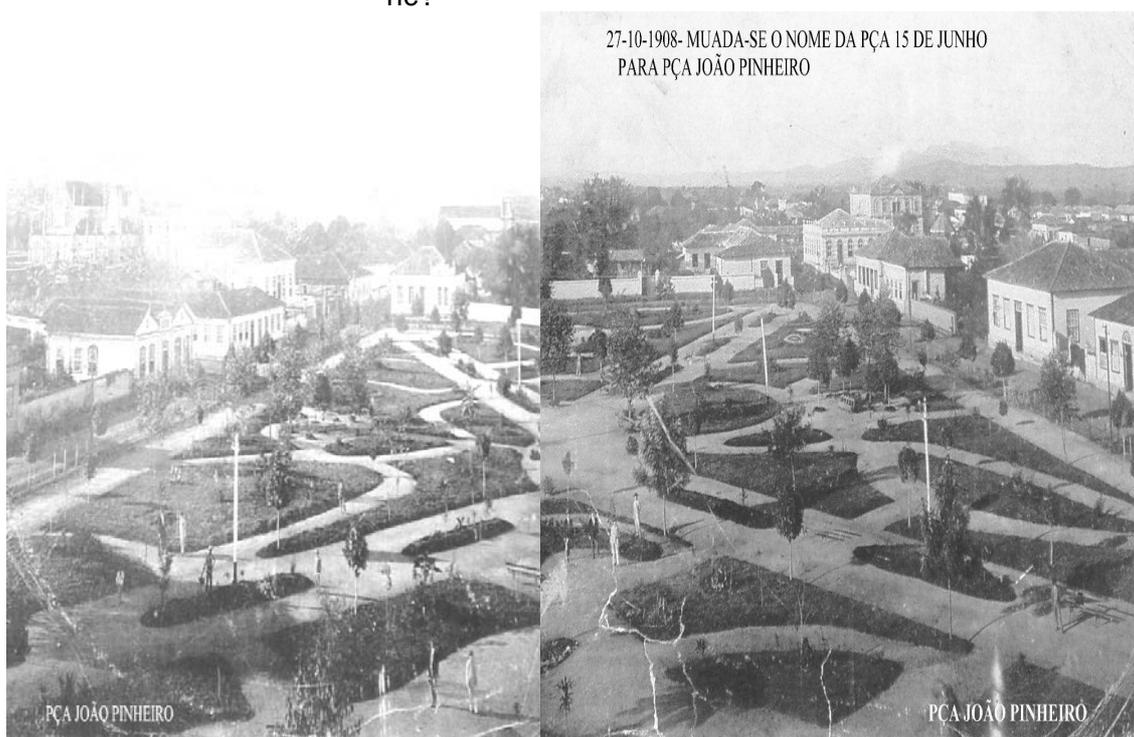


Figura 1:1 Detalhe do Largo do Rosário datada de 1908. (Fonte: Arquivo pessoal de Moacyr Honorato Reis).

A fotografia partida ao meio, faz parte de um acervo particular de Moacyr Honorato Reis, o qual, durante a entrevista fez questão de procura-la, segundo ele para: “o nosso melhor entendimento”. Datada de 1908 e adquirida de seu falecido pai, retrata, a construção e plantação dos canteiros, que mais tarde, viriam a se tornar a “menina dos olhos” de pessoas pertencentes às classes dominantes - vide a evocação poética, romântica e harmoniosa feita nas memórias de Alvarina Toledo - escritas que falam dos canteiros e de sua variedade, publicadas enquanto memórias

⁴⁴ Moacyr Honorato Reis tem 77 anos e é natural de Pouso Alegre. Casado pai de 2 filhos adotados e uma filha biológica recentemente reconhecida, fruto de um de seus casos na Zona de Baixo-meretrício(próxima ao Parque e de sua atual residência), Moacyr “bocado” como muitos o conhecem e como se auto-denomina, ganhou esse apelido pela fama de brigão e uma vida repleta de confusões e aventuras. Trabalhou por muitos anos como barbeiro na Estação Rodoviária e chegou, segundo ele, a trabalhar na perícia da polícia local. Entrevista realizada em 07/01/2007.

oficiais na cidade-. Moacyr buscava justificar a maneira como colocara aquele local em meio as suas palavras como uma “área deserta”.

Mostrava com as mãos a falta de árvores mencionadas, o largo descampado e as trilhas em formato de “X” que o cortavam, descritas, também, por Queiroz em suas memórias. Moacyr, ainda nos fez observar a presença de trabalhadores regando e cuidando dos canteiros, a simplicidade das casas que circundavam os arredores do local e a pouquíssima presença de transeuntes, aproveitando um passeio.

Há de se ressaltar o pequeno exagero ao dizer que “Não tinha uma árvore, também ali”; porém, em suas lembranças, Moacyr Honorato procura colocar em evidencia que a Praça João Pinheiro estava apenas começando a surgir e que as árvores que aparecem na fotografia, vão se desenvolver, paralelamente a este espaço. Nesse vai-e-vem, entre presente e passado, o relato de vida é sempre uma interpretação atual dos acontecimentos passados. Nessa interpretação, memória e imaginação estão mescladas. Uma e outra constituem a fusão de lembrança e da imagem.”⁴⁵

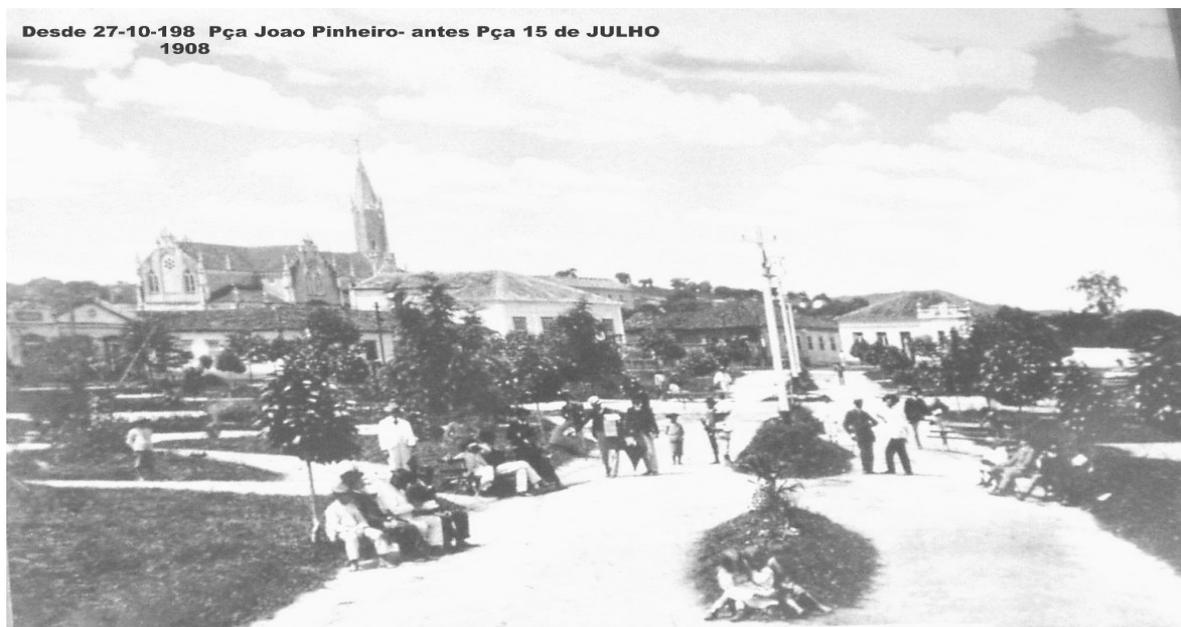


Figura 1:2 Detalhe do Parque Municipal já com seu ajardinamento e sua nomeclatura oficial homenagiando o ex-governador do Estado mineiro João Pinheiro, 1918. (Fonte: Arquivo do Museu Municipal “Tuany Toledo”, Câmara Municipal de Pouso Alegre).

Já outra fotografia obtida no acervo do Museu Municipal é um dos poucos registros do antigo Parque naquela época. Datada de 1908, porém, sem autoria é

⁴⁵ LUCENA, Célia Regina Toledo. *Memórias de Famílias Migrantes: Imagens do Lugar de Origem*. In: Projeto História do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC/SP. São Paulo: EDUC, nº 17, 1998, p. 397.

possível perceber através de seu registro múltiplas temporalidades que marcam o espaço da Praça João Pinheiro. A paisagem “moderna sobrepõe-se a imagem da antiga cidade que, naquele momento, se inovava, com passeios largos, passarelas bem desenhadas, delineando seu cenário e expondo suas características. A praça é apresentada como exemplo mor dessas modificações, de espaço amplo e aberto com calçadas revestidas de mosaicos portugueses, vindos do interior de São Paulo (Campinas), mostrando, entre outras coisas, o quanto as autoridades locais entre promotores a Vereadores, estavam atentas as tendências adotadas em outros centros urbanos.

Um dos sintomas associados à implementação de uma “época de adiantamento” na cidade estava expressa, particularmente, com a instalação da sede do Regimento Militar, em março de 1918. A constituição de sua sede, a pouco mais de 300 metros de distância do Parque sob o comando do tenente coronel Marcos Pradel de Azambuja, foi incentivada por um representante latifundiário que anos antes tinha passado pelo Executivo Municipal e agora, na vice-presidência do Estado mineiro, Eduardo Vilhena do Amaral, firmava importantes alianças junto a outros setores. Para sua instalação, foi desapropriada a chácara onde funcionava o Seminário, o Ginásio e o Colégio das Irmãs da Visitação, transferindo os educandários de cunho religioso para outros prédios construídos pelo bispado local.

Isso demonstra, ao mesmo tempo, a mediação e as negociações feitas entre Igreja e militares que juntos, segundo as memórias de Amadeu de Queiroz, fariam daquele acontecimento mais a criação do bispado, “os dois pólos onde se apoiou o progresso da cidade. Que trouxe cultura e fé, firmou a consciência cívica da população e de toda região sul-mineira”⁴⁶

Essa decisão levada a cabo pelos poderes públicos, implicava desalojar famílias pobres, expulsando-as de áreas centrais, onde habitavam em pequenas casas, levando-as a procurar locais de difícil acesso e edificação. Dessa maneira, a mesma cidade que se embelezava, desenvolvida por conta de instituições que se atribuíam da tarefa de trazer essa “consciência cívica”, era também aquela que formava o que hoje é conhecido como os bairros de periferia, como no caso do “Aterrado”, por exemplo. Denominado bairro São Geraldo, este constitui-se num dos

⁴⁶ QUEIROZ, Amadeu. Dos 7 aos 77.

maiores núcleos de concentração popular de Pouso Alegre e também o mais discriminado com relação a segurança e aos modos de viver de seus moradores.

Os memorialistas atribuíam aos militares à chegada de investimentos financeiros e estruturais na cidade, apontando como características de desenvolvimento “novas construções que surgiam “[...]por volta de 1920, alguns melhoramento urbanísticos já se notavam, como ajardinamento da Praça Senador José Bento, O Largo Coração de Maria, com seu artístico Santuário, o Parque Municipal, na Praça João Pinheiro, a sua avenida principal e as ruas largas e retas e próximo dali o próprio quartel”⁴⁷

A construção de um grande complexo de prédios para instalação de uma instituição militar que por sua vez desapropriou uma imensa área de terras, antes pertencentes à Igreja e que agora abrigava, entre outras coisas, guaritas, equipamentos militares, portões e muros repletos de arames vigiados por um contingente considerável de homens fardados e armados. Essa presença militar, marca de forma significativa, a cidade e sua memória, bem como o cotidiano da Praça João Pinheiro.

Segundo a narrativa de Mário Oliveira, um dos moradores mais antigos na proximidade da Praça, a instituição dos militares nas proximidades de sua residência, bem como do Parque Municipal proporcionou a ele e outros conhecidos a chance do primeiro emprego ou do engajamento na carreira:

“ Eu carregava marmita pros oficiais, ali onde é aquela casa da Copasa[de frente à praça], antes eu era moleque ali era república de oficiais. Então eu e mais uns colegas ia buscar comida no quartel e levava até ali pra eles. Quem morava ali era o, ainda tem um coronel na época ele era Tenente que é vivo, ele se chama Márcio Francisco de Carvalho. Morava ai na república, hoje ele casado com uma mulher da família Beraldo, ele mora lá perto da Medicina.”⁴⁸

Essa articulação feita entre a prosperidade trazida pelo Regimento e sua ligação com o desenvolvimento da cidade e a movimentação nos arredores da praça, principalmente feita por oficiais, que ali firmaram uma “república”, visto a proximidade com a sede do quartel, é uma opinião compartilhada na visão de Moacyr Honorato Reis. Todavia, ao contrário de Mário de Oliveira, seu nível de envolvimento com os militares é bem menor, narrando em sua entrevista um outro

⁴⁷ GOUVEA, Octávio Miranda. O.p. cit.pp. 83-84.

⁴⁸ Entrevista realizada com Mário de Oliveira.

lado desta “movimentação” militar. Em sua fala, Moacyr, critica a forma como eram direcionados o acesso à educação formal e os benefícios educacionais, exaltados nas memórias dominantes:

“ Então, quer dizer desemprego, desilusões, então quem tinha segundo, terceiro grau eram pessoas da alta né? Quem tinha condições de estudá, né? Condições de fazer uma faculdade, um ginásio, falava ginásio, na época, fazer um científico e tal. Apesar de estar tudo aqui pertinho, tudo ao lado do Parque[...] Então era diferente, era uma minoria que tinha condições de estudar. Em Pouso Alegre, o comércio era patrocinado pelo Exército. Todo o comércio e não tinha emprego. Se você quisesse trabalhar tinha que pegar o que aparecia e muito do que tinha dependia dos militar”⁴⁹

Desde as intervenções realizadas a fim de se tornar aquele local num parque arborizado, uma tríade formada pela Igreja, pelos militares e por uma pequena burguesia agrária, constituía um poder que se realimentava mutuamente não só na cidade, mas nos arredores do Parque, procurando impor uma forma de pensar e viver a praça, seja através de meios mais sutis, como a imprensa, seja através da implementação direta em ações por meio da política e da influência.

Os depoimentos, principalmente daqueles que foram militares como Mário de Oliveira, apontam a ocupação dos arredores do Parque por oficiais evocando nomes como dos Coronéis Ribeirinho e Vascolncelos Costa (mais tarde veio a ser Prefeito da cidade), Valdir Leal (tenente), Luis de Souza Pinto Procópio Filho (capitão) e o sargento Couto que por ali residiam e não raro participavam ativamente com opiniões e sugestões, intervindo diretamente nas decisões políticas da cidade. Localizada a pouco mais de 300 metros da sede do Regimento Militar, a praça João Pinheiro e seus arredores para esses militares, era transformada, praticamente numa “vila militar”.

Os donos remanescentes das casas mais próximas à igreja do Rosário partilham certo sentimento de superioridade social, compartilhando esse “sentimento” agora com os militares que ali se instalavam. Na realidade, o Parque não era somente um local de sociabilidade e de intervenções de parte da sociedade pouso-alegrense, mas, sobretudo, os seus arredores permaneceriam marcados pelo movimento escolar, militar e Católico.

⁴⁹ Entrevista realizada com Moacyr Honorato Reis.

Neste local, seja através dos colégios de formação infantil, na sua maioria, instituições particulares administradas pela Igreja Católica⁵⁰, seja por vizinhos que, mais pobres, não tinham acesso a estas instituições, mostrava toda uma tensão de um espaço que articulava a vivência de algumas classes privilegiadas de Pouso Alegre e que aos poucos mostrava suas intenções em educar, sob um aspecto disciplinarizador essa população pobre, fornecendo as diretrizes e representando seus interesses para a cidade, seja na política administrativa, ou na legitimação de uma memória sobre a região.

Educando segundo moldes e uma cultura moralista e conservadora, a Igreja detinha inúmeros colégios particulares os quais atendiam a demanda dos filhos dessas classes privilegiadas que por ali residia. Percebe-se nesses relatos menção aos nomes de muitos senhores e senhoras de famílias “respeitáveis”, normalistas, meninos e meninas em tempos de colégio:

“Na esquina ali morava a dona Afonsina, esse prédio aqui que você ta vendo [aponta com o dedo para um prédio residencial ao lado da igreja de São Benedito], era uma casa velha do capitão Couto. Ali, agora não sei como é que chama aquilo ali [prédio do Instituto de Previdência Municipal], era as Carmelitas que ficavam ali.

Juliano: Carmelitas? Eram freiras né?

Mário: Freiras, agora elas tão lá perto da Volkswagen. É, elas ficavam aqui, todo dia chegava as cinco horas elas batiam o sininho., nós acordava com o sininho.

Juliano: Cinco horas da manhã?

Mário: Cinco horas da manhã. Cinco e meia, se não me engano, tinha missa ai. As Carmelitas, na época, eram fechadas não sei se são até hoje”⁵¹.

⁵⁰ Nas páginas da historiografia local, figurando enquanto uma das grandes responsáveis pelo progresso da cidade, a Igreja Católica estabeleceu no município inúmeras instituições de ensino e assistência social, que fizeram de Pouso Alegre, um importante centro letrado da região sul-mineira. No início do século, havia um Ginásio e um Seminário mantido pela Diocese local, voltados para a ordenança e educação de meninos da elite da região. Ao elevar-se a categoria de Bispado foram criadas outras instituições tais como a casa de Congregação dos Missionários do Sagrado Coração de Maria (1905), a fundação do jornal oficial da Igreja denominado “A Semana Religiosa” (1902), o colégio das Irmãs da Visitação, a escola Agrícola Francisco Sales, além da Escola Normal Santa Terezinha, todos estes bem próximos à praça João Pinheiro, localizados num raio de pouco menos de 100 metros de abrangência no arredores. Além destes havia o tradicional colégio São José, a escola em regime de internato das Irmãs Dorotéias (1911), voltada a educação feminina da elite pouso-alegrense. Obras como a escola profissional Delfim Moreira (1907), do asilo São Vicente de Paula, e do Orfanato Nossa Senhora de Lourdes (1920). Cf. GOUVEA, Octávio Miranda. O.p. cit. pp 169-180.

⁵¹ Mário de Oliveira é viúvo e tem 65 anos. Pai de 3 filhos, sempre residiu desde seu nascimento nos arredores da Praça João Pinheiro até os dias atuais, Ele e seus irmãos eram conhecidos na região como “filhos do Dios”, apelido dado ao pai que era bom pedreiro. Trabalhou desde cedo com 13 anos para o Regimento Local, levando marmitas para os oficiais. Entrou para a corporação em 1962, se aposentando em 1990. Entrevista realizada em 17/01/2007, na praça João Pinheiro.

Mais do que demarcar presença, as instituições católicas no local, demonstram, todo um interesse em articular em torno de si diretrizes de “normatização” do tempo e das práticas, simbolizados através do sino tocado na Igreja de São Benedito (ao acordar as pessoas nos arredores) e da introjeção de práticas cristãs, moralmente sadias, lembrando que além da hora de acordar, estava, antes de tudo, chegando a hora de orar na igreja mais próxima⁵². A presença marcante da Igreja e de suas instituições e símbolos, nos arredores da praça, expressam uma preocupação moral de vigilância em relação às práticas que a população freqüente exercia naquele espaço.

Organizadas como casas de estudos, primordialmente, voltadas ao ensino sacerdotal, mas depois, atendendo uma demanda laica cada vez maior, as instituições religiosas Católicas, eram praticamente o único local de aprendizado, ao menos das primeiras letras, até meados da década de 1930 em Pouso Alegre.

A maioria se localizava a pouco mais de 50 metros de distância uma da outra, nos arredores da Praça João Pinheiro, sendo assim até os dias atuais. Esta presença Católica articula-se a outras instituições, tais como a escola profissional e a elite militar e agrária, construindo uma força hegemônica no lugar.

Esses colégios eram muito mais que simples centros difusores de um conhecimento “civilizatório”, eram verdadeiros locais de convívio e articulação das classes privilegiadas pouso-alegrenses. Ali se formaram futuros doutores-farmacêuticos, veterinários e dentistas, que mais tarde, iriam compor os quadros políticos da municipalidade e da região. Para, além disso, estenderiam suas atribuições como jornalistas, literatos e memorialistas da cidade⁵³.

A justificativa do poder legislativo para um conglomerado de colégios construídos junto à praça era que: “ *teria como centro a escola que deveria ficar eqüidistante das áreas residenciais por ela atendidas, permitindo o fácil acesso das crianças, que em muitas vezes se encaminhariam para ela passando apenas por jardins, sem atravessar ruas(...)*”⁵⁴

⁵² Além da Igreja do Rosário, próximas a praça haviam o Santuário do Sagrado Coração de Maria a Igreja de Santa Terezinha, o Palácio Episcopal, a Cúria Metropolitana, a Capela do Colégio São José, todos a menos de 100 metros de distância um do outro.

⁵³ Nesse sentido, o historiador local, Rubens Barros Laraia esclareceu que além desses colégios de ensino infantil, próximos a praça, estabeleceram-se escolas de farmácia, odontologia e mais tarde veterinária, todas funcionando no mesmo prédio até 1937. Nelas formaram-se muitos desses “filhos bem nascidos”, provenientes dos colégios de ensino particular da cidade, que mais tarde se embrenharam na carreira política, tendo como acesso fundamental a fundação ou participação decisiva nos jornais em Pouso Alegre.

⁵⁴ Folhas Avulsas. Atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Pouso Alegre, agosto de 1918.

Essa fala exposta durante uma sessão da Câmara Municipal pouso-alegrense, por um dos vereadores, demonstra o quanto às modificações realizadas nos espaços da cidade eram pensadas e voltadas a uma preocupação que atendia muito mais aos anseios de uma elite política que não queria seus filhos trafegando pelas ruas da cidade, utilizando a praça como um local de “travessia”, do que uma preocupação estritamente educacional, que também o era. Nesse sentido o “atravessar ruas” é colocado não tanto como um perigo físico, mas, sobretudo um perigo moral. Além disso, percebe-se o desenvolvimento de um modelo institucional que quer promover um convívio mais estreito do Parque com as escolas primárias, compondo um conjunto educacional em torno de um mesmo espaço, voltado a disciplina e a ordem.

Com o crescimento de instituições e o estabelecimento de escolas de ensino público na vizinhança da Praça João Pinheiro, como o colégio Hermantina Beraldo e mais tarde o Joaquim Queiroz, ambos de responsabilidade do Estado, saindo da esfera restrita das irmandades religiosas, mas ainda de certa forma ligadas a elas, cresce o número de potenciais leitores, ampliando a rede de abrangência dos jornais.

Os anos entre as décadas de 1920 até 30, foram marcados pela abertura de novas ruas e alargamento de avenidas; houve reformas e ampliação de prédios e largos já existentes, a construção de sedes que pudessem comportar as repartições municipais. Essas obras de infra-estrutura, são vistas e divulgadas como “sintomas do progresso e da modernidade na cidade”.⁵⁵

Paralelamente, encontramos ao lidar com outros depoentes, vizinhos que nasceram, cresceram e formaram suas vidas ali, características de uma vida cotidiana pouso-alegrense pacata, típica de cidade do interior mineiro. Entre eles, a visão de dois ex-políticos da cidade Milton Reis (deputado estadual e federal) e Saulo Jésus Salles (ex-vereador e presidente da Câmara Municipal) e dois vizinhos da Praça desde a infância Mário César Barbosa e Denaide Teixeira Alves.

Em comum, a vivência por um logo período de suas vidas nas adjacências. A diferença fica por conta de pertencerem a classes sociais bastante distintas, que em suas narrativas, fica bastante clara, a visão que cada um tinha em relação ao

⁵⁵ Obras e melhoramento urbano em Pouso Alegre. Jornal “A Época”. Pouso Alegre, 17/02/1928,

espaço da praça, bem como daquilo que se seleciona para lembrar. Enquanto os vizinhos se lembram das práticas e dos hábitos, os políticos, se limitam aos nomes:

Saulo Jésus: “Nessa época o parque não era como é hoje; era muito mais bonito! Tinha árvores centenárias, era todo cercado de cerca viva, eu não sei como é que se...é cipreste. É uma planta toda podada, toda cortada, muito bem plantada, tinha muita qualidade de flores. Nós tínhamos um jardineiro ali com o nome de José Jardineiro(...) Ele que tomava conta sozinho de todo o parque, varria e plantava(...)era o lugar onde a meninada, os meninos da época vinham brincar(...)”.⁵⁶

Denaide Teixeira: “Tinha uns bancos pra gente sentar, entendeu? Tinha umas árvores, tinha umas piorrinhas que caía das árvore, a gente brincava com aquelas piorrinhas, botava nas unhas. Olha, sempre que eu era pequenininha eu gostava de sentar nos bancos pra pegar aquelas piorrinhas que caia das arvores e brincar nos bancos. Os bancos eram aqueles bancos antigos, compridos, antigos, bonitos! E as árvores mais bonitas ainda!”⁵⁷

Mário C. Ribeiro: “Mas Pouso Alegre era assim, sabe? Eram poucas as pessoas, mas havia solidariedade que é uma coisa muito boa! Então, por exemplo, na minha casa quando os meus pais, os meus avós ia fazer pamonha né? Então reunia um grupo de mulheres da rua, todo mundo ralava o milho, depois todo mundo saboriava a pamonha né? Então, por exemplo, frutas, em cada casa tinha plantações. Na minha casa, por exemplo, tinha muito pé de abacate, pêssego, sabe? E nas outras casas tinha outras frutas, quando era época de dar frutos a gente dividia com a vizinhança! E uma coisa que eu me lembro, que era uma coisa tão boa rapaz, é a preocupação que as pessoas tinham uma com outra. Por exemplo, se as pessoas vissem que o meu filho, ou a minha filha tivessem fazendo alguma coisa de errado, as pessoas se preocupavam em vim e falar com a gente: -“Olha cumpadre, seu filho ta fazendo isso”. Coisa que hoje ninguém importa, não é memo? Então conforme eu tava te falando, Pouso Alegre era assim! Uma cidade pacata, gostosa de se viver, todo mundo conhecia o outro. Hoje as coisas ficaram tão longe, pra você ter uma idéia quase tudo aqui em Pouso Alegre era na região central. Você precisava da Prefeitura era aqui na praça João Pinheiro, você precisava de um centro de saúde, era pequenininho, mas era ali em frente a catedral. Então Pouso Alegre mudou

⁵⁶ Entrevista realizada com Saulo Jésus Salles de 77 anos em 03/06/2004. Natural de Pouso Alegre, nascido e criado nos arredores da praça João Pinheiro, reside até hoje na rua Tiradentes. Viúvo, pai de uma filha, atuou na cidade como contador, mais tarde se engajou na carreira política exercendo dois mandatos no legislativo, sendo um como Secretário da Câmara e outro como Presidente eleito da casa. Nessa ocasião, após um ano, solicitou seu desligamento da política, segundo ele por divergências políticas. Formado em Direito se dedicou a docência na Faculdade de Direito do Sul de Minas, exercendo hoje o cargo de tesoureiro da instituição.

⁵⁷ Entrevista realizada com Denaide Teixeira Alves em 25/02/2005.

demais. Trouxe muitas coisas boas, mas o desenvolvimento trouxe muitas coisas amargas, ruins pra cidade”⁵⁸.

Em sua narrativa Milton Reis completa:

“Pouso Alegre era uma cidade bucólica, tranqüila! Aquele tempo Congonhal, Senador José Bento e Estiva, eram distritos de Pouso Alegre. E com tudo isso, Pouso Alegre, só tinha 18.000 habitantes. Veja como a nossa cidade era pequena(...) Falando sobre o Parque, eu devo lhe dizer que eu o tenho nas mais gratas recordações daquele Parque! Hoje, onde se situa a arquidiocese, a sede da arquidiocese, era uma escola onde eu estudei. A dona Carlina Azevedo, foi onde eu fiz o segundo e o terceiro ano, porque as primeiras letras foi minha mãe que me ensinou! Minha mãe era professora, o segundo e o terceiro ano os fiz na dona Carlina Azevedo que era uma grande educadora e a escola era lá, naquela casa grande, ao lado do Parque. O recreio nós vínhamos para o Parque onde havia bancos pra se sentar, onde havia grama e inclusive passarinhos, o que hoje não os há. Por sinal, devo dizer que a muito tempo não vejo beija-flor por essas imediações. Essa ave tão bela que num esvoaçar de asas, ela fica como que parada não é? Sobre as flores, eu até sobre este propósito, falando sobre o beija-flor, eu fiz uma trova, segundo a qual, o beija-flor é: campeão na sua vida de amores, não sofre qualquer sansão, por tirar o néctar das flores!”⁵⁹

Nas falas, transparece uma Pouso Alegre que mantêm feições de uma cidade pequena, como um espaço de convivência harmonioso. Se por um lado, práticas de solidariedade e “camaradagem” eram recorrentes, atitudes de individualismo e preconceito também o eram. As mudanças na Praça se revelam como novos projetos elaborados por outros sujeitos sociais, para os quais, a cidade não se enquadra nos padrões expostos em leis e opiniões publicadas em jornais,

⁵⁸ Mário César Barbosa Ribeiro nasceu em Pouso Alegre, casado pela segunda vez tem quatro filhos. Sua vida teve início no ano de 1951 numa casa localizada, hoje, na rua Coronel Campos do Amaral (na época região da Zona de Meretrício, próxima a praça João Pinheiro), onde passou toda a infância e adolescência. Trabalhou como padeiro, funcionário público, enfermeiro e atualmente dirige uma ONG denominada ARNEPA (Associação da Raça Negra em Pouso Alegre), voltada a promover eventos, oficinas, palestras e atividades esportivas de interesse da raça negra em Pouso Alegre. Muitos desses eventos são realizados na praça João Pinheiro. Entrevista realizada em 05/01/2007.

⁵⁹ Milton Reis é natural de Congonhal (antigo distrito de Pouso Alegre), tem 78 anos. Casado, pai de dois filhos, formado em Direito pela Universidade do Largo São Francisco, iniciou-se na carreira política, segundo ele mesmo por “vocaçào” em 1954, quando eleito Deputado Estadual em Minas Gerais pelo PTB. Anteriormente, se envolveu na fundação de jornais estudantis dentro de colégios particulares e dirigiu uma agremiação esportiva que funcionava dentro do Parque Infantil denominada AME(Associação da Mocidade Esportiva). Depois cumpriu mais 5 mandatos como Deputado Federal pelos partidos PTB e PMDB, sendo perseguido e caçado pelo AI-5, retornando ao cenário político em 1982. Além disso, publicou poesias de sua autoria o que o levou a uma cadeira na Academia Mineira de Letras. Foi um dos coordenadores da campanha das “Diretas Já” e da candidatura de Tancredo Neves a Presidência da República, mantendo hoje, estreitos laços com o atual Governador Aécio Neves (sobrinho de Tancredo). Entrevista realizada em 13/01/2007.

reveladoras da modernidade. Essas são perspectivas de classe que, certas narrativas tendem a minimizar ou esquecer.

Ao lidar com nossos interlocutores, percebemos de forma mais ampla, a trajetória pela qual passou a Praça João Pinheiro de meados dos anos 30 até o final dos anos de 1940. Esses quatro narradores deixam escapar um sentimento de perda, sempre tratando a praça e alguns de seus elementos mais marcantes como as árvores os bancos e os pássaros, no tempo passado, como mais harmônicos mais agradáveis; utilizando os verbos, principalmente o “tinha” e o “era”, demonstram o quanto a proximidade entre as pessoas e o lugar era uma constante na cidade, seja entre vizinhos, parentes, crianças ou amigos.

Assim, em Pouso Alegre, conforme já assinalado, a praça ia ganhando novos contornos e novas prioridades; em meados da década de 30, um levantamento feito pelo então prefeito municipal tratou de registrar as propriedades no centro urbano; duas observações, pequenas, porém incisivas, foram encontradas relacionadas aos coretos (antigo pelourinho), apontando o coreto da Praça João Pinheiro como “em estado de crítico e inadequado, portanto alvo de demolição”. Esse emprego do termo inadequado é capaz de demonstrar que tipos de prédios e construções estavam deixando de ser valorizados.⁶⁰ As autoridades legislativas e Executivas com intuito de atrair recursos do Governo Estadual, trataram de atender às exigências e as prioridades apontadas pelos representantes sanitários, pelo menos teoricamente, estabelecendo o zoneamento de sua área.

A praça com jardim, era considerada pela população como um espaço confortável para o ócio, o flerte, as conversas de fim de tarde e os encontros de trabalho até 1935, mais ou menos. No entanto, no final deste período, encontramos sinais de mudanças com este imaginário, passando a vigorar novas idéias e perspectivas de uso, em função das transformações “urbanistas modernizantes”, conforme os padrões “funcionais” e “formais” adotados como modelos de praças:

“A população tem a necessidade de um local de lazer que seja ao mesmo tempo útil, tanto quanto o ar que respiram. Não será apenas construindo uma praça arborizada com escolas por perto que alcançaremos esta finalidade, do cultivo da saúde higiênica e moral. Todavia, precisamos de um espaço que dê assistência e oriente de maneira coerente, com médicos, farmacêuticos e odontologistas, práticas ruins que só trazem o atraso ao nosso município, tais como: a criação e matança de

⁶⁰ LIVRO 238 do Arquivo Público Municipal – Registro de Próprios Municipais, aberto em 28/03/1934 pelo Prefeito Antônio Beraldo.

animais nas casas e nas ruas, o murmurinho dos bares e mercearias que comportam alguns deles os vícios da bebida e da ociosidade, a limpeza e higiene pessoal que vai desde a vestimenta aos modos a prática do banho diário[...] isso significará, acima de tudo, o início de uma época de adiantamento. “⁶¹

Num momento em que obras de urbanização se iniciam no centro da cidade, por conta do “desenvolvimento” que Pouso Alegre haveria de alcançar, a necessidade de reestruturação do espaço do Parque Municipal e das práticas ligadas a ele, abrangendo, principalmente a sociabilidade e o lazer é constantemente apontada pelos jornais⁶². Na visão do Presidente da Câmara, endossada pelo jornal, era irremediável a necessidade de se apagar as imagens de uma cidade mergulhada em práticas rurais, atribuídas como simplórias.

A documentação produzida pelo poder público municipal - formada, principalmente, pelas Atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre- registra, em meados da década de 1930, o interesse por parte dos membros da Câmara, principalmente do Presidente Tuany Toledo, em assumir as responsabilidades e representar os ditos interesses da cidade na realização da construção de um Dispensário Médico junto ao Parque Municipal de Pouso Alegre.

Ainda que, somente a partir do final de 1930, essa idéia irá tomar uma maior concretude, desde a década de 1920, inúmeros projetos de lei foram apresentados à Casa, com relação à anexação junto ao espaço já “reformado” do parque, de uma estrutura que pudesse garantir e orientar a população vizinha sobre preceitos de saúde, associada às noções de civilidade.

Recomendou-se, por muitas vezes a implantação de um serviço de Assistência Médica com extensão social que teria a incumbência de “[...]prestar atendimento à população carente, principalmente na zona central, contemplando, em especial, as questões de saúde e higiene”.⁶³

Vale ressaltar que as análises dos projetos de lei e das atas da câmara municipal, revelaram durante todo o período da década de 1930 que, não havia, entre os membros do poder municipal, grandes divergências com relação ao assunto, assim como se mostrou que as relações de força e os debates entre os

⁶¹ Fala do então presidente da Câmara Tuany Toledo reproduzida no jornal “A Gazeta de Pouso Alegre”. Pouso Alegre, 23/08/1935.

⁶² “O Linguarudo”. Edição especial de Aniversário da cidade. Pouso Alegre, 19 de outubro de 1938.

⁶³ Idem.

vereadores, eram francamente favoráveis a uma nova reforma no parque, aproveitando-se das obras do posto médico e odontológico no local. Este limitado papel de representar os interesses da cidade, fazia com que a grande parte das discussões girasse em torno de iniciativas e idéias de alguns poucos vereadores.

Segundo Tuany Toledo, autor do projeto e na época ainda Presidente da Câmara Municipal, a obra era justificada, pois, no seu entendimento:

“é um contraste que ilumina e propaga o ideal de progresso em nossa municipalidade que ensina valores estéticos e de convivência aos mais ignorantes e indiferentes. O Parque Municipal tem acima de tudo uma missão patriótica de estímulo e lição, impor o progresso a nossa região”.⁶⁴

Elevando o Parque à categoria de monumento, à semelhança dos memorialistas locais que, haviam considerado aquela região como marco fundamental, coração e pulmão de Pouso Alegre, os vereadores o defendiam em nome de uma ação moral-civilizadora e de embelezamento da cidade. Na sua opinião era necessário livrar-se de: *“alguns casebres que ainda estão circundando, de semblantes os mais variados, simplórios e feios, dão-nos a idéia de uma mesclada multidão, que cumpre a função de reordenar as proximidades da obra”*.⁶⁵

As concepções de educação e moralização dos hábitos se fazem presentes nas palavras expressas de Antônio Correia Beraldo, na época, Prefeito em início de mandato. Em seu discurso enfatiza que:

“a população que passa, que passeia, vai percebendo os detalhes que cada vez mais lhes dão novos aspectos, educando-se na harmonia moral e natural que tem a obra, fundamentalmente estética.”⁶⁶

Desse modo se estabelecia uma estreita correspondência entre “progresso material” e “progresso moral”. Ao mesmo tempo a praça/monumento era apresentada como símbolo que continha o sentido de demarcar a passagem de uma situação de atraso para outra de civilização. A preocupação com a estética aparece inclusive em anúncios nos jornais, tipo classificados de casas, passando a se valorizar alguns aspectos de construções, praticamente escassas naquela época, nas redondezas como, por exemplo: *“Vende-se uma casa de construção moderna,*

⁶⁴ Atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Pouso Alegre, 25 de novembro de 1935.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Ibidem.

com todos os requisitos exigidos pelo Serviço Sanitário, situada na Praça João Pinheiro".⁶⁷

Disciplinar o mundo e as práticas rurais era a emergência apontada pelos políticos locais a partir da década de 1930. A disputa pelo poder, pôde ser acompanhada na instância municipal através de inúmeras fontes documentais, entre elas, as resoluções e decretos, ora a pedido de alguns munícipes, ora de interessados influentes, solicitando providências no sentido de eliminar, evitar ou atenuar alguns episódios como, por exemplo, o fato de *"vacas estarem soltas pelas ruas, bem como a regulamentação e padronização para a criação de animais domésticos e a matança de porcos pelas ruas e quintais da cidade"*⁶⁸

"Tomar medidas positivas e, sobretudo, enérgicas parece denotar que a "Ordem" era a condição necessária para o "Progresso"⁶⁹, portanto, a população necessitava adquirir hábitos de modo a se inserir no novo tempo, junto a prosperidade, investindo seu tempo, no aprendizado de novas práticas, na instrução pública, na higiene e no trabalho"⁷⁰, compreendidas como caminhos indispensáveis a serem trilhados a fim de se alcançar a meta desenvolvimentista, proposta pelos políticos locais. Esse era o pensamento explicitado por políticos locais, de Pouso Alegre, que na época contava com cerca de 18 mil habitantes⁷¹.

A cidade do final dos anos 30 e início dos 40, como muitas cidades do interior brasileiro, buscava se adequar para uma realidade um tanto diferente, passando a se ressaltar por parte de diferentes instancias como a imprensa e o poder público, características e metas a serem alcançadas.

Nos jornais, os espaços abertos aos poetas, intelectuais, jornalistas, farmacêuticos e médicos, muitos deles amigos dos diretores ou de seus proprietários, eram utilizados para falar e opinar sobre a cidade. No que diz respeito à praça, apresentavam propostas num sentido de disciplinar, mesmo que de

⁶⁷ Jornal "O Linguarudo" 21/03/1939 página 3.

⁶⁸ Resolução nº 17 de 23 de junho de 1936. Assinada pelo então Prefeito Municipal.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Ata da Câmara Municipal, tomo 80, p. 56, 1934.

⁷¹ Essa é uma estatística aproximada, obtida através de um levantamento solicitado junto ao IBGE. Segundo os dados fornecidos, Pouso Alegre possuía em 1940; 19,752 habitantes, sendo 11.200, da população urbana e 8.552 habitantes no campo. O orçamento municipal era de 1.050:000\$000 réis. A cidade possuía 2600 prédios e duas praças: Senador José Bento e o Largo do Rosário. Havia 11 médicos, 14 advogados, 12 dentistas, 1 engenheiro, 12 farmacêuticos e dois veterinários. Somavam 3.600 propriedades agrícolas voltadas para pecuária, bovinos e suínos, e agricultura. A indústria fabril contava com 80 fábricas das seguintes especialidades: banha, manteiga, cola química, aguardente, polvilho e etc. O mercado municipal funcionava às sextas e sábados e a limpeza pública era mantida pela municipalidade.

maneira informal, a família, a criança e, conseqüentemente, à sociedade como um todo.

Propunham mudanças e perspectivas que se refletiam na forma de intervenções no espaço da Praça João Pinheiro, enquanto local privilegiado para estes fins:

“Dispensário Escolar de Pouso Alegre, inteligentemente creado e mantido pela Prefeitura Municipal, prestou neste ano serviços de importância capital à saúde das crianças pobres.

Quando o Prefeito Tuany Toledo, na presidência da antiga Câmara Municipal, promoveu a criação do Dispensário Escolar teve um dos gestos mais felizes de sua vida pública. Posteriormente, como Prefeito Municipal continuando a manter e ampliar os serviços do mesmo mereceu de todos os homens de boa vontade quentes louvores pela sabedoria e inteligência com que encarou esse problema importantíssimo às crianças pobres de todas as escolas.

Cresce dia a dia a utilidade da nobre instituição instalada na Praça João Pinheiro, com os seus variados serviços de consultas médicas, injeções, curativos, distribuição de medicamentos, exames de fezes, exames para pesquisa de bacilos de Hansen, vacinas contra o tifo, medicações contra verminoses, fornecimento de leite às crianças pobres e diversos serviços do gabinete dentário, tornou-se o dispensário escolar uma organização modelar que honra a administração que o mantém e tranqüiliza a sociedade sobre a qual recaem os benefícios das suas atividades magníficas”⁷²

A matéria publicada é parte de um relatório elaborado por um inspetor sanitário que há pouco passara por Pouso Alegre e região, avaliando as condições dos estabelecimentos de saúde, higiene das ruas, casas e da própria população. Vindo direto da capital mineira, sob ordem da Secretaria Estadual de Saúde, sua intenção ali era verificar se as normas de higiene como a limpeza das vias públicas, a quantidade de animais soltos pelas ruas, o tratamento da água e esgoto, o atendimento em hospitais, estavam condizentes com as especificações e parâmetros formulados por esses mesmos fiscais, com base nos dados fornecidos por estatísticas formuladas pelo IHGB (Instituto de História e Geografia Brasileiro) que diziam respeito ao número, idade, sexo e concentração da população local.

O trecho do relatório publicado enaltece e traz as intenções expostas desde 1936, quando seria divulgado, ainda sob o comando da presidência da Câmara Municipal por Tuany Toledo, a definição do Dispensário, sua finalidade e concepção

⁷² *O Município*. Pouso Alegre, 21 de dezembro de 1939, p.1. Os erros de grafia não são da digitação, foram mantidos do original por nossa opção. Assim todos os demais erros gramaticais dessa e de outras notas utilizadas neste trabalho, foram transcritas dos documentos.

de trabalho, bem como os procedimentos a serem seguidos, detalhando e demonstrando todo um esforço em organizar um conjunto de idéias e práticas de modo a atender as exigências de um órgão público municipal daquele tipo.

Anexado ao espaço da Praça João Pinheiro, o Dispensário Infantil foi concebido como espaço de ação educacional e social que, pretendia entre outras coisas, educar o corpo, a mente e o coração das crianças, cujo aspecto moral e social consistia em inculcar-lhes “o comportamento saudável e educado, os sentimentos de lealdade e dever, tanto na família, como na escola, no lar e na sociedade, além de orientar para a educação higiênica que objetivava o aprendizado “de maneiras de defender, cultivar e amar sua própria saúde”.⁷³

Ainda segundo a proposta de Tuany Toledo, a idéia do Dispensário não se restringiria “a cura dos males do corpo”, mas “se inscreve numa concepção muito mais ampla que abarca os aspectos físicos, morais, sociais e de higiene”.⁷⁴ Mais curioso ainda é a denominação de “Dispensário Escolar” a um local que, tinha por finalidade atender “à saúde das crianças pobres”.

Todas as referências construídas em torno da doença no discurso da saúde, contudo, assumem um propósito, pois, ao ser tomada enquanto metáfora, através dela designa-se sempre um mal a ser combatido, algo a ser riscado, e, nesse sentido embasa-se os argumentos que apontam o dano na sociedade⁷⁵, por parte dos poderes públicos. A evocação da pobreza e de seus hábitos enquanto se inscrevem numa realidade diferente daquela de quem detêm o poder, estabelece uma imagem de deterioração, que é particularmente útil: “*para aqueles que precisam transformar campanhas em cruzadas*”.⁷⁶

Assim, abriram-se cada vez mais os espaços em jornais e publicações para a opinião médica em Pouso Alegre que aconselhasse, dava diretrizes e reeducava a população pobre em hábitos do dia-a-dia, tendo como um espaço novamente propício ao discurso de “pureza” e higiene, atrelados a infância enquanto pano de fundo para dar justificativa e consistência para tamanhos investimentos a Praça João Pinheiro. Além do dispensário, direcionado, inicialmente, as crianças pobres, a Prefeitura, cada vez mais ia assumindo junto a instituições como a Igreja, a responsabilidade sobre esses setores sociais e sua saúde, fundando na década de

⁷³ Documento de instalação do Dispensário de Puericultura de Pouso Alegre. p.05.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ SONTAG, Susana. A Doença como metáfora. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. 91.

⁷⁶ Idem. p. 106.

1930 inúmeras outras instituições.

Essas instituições como os asilos e casas de internação, destinados aos “pobres doadas por pessoas de posse da cidade[...]os moradores tinham por obrigação de rezar todos os dias pelo doador da casa[...]Além da Vila D. Nery, a diocese possuía outras duas casas, destinadas, exclusivamente aos tuberculosos”⁷⁷.

Além do caráter “isolador” dessa população pobre, havia ainda, o sentido assistencial nessas obras. Nelas, tanto as crianças pobres quanto suas famílias, aparecem enquanto “beneficiários” das ações do poder público local e da caridade das classes dominantes que, detinham o controle sobre as formas de acesso aos meios de saúde, cultura e assistência formais. Daí partia a idéia de que caberia a esta elite, aliada ao poder público, levar cultura ao povo, no sentido de civilizá-lo criticando hábitos e desclassificando valores.

Nos estabelecimentos instalados no Parque, buscava-se muito mais do que tratar as doenças do corpo, mas, sobretudo sanar as doenças morais: *“a verdadeira higiene intelectual, desde que entendida pelos homens do povo, a higiene do espírito na formação do caráter patriótico, de disciplina, bom-senso e límpido”*⁷⁸

Valorizava-se a figura do médico enquanto proponente e orientador de hábitos sadios, direcionados à população, principalmente, no período da infância, os quais seriam cultivados se seguidos por práticas como:

“a higiene, a ginástica[...]a higiene acima de tudo espiritual, assuntos ligados entre si, para o estabelecimento do progresso, que através desses preceitos o ser humano será diferente do que era. [...]Será melhor como individuo e como colaborador do bem estar social!”⁷⁹

Propostas que aliavam a higiene pessoal, do dia-a-dia, à prática de esportes, enquanto elementos fundamentais para se propagar o “progresso”. A multiplicação destes preceitos no social; eram ideais discutidos naquele momento, em esferas muito mais amplas da ciência e da medicina. Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, a questão da higiene se desdobrou em inúmeras políticas públicas acerca da saúde e da reeducação da população pobre que, de certa forma, ecoou em Pouso Alegre.

Apesar de aparentar, em teoria, que aqueles estabelecimentos localizados à Praça João Pinheiro estavam abertos ao público em geral, atendendo as

⁷⁷ GOUVEA, Octávio Miranda. O.p.cit. 173.

⁷⁸ Documento de instalação do Dispensário de Puericultura da Praça João Pinheiro. *Op.cit*; 8.

⁷⁹ Idem.

“ocorrências odontológicas na parte da manhã(entre as 8:00 e 12:00) e médicas no período vespertino(das 13:00 às 17:00)”⁸⁰, seu principal objetivo se mostrou na orientação das “creanças de baixo nível social e econômico, advindas de famílias de baixa renda, pobres[...]”⁸¹, para os quais, se formulavam e se propunham práticas educativas:

“O Médico diretor não se limita a atender o doente. Ele faz, quando necessário, determinadas preleções, que, embora sintéticas, instruem e orientam devidamente. O doente, que também é estudante, passando, por conseqüência, por transformações constantes e variadas, recebe os primeiros toques que irá, com vagar, formar sua personalidade. O dispensário, pois, auxilia o desenvolvimento intelectual e contribui para a formação do caráter do pequenino ser. Pediatria ao lado da Psicanálise.”⁸²

Neste trecho, valoriza-se ainda mais a presença médica nestes estabelecimentos, atribuindo-lhes uma funcionalidade que ia para além de curar o físico. A infância pobre, segundo essa concepção aparece mais propensa às doenças, aos vícios, nesse caso vistos como valores negativos se não aproveitada enquanto um momento “útil” da vida para o aprendiz.

Nessa mesma perspectiva era colocada a necessidade de incutir e cultivar nessas crianças, sentimentos de dever e hábitos higiênicos que pudessem compartilhar “no lar, na rua, na escola e por fim na sociedade como um todo”⁸³. Os ensinamentos de princípios elementares que, segundo a retórica médica da época: “*objetivava a criança a apreender, defender, cultivar e adorar sua própria saúde, preparando-lhes para um convívio coletivo sadio*”⁸⁴. A criança passava a ser um elemento multiplicador no social, de preceitos que buscavam “*uma harmonia entre colaboração e necessidade em prol do progresso e do bem estar da cidade e de sua população*”⁸⁵

No referido documento de instalação do Dispensário de Puericultura da cidade, a falta de experiência prática dos vários setores da Prefeitura, a carência de profissionais qualificados e de locais adequados à observância das atitudes das crianças eram obstáculos para a instalação dessa obra.

⁸⁰ Entrevista realizada com Saulo Jésus Salles.

⁸¹ Documento de instalação do Dispensário de Puericultura da Praça João Pinheiro. *Op.cit*; 3.

⁸² *O Município*. Pouso Alegre, 14 de setembro de 1939; p. 03.

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ ⁸⁵ Documento de instalação do Dispensário de Puericultura da Praça João Pinheiro. *Op.cit*; 5.

Embora, na teoria a justificativa explicitada por Tuany Toledo, para construir o Dispensário se fundamentasse na “*experiência na observação feita em órgãos com as mesmas feições já em funcionamento em outras cidades, como São Paulo [...]*”⁸⁶, os critérios utilizados para a seleção dos profissionais que atuariam e coordenariam esse empreendimento são obscurecidos pela falta de documentação. No caso, o médico Joaquim Duarte e o farmacêutico Benedito Valdetara Silva, não foram contratados por concurso público, pois não fora aberto nenhum edital, tampouco, elaborados programas destinados a selecionar tais especialistas. Ao que parece, o critério que pesou para a contratação não foi a competência, a experiência ou mesmo a formação destes profissionais, mas o relacionamento estabelecido entre estes e o Presidente da Câmara que um ano depois viria a se tornar o Prefeito Municipal: Tuany Toledo.

Essa questão é curiosa, pois até o final da década de 1920, Pouso Alegre ainda contava com uma instituição de ensino, cujas instalações em um único prédio, atendia à formação de farmacêuticos, odontologistas e mais tarde de veterinários, em regime escolar estadual, o que significava até certo ponto uma demanda considerável de profissionais formados a cada ano na cidade de Pouso Alegre, além de um centro de articulação “intelectual” que, de certa forma, estabelecia laços naquele recinto.⁸⁷

Todavia, do ponto de vista dessa intelectualidade, a organização da cidade enquanto local de gente civilizada, educada e, principalmente “sadia”, tanto em hábitos sociais como em práticas rotineiras de higiene e saúde, a construção do Dispensário Médico na Praça João Pinheiro faria toda a diferença, pois, fazia parte de uma política mais ampla. Isso porque, ali, parte central da cidade, seria o local

⁸⁶ Documento de instalação do Dispensário de Puericultura da Praça João Pinheiro. Secretaria Municipal de Saúde. Prefeitura Municipal de Pouso Alegre; p. 10-11. O Prefeito justifica a edificação dos dois prédios que diminuiram o espaço físico do Parque Municipal em mais de 30 metros em sua extensão, perante o legislativo, utilizando-se de uma pequena experiência quando visitou os Parques Infantis instalados da capital paulista e que contavam com esta prestação de serviços à população pobre. Dava como garantia do sucesso do empreendimento, sua experiência enquanto farmacêutico e como tal conhecedor das necessidades e anseios da população que lidava em seus atendimentos.

⁸⁷ Em 1924 este colégio passou a ser regido pelo regime federal de ensino, o qual passou a exigir uma série de medidas, tais como a construção de um novo prédio, novos equipamentos, fiscalização federal e exames em faculdades federais para a revalidação do diploma, estruturas estas que após inspeção por parte de fiscais federais, foram analisadas como insuficientes para este fim, provocando seu fechamento. O intuito durante sua inauguração e reconhecimento por parte do Governo Estadual, em 1914, era a escola ser o ponto de partida de uma futura faculdade de Medicina, o que só veio a se concretizar em Pouso Alegre em 1969 com a FUVS (Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí), em regime particular, com terreno comprado das Carmelitas. Hoje, Pouso Alegre, não conta com nenhuma instituição de ensino superior regida pelo Estado mineiro, ou pelo governo federal.

escolhido mais uma vez, para intervenções políticas que, na realidade, são indícios de um pensamento que buscou elaborar saberes e práticas voltadas a um projeto social de educação do corpo e dos hábitos e a importância de transformar o Parque numa referência sob esses aspectos. Nesse sentido, é possível afirmar que a idealização de saúde, proposta pelas autoridades locais, estava calcada em expectativas longes de serem ingênuas ou, simplesmente, de caráter experimental.

As concepções da Eugênia⁸⁸, base de toda a discussão médicos, sanitaristas, intelectuais e políticos das grandes cidades, na época, passou a ser vista como critério definidor das sociedades civilizadas, enquanto forma de definir os papéis sociais. Nesse sentido, foi também discutida, analisada e publicada a opinião de um médico em Pouso Alegre, onde na nota ele dá orientações para a população pobre de:

Como devemos Brincar.

“Cada vez mais nos convencemos da utilidade de batermos intensamente em prol da educação sanitária individual, coletiva e social, difundindo conhecimentos úteis e indispensáveis da higiene, contribuindo assim para o desenvolvimento da Eugenia no nosso meio. A Eugenia é a força, a beleza e a saúde perfeita.

E é bem certa a máxima de Juvenal: Mens Saná in Corpore Sano.

E filhos são, só podem vir de pais sadios. Para a conquista e conservação da nossa saúde, não basta a criação de Centros Sanitários- é preciso inculcar no espírito de todos por meio de uma educação metódica e racional, os preceitos e normas de higiene, formando-se assim, uma consciência sanitária. A criança necessita de uma educação física, de fazer ginástica, mas, Senhores Pais e Tutores- a educação física que ela precisa, é uma ginástica especial, metódica, dosada para o pequenino organismo em formação e crescimento.”⁸⁹

Apesar de Pouso Alegre não contar com cientistas que discutiam a questão da eugenia e sua aplicação com a mesma intensidade e do mesmo calibre, como o Dr. Renato Kehl, no Rio de Janeiro (na época, criador do Comitê Central de Eugenismo), existe um grupo, formado também por médicos que formulam suas orientações sobre para cidade, à partir de preceitos com apelo fortemente excludente, de acordo com os princípios da Eugênia.

⁸⁸ Foi um termo criado no século XIX pelo cientista inglês Francis Galton, que se inspirando nos estudos de seu primo, Charles Darwin, definiu a Eugênia como : “o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente”. In: Hereditary Genius, 1869.

⁸⁹ Jornal “O Município”. Pouso Alegre, 26 de janeiro de 1939, p. 2. Coluna Médica, assinada por Exórcio Neto.

Em sua fala, o médico assume que, o Dispensário não seria suficiente para a formação de crianças e adultos, completamente “sãos”. Outras práticas são necessárias, assumindo o caráter educacional da questão. Defendendo a noção do mais forte e impondo um discurso de “regeneração social”, o qual associa a destituição de saberes e fazeres dos pais “pobres” a uma noção desqualificadora, nesta perspectiva, os adultos pobres, sequer sabem orientar os filhos a um “simples brincar” que, na visão do médico, deveria ser um brincar organizado, metódico e acima de tudo, um estímulo a formação de uma “consciência sanitária”.⁹⁰

No artigo publicado, é possível identificar a educação física, a ginástica, o esporte, este compreendido como um conjunto de saberes e práticas que articulavam um projeto de educação do corpo, desde que, praticado de acordo com preceitos e métodos científico - um projeto que expressa uma concepção de limpeza não só corporal, mas moral e social, compondo, assim, um quadro mais amplo de higiene dos comportamentos. Nele, homens e mulheres quando sadios e cultivados física e espiritualmente por uma adequada educação, possuem predisposições “naturais” para a moralidade.

Cabe ressaltar que o surgimento do jornal, em que essa nota foi publicada, se deu concomitantemente a ausência de liberdade de expressão no Brasil, quando o país vivia sob a ditadura do Estado Novo. Durante esse período, o jornal “O Município” afirma-se como publicação oficial, e como tal, tem legalidade para publicar assuntos referentes às medidas tomadas pelo governo municipal em suas ações desenvolvidas nos mais variados sentidos, entre elas, na área da saúde, bem como ao métodos e noções científicas que lhes serviam de base.

Ganhando uma certa “periodicidade” semanal, assim como a coluna médica, outros assuntos eram divulgados também como conhecimentos técnicos, pedagógicos, estéticos e ideológicos. Contudo, não seria aqui prudente considerar o jornal apenas como um veículo de propaganda ideológica de um governo municipal (que também o era). O jornal oficial dos poderes públicos municipais, incorporava aspectos doutrinários do Estado Novo, militarizado, anti-oligárquico e nacionalista. Embora essa ideologia estivesse também presente ali, divulgavam-se tais idéias a partir de filtros locais. Assim, o esporte e a educação, declarados fatores determinantes na preparação de homens, mulheres, e, sobretudo, das crianças para

⁹⁰ Idem.

o enfrentamento da vida no amanhã, eram submetidos aos critérios científicos dos profissionais locais de saúde.

Numa visão mais ampla, pode-se dizer que as idéias se inserem no movimento pedagógico e racionalista do início do século XX, uma política cuja noção de civilidade, baseava-se na antropologia, na medicina e na Eugênia. Propunha a valorização de aspectos naturais como à importância da circulação do ar, da incidência dos raios de sol e dos exercícios físicos ministrados com disciplina em meios que pudessem prover tais aspectos, pretendia-se atingir, sobretudo, as crianças aprendessem a viver com sobriedade e frugalidade, compondo um quadro mais amplo em busca de uma higiene dos comportamentos.

É interessante notar que, para alguns contemporâneos, é justamente, o caráter pacato da cidade que favorece para tal intervenção. Nesse sentido a Praça João Pinheiro rodeada de escolas, postos médicos e por um parque arborizado, passa por um processo de mudança, em nome do controle e da aplicação de métodos “científicos” a fim de se valorizar e cultivar aspectos saudáveis a vida cotidiana.

Ao erigir os dois prédios destinados aos tratamentos médico e odontológico, diminuindo o espaço do Parque em quase 20 metros de comprimento e, junto a isso, criando cargos nesses estabelecimentos para os profissionais, a Prefeitura e a Câmara Municipal, conseguiram materializar os anseios, colocando-os como necessidades da população nas opiniões emitidas por médicos e farmacêuticos, veiculadas nos meios impressos mais influentes de Pouso Alegre. Ao mesmo tempo, Tuany Toledo, ganhava credibilidade, tratando de marcar seu nome na administração pública pouso-alegrense, enquanto um dos homens mais atuantes na área da saúde e do assistencialismo na cidade.

No jornal “O Município”, encontram-se diversas publicações, entre relatos e relatórios de autoridades sanitárias que, ao visitarem a cidade, elogiam sobremaneira o investimento realizado:

“Agora, após visitar o dispensário Infantil desta cidade, não posso deixar de incluir, entre as figuras de Cronin a personalidade do Sr. Tuany Toledo, visto o modo pelo qual ele encara um dos maiores problemas da civilização moderna. Tenho percorrido inúmeras cidades de Minas e estou autorizado a opinar sobre as administrações, muitas das quais, embora sob o controle e direção de Prefeitos médicos, não realizam, pelo menos, esta necessidade imperiosa numa coletividade[...]Este serviço de assistência à infância, que

acabo de visitar, não é apenas um trabalho valoroso de técnica, como também, o resultado de uma facilidade político-administrativa, como se poderá supor. Ele é pura e simplesmente, o resultado de um problema eminentemente social, compreendido e executado por quem sente que cuidar da saúde humana, é o primeiro passo de uma honesta e sincera administração”⁹¹.

O discurso sobre a infância que visava, principalmente, as crianças mais pobres, através de um serviço que pudesse cuidar de sua saúde, disfarçava em sua retórica, características segregacionais. A população pobre não era considerada interlocutora do poder público, no sentido de não opinar e também por suas formas de lazer, de alimentar-se e curar-se, são desclassificados sempre que não condizentes com os padrões médico-ciêntíficos.

Muitos dos seus saberes, não são considerados como tal (isto é, como saberes), mas, como fruto de ignorância. Com a retórica da orientação educacional, esses discursos sobre a infância, escondem essa desqualificação, esse desprezo pela cultura popular. Dessa forma, a criança é vista a partir de suas carências, suas características culturais são vistas como desvios a serem modificados e seu tempo livre, bem como a condição da pobreza: *“todos os prazeres passivos ou artificiais não deixam mais que o tédio, a ignorância e a ociosidade se precipitem na destruição da saúde”*.⁹²

Na memória de quem ainda vivenciou aquele momento e utilizou os serviços oferecidos no ambulatório do Parque, ficaram marcadas as lembranças sobre a forma como se atendia nesses estabelecimentos, o tipo de medicação prescrita e os procedimentos adotados:

“Construiu dois prédios ali na praça. Um era o dispensário, onde tinha um médico, um dentista e tinha um farmacêutico[...] Naquele tempo, o dispensário atendia as crianças de grupo, dando assistência médica, dentária, remédio, tudo por conta da Prefeitura né? O médico era o Dr. Joaquim Duarte e o farmacêutico era o Sr. Benedito Valdetara e Silva, o dentista eu não me lembro quem era, porque eu nunca usei! [risos]. Eu usava o dispensário, eu ia lá buscar lumbrigueiro [risos]... era o remédio que mais eles davam, licor de cacau. O Doutor examinava e dava pra meninada o vermífugo, o que caiu de moda hoje né? [risos]!”⁹³

Juliano: E nesses postos o que eles tratavam, davam remédio

⁹¹ Jornal “O Município, 14/ 09/1939, p. 2.

⁹² Idem.

⁹³Entrevista realizada com Saulo Jésus Salles.

de graça?

Mário: “Tudo! Dava remédio, tratamento pras doença, tudo mesmo. O atendimento dos médico era bom! Não é como hoje não. Não tinha tanto médico como tem hoje.

Juliano: O senhor chegou a precisar do postinho ali? O que o senhor foi tratar?

Mário: Cheguei, fui lá sim! Fui arrancar um tumor de um berne que tinha entrado nas minhas costa.”⁹⁴

“Nesse postinho ali, também atendia um dentista lá sabe? Rapaz vou falá uma coisa procê! No dentista você via aquelas pessoa que vinha da roça, pra extrair o dente né? Então eles amarravam um lenço, porque o rosto inchava e vinha com o rosto reboscado, inchado sabe? [risos]...

Então chegava ali rapaz, na época os dentista usava uns anestésico que era usado antigamente, era tudo precário, então ele dizia –“Ah, é pra já!”. Então tinha dia que o dentista arrancava até os dente errado, então você via ali, gente que saia com o rosto amarrado, inchado e até gente que saia correndo e gritando de dor! [risos]...

Então era assim sabe? O postinho de saúde era ali perto.”⁹⁵

Ao confrontar as falas de três vizinhos que utilizaram os serviços do Dispensário e o relatório de inspeção sanitária, não é difícil perceber que, a retórica da administração pública e do jornal, escondem, a distância que existia entre os discursos da eficiência e da qualidade de tratamento que se oferecia À população pobre, e as reais e concretas situações vivenciadas por essa população.

Os discursos em questão buscam dar à criação de um simples Dispensário Escolar uma dimensão social, política e médica que, ao que parece, não havia.

Não raro, durante as entrevistas realizadas, encontram-se relatos, principalmente, acerca dos tratamentos odontológicos dizendo que: *“para se arrancar um dente ruim, antes, arrancavam dois outros dentes bons ao lado”*.⁹⁶

Além da questão dos vermífugos, apontado em alguns trechos dos depoimentos como o medicamento mais prescrito pelos profissionais de saúde do Dispensário, os relatos evidenciam a precariedade do atendimento oferecido à população.

Em contrapartida, os jornais⁹⁷ faziam questão de demonstrar a enorme variedade de atendimentos, medicamentos e exames realizados nos postinhos instalados na Praça João Pinheiro:

⁹⁴ Entrevista realizada com Mário de Oliveira.

⁹⁵ Entrevista realizada com Mário César Barbosa Ribeiro.

⁹⁶ Idem

Movimento referente ao ano de 1938

Consultas	973
Medicações distintas	861
Injeções de bismuto e calcio	780
Exames de Fezes	380
Exames para pesquisas de Hansen	08
Vacinados contra a variola	841

Movimento referente ao ano de 1939. Gabinete Médico

Consultas	822
Injeções	759
Curativos diversos	78
Medicações distribuídas	419
Exames de fezes	553
Exames para a pesquisa de Hansen	04
Vacinas contra a Variola	675
Vacinas contra o tifo	31
Medicamentos contra verminoses	564
Leite fornecido à creanças pobres	503 litros

1939. Gabinete Dentário

Curativos	975
Obturações	238
Restaurações	95
Pivots	19
Pequenas Intervenções	75

Relação dos serviços realizados pelo Departamento médico do Parque Infantil João da Silva, durante o mês de abril de 1949:

Consultas	76
Medicações Distribuidas	63

⁹⁷ As três primeiras tabelas foram publicadas no jornal “*O Município*”. Edições de 14 de setembro e 21 de dezembro de 1939 p. 3 e 2, respectivamente. As demais foram encontradas no jornal “*A Cidade*”. Edições de 08 de maio de 1949 e 14 de agosto de 1949. p. 1 e 4, respectivamente.

Curativos	26
Injeções	22
Vacinas contra a varíola	58
Vacinas contra o crupe	06
Vacinas distribuídas	30
Aplicações de Ultra Violeta	12
Aplicações de Infra Vermelho	09
Diaristas e Funcionários municipais atendidos	10
Visitas a domicilio	02

(a) Dr. Joaquim Duarte.

Relação dos serviços prestados pelo Departamento Médico, durante o mês de junho de 1949.

Consultas	61
Medicamentos distribuidos	37
Vacinados contra o crupe	45
Aplicações de Infra-Vermelho	4
Curativos	6
Diaristas e pessoas de suas famílias atendidas	25

[a] Dr. Joaquim Duarte, Médico.

Estas tabelas, publicadas no jornal oficial do poder Executivo, de início em 1938, eram elaboradas com intuito de informar, ao público letrado, um balancete dos serviços oferecidos durante o ano corrente, se constituindo num importante meio de propaganda aos poderes públicos locais, tanto em relação aos serviços “assistenciais” mantidos pela Prefeitura, quanto aos investimentos, salários e verbas aplicadas na compra de medicamentos, na realização de exames e no pagamento de funcionários. Não foram encontrados mais números, pois, há o grande problema do acervo ser constituído por doações, não contendo todos os exemplares e aqueles que ali existem estão em condições precárias, tornando assim as edições, notícias e informações muito espaçadas.

Porém, o que se observa de diferença em relação ao fluxo de informações de uma década a outra é que seja por pressões populares, seja por modificações nos

perfis dos jornais, estes procuraram colocar essa “periodicidade” das informações de maneira mais amíúde, passando de anos para meses. Além disso, a partir da década de 1940, esses números tinham, ou deveriam ser assinados pelo médico responsável geral pelos postos de saúde do Parque Municipal, ou seja, pelo doutor Joaquim Duarte, que assumiria, definitivamente, as responsabilidades pelas informações prestadas. Essa prática se tornou mais freqüente, na media em que as visitas de inspetores sanitários, vindos de Belo Horizonte e em nome da Secretaria Estadual de Saúde, se tornaram “rotineiras”.

Portanto, publicar num jornal de circulação semanal o envolvimento e o comprometimento de um profissional médico frente a uma instituição pública, mesmo este sendo um órgão oficial dos poderes municipais, os dados e os atendimentos realizados na saúde populacional, nos postos médico e odontológico da Praça João Pinheiro, além de servir como uma ótima propaganda à Prefeitura, garantia uma certa legitimidade quanto àquilo que estava sendo informado, bem como no que se estava sendo aplicado o dinheiro público, apesar de ainda ser passível de estratégias que poderiam manipular números, dados e nomes a fim de burlar a fiscalização.

Com base, nisso, as crianças se tornaram objetos da ação e da experimentação de teorias expostas em âmbitos muito maiores, os quais tentavam se adequar na medida do possível em Pouso Alegre, através do poder público que passava agora a ter como prioridade a saúde. Os múltiplos aspectos que envolviam o desenvolvimento físico, psicológico e moral da criança eram assim tidos como objetos da investigação e intervenção do Dispensário e de seus profissionais, já que indicativos, também, de hábitos e costumes de seus pais, familiares e vizinhos poderiam servir como base para os diagnósticos propostos após o olhar atento dos profissionais responsáveis pela instituição:

“Os ambulatórios instalados na Praça João Pinheiro, têm por primazia, além de fazer curativos e dar vacinas em creanças em idade escolar, principalmente, entre 0 e 12 anos, observar e corrigir anormalidades que possam vir de mau-formação, seja ela biológica ou educacional, física ou mental [...] Características que podem vir a prejudicar sua formação e interação junto à nossa civilização [...] Cabe a nós, profissionais da saúde, mais do que curar, mas, e, principalmente, orientar essa creança problemática, tornando-a apta e saudável em

aspectos psíquicos e sociais ao enfrentamento do mundo do trabalho [...]”⁹⁸.

Pretendia-se ter um novo tipo de trabalhador/cidadão, sem os vícios do elemento servil, acostumado a habitar a cidade junto com seus símbolos de modernidade, para expor idéias em Pouso Alegre, inspiradas em modelos cientificistas e em padrões estrangeiros, ora europeus ora americanos:

“Publicação da EFE Carl Curtiss Schoall- Los Angeles. Exame Médico.

Na ocasião da matrícula cada criança sofre um exame completo por um dos diretores do Departamento Cívico, usualmente no primeiro dia de aula. Este exame começa com a tomada do peso e da altura para a realização de uma classificação aproximada.

A seguir são tomadas as medidas do tórax e da cintura, seguido de um exame geral da nutrição e das condições da pele. Segue-se um exame morfológico do pescoço. O tórax é inspecionado e classificado em três tipos: normal, chato ou deficiente. Depois o examinador se preocupa com os ombros e as costas. A coluna e o escapulo entram em linha de consideração. Aqui os mais comuns das posturas de desvio na criança são: os escapulos proeminentes, algumas vezes chamados asas. Não raro a escoliose (curvatura lateral) usualmente na região dorsal. Esta condição é geralmente associada a deformação dos ombros. Neste estágio do exame são discernidas, também as lordosis. Esta condição muito comum indica fraqueza da coluna lombar. Segue-se a observação das pernas e dos pés- alguns dos mais comuns defeitos encontrados nas crianças examinadas são: vários graus de desvios nos joelhos, pernas arqueadas, coxas torcidas, hiperextensão e hiperflexão, sobretudo prevalecendo as condições do pé que são: arqueamento diminuído, curva pronunciada e pé chato. A seguir são examinados a tonicidade muscular e a capacidade com o espirometro, então cuidadosamente é recolhida uma completa série de testes de força e de medida antropométrica.

É então feita rapidamente por um gráfico a silhueta da criança. Todos os dados tão cuidadosamente compilados autorizam a apresentação de um programa corretivo para satisfazer as necessidades individuais. Estes exames são repetidos duas vezes no ano para a verificação dos progressos feitos.

Como vimos, o exame morfo-fisiológico da criança americana do norte, desce a detalhes importantíssimos que as nossas **crianças principalmente do Sul de Minas**, apesar de não possuírem total felicidade, **longe não estão de possuí-la porquanto faz parte do programa patriótico e honesto do seu digno prefeito Sr. Tuany Toledo-** o amparo médico das crianças pousoalegrenses. Tratemos de nossa educação física

⁹⁸ *O Município*. Pouso Alegre, 05 de outubro de 1938, p.04. Trecho de relatório encaminhado ao Executivo, assinado pelo Dr. Exórcio Neto.

o que para isso precisamos adotar um método, sendo o preferido no Brasil o Método Francês de Educação Física”⁹⁹.

Uma das muitas representações da infância, formuladas no período em Pouso Alegre, era da criança bela ao mesmo tempo associada a condição de saudável. Aquele ou aquela que se encontrasse fora dessa “padronização” era considerado (a) como um desvio, ou deficiente que precisava ser corrigido o mais depressa possível. Assim, ao mesmo tempo, justificava-se a construção de obras que visavam o auxílio a estas e outras crianças como o posto médico e odontológico na praça João Pinheiro e a reafirmação da boa conduta higiênica.

Esta idéia de que era preciso ter ou fazer, proceder e agir de acordo com tal ou qual medidas, porque outras cidades e/ou países têm ou fazem, foi uma das argumentações utilizadas, constantemente:

“A evolução da puericultura na infância através da eugênia que busca a higiene e força da raça. Estes são fatores indispensáveis para o progresso pela ciência que busca acima de tudo favorecer as próximas gerações”.¹⁰⁰

Essas referências demonstram, uma preocupação em respaldar as afirmações em estudos e dados científicos. Ao mesmo tempo, que tenta alertar para a necessidade da realização de pesquisas, estudos e procedimentos semelhantes, revelando a intenção da obra e seus ditos “benefícios” fazer servir de exemplo a ser seguido por outros municípios da região sul-mineira. Os jornais expressam o desejo de integrar não só o Brasil enquanto nação, mas, também uma pequena localidade do interior mineiro às nações desenvolvidas e esse processo transcorreria através da educação e da saúde, devendo, portanto, começar a modificação dos hábitos já em tempos escolares e das práticas infantis a exemplo da sociedade americana.

Segundo o Dr. Joaquim Duarte, responsável pelo setor de atendimento médico e odontológico do Dispensário da Praça João Pinheiro, em sua fala ao jornal “*O Linguarudo*”, aponta que este sistema de “saúde aliado a orientação educativa” poderia ser:

“amplamente adaptado proporcionando esta felicidade à população de outras municipalidades de nossa região, em que poderão contar com uma acertada assistência na higiene tanto na prática como na parte educacional de orientação”¹⁰¹

⁹⁹ *O Município*. Pouso Alegre, 20 de outubro de 1938, p. 1 e 4. [Grifos meus do original].

¹⁰⁰ *Jornal “O Município”*. Pouso Alegre, 26 de janeiro de 1939, p. 2

¹⁰¹ *O Linguarudo*. Pouso Alegre, 15 de setembro de 1939, p. 2.

Trazendo essa realidade para a praça e relatando um pouco o ofício do médico responsável, o fiscal sanitário reforça o pioneirismo da obra na região e reafirma sua importância:

“Valor dos Números.

Essa instituição está sob os cuidados e orientação médica do Dr. Joaquim Duarte, voltado por completo aqueles que recorrem à sua inteligência em busca de alívio para os seus males.

Aos primeiro contato com esse médico sentimo-nos logo cativados pela sua modéstia e pelo seu desprendimento nesta difícil tarefa de defender a saúde. Fomos ouvindo admirados a exposição dos serviços prestados **ao povo**, com o tratamento das creanças socorridas no dispensário, e que aumentará a percentagem de indivíduos atendidos.

Sem falar no exame periódico, o dr. Joaquim Duarte faz, sistematicamente, o serviço contra a verminose, contra a sífilis, aplicando outrosim, injeções e medicamentos necessários às creanças raquíticas, anêmicas, distroficas, retardadas e anormais psíquicas.

Todo esse tratamento é anotado em uma ficha especial, individual, que facilita o controle do serviço.”¹⁰²

A necessidade de se pensar na criança enquanto ser frágil e que, portanto, demanda cuidados, a confirmação da importância da presença e orientação médica durante seu desenvolvimento e a reafirmação de que é possível se “consertar ou curar” aqueles que estão “desviados” dos padrões de normalidade como os “raquíticos, anêmicos, os distróficos, retardados e anormais psíquicos”, parece ser encarada como uma tarefa que viria a se tornar uma saga. Para além do tratamento do corpo físico, estava a missão de tratar a mente dessas crianças “do povo” que procuravam e necessitavam dessa prestação de serviço assistencial.

Um corpo disciplinado, curado, não poderia se adequar a uma mente “distrófica, retardada ou anormal”. Mais importante do que curar e medicar o corpo físico, estava explícita a necessidade de se orientar essa infância, formando seu caráter, higienizando hábitos e maneiras de pensar e, conseqüentemente, de agir no social enquanto elementos multiplicadores de uma mentalidade sadia, de uma sociedade disciplinada, porém coesa de suas prioridades. Esse “olhar clínico” era direcionado a ressaltar os aspectos mais problemáticos que essas crianças poderiam apontar que iam da relação entre o seu crescimento físico e de suas faculdades mentais, a problemas de convívio, moradia, exposição a vícios, a postura

¹⁰² “O Município”. Pouso Alegre, 16 de fevereiro de 1939, p. 3.

e os modos de falar e brincar, vistos como desafios a serem corrigidos e uma dimensão real, a qual essa instituição se propunha enfrentar.

As fichas especiais e individuais, onde supostamente eram anotados e arquivados os tratamentos das crianças nos ambulatórios da praça João Pinheiro, não foram encontrados em nenhum dos departamentos da Prefeitura Municipal na atualidade.

Explorar o potencial da criança, indicando que esta tem um futuro promissor e todo o tempo à sua frente, indica o que a sociedade deseja de si mesma, construindo “a imagem de uma infância frente a um espelho que deveria refletir a sociedade e o tipo de cidade idealizada”¹⁰³.

O atendimento médico-odontológico na praça perdurou até os últimos dias do Dr. Joaquim Duarte à frente de tal órgão que em meados da década de 1950, deixava o cargo. Pouco a pouco, com aumento gradativo da população e de sua conseqüente demanda, os postos de puericultura da praça João Pinheiro deixaram de atender. Seus equipamentos foram sendo perdidos com o tempo e os consultórios esquecidos pelos governantes. Assim na reunião da Câmara Municipal de Pouso Alegre do dia 20 de agosto de 1960, é feito um requerimento de número 408, a pedido do Sr. Dr. Célio de Oliveira Andrade, médico do ambulatório “Fernando de Barros”, solicitando a doação do acervo do Dispensário ao ambulatório Municipal.¹⁰⁴ Após analisado e votado o requerimento fora aprovado dois meses depois na sessão do dia 22 de outubro.

Acabava-se, assim, com o dispensário infantil da cidade localizado na praça que por mais de uma década prestou serviços assistências a população e, sobretudo, às crianças. Com efeito, vale lembrar que o objetivo do discurso médico não era simplesmente inculcar nos indivíduos a legitimidade do diagnóstico da medicina, mas em sintonia com outros discursos, procurava criar um novo sujeito, de corpo saudável e disciplinado para a produção dentro de uma determinada moralidade¹⁰⁵.

Compreender como as leis e idéias que os adultos elaboravam para

¹⁰³ BRITES, Olga. *Imagens da Infância- São Paulo e Rio de Janeiro, 1930/1950*. PUC-SP: Tese de Doutorado em História Social, 1999.

¹⁰⁴ ATA da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Pouso Alegre, 20 de agosto de 1960, p. 21 (Verso), tomo 115.

¹⁰⁵ FOUCAULT, Michel. Analisou que a disciplina do corpo “fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. Ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado aptidão, uma capacidade que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita”. In: *Vigiar e Punir*. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 127.

implementar as ações destinadas as crianças, sobretudo as crianças pobres de Pouso-Alegre e os projetos dos intelectuais e políticos não só como construíram, mas como foi administrada a Praça João Pinheiro, numa época em que se tornou um Parque Infantil, vivenciado e sentido será nosso foco no próximo capítulo; bem como verificar os grupos que tinham autonomia e poder de decisão dentro desse espaço e também identificar como os grupos dominantes se apropriaram de discursos para se projetarem na vida política e social da cidade.

Capítulo II

O Parque Infantil: espaço de recreio, lugar de disciplinarização

Entre o final da década de 1930 e início dos 40 a articulação entre educação, saúde e lazer por políticos elaborada por políticos, administradores, pedagogos, médicos e intelectuais, era pensada numa perspectiva de “educar” certas classes para o convívio no social. A proposta era incutir e cultivar, sobretudo nas crianças, principalmente nas economicamente pobres, sentimentos de dever junto a hábitos higiênicos os quais pudessem compartilhar “no lar, na rua, na escola e por fim na sociedade como um todo.”¹⁰⁶

Através da Educação, para o Lazer e para Saúde poderiam garantir resultados satisfatórios, no futuro, se aplicados e intensificados às crianças, sobretudo, as crianças pobres, os princípios de higiene, civilização e urbanidade.

A ordem era cultivar “*hábitos higiênicos, sadios e civilizados para construir a sociedade do amanhã*”?¹⁰⁷

Nessas propostas educacionais, acentua-se a necessidade de ser forte, o que significava desenvolver o corpo e a mente de uma maneira não só completa, mas, sobretudo útil. Nesse sentido, é possível identificar a educação física, a ginástica e o esporte como, resultado de um conjunto de teorias e práticas voltadas para um projeto de educação do corpo, através do qual se seguido com disciplina metódica e de maneira orientada, refletiria aspectos morais e sociais já, durante a infância.

A força, nesse sentido, ligada à resistência, à agilidade e ao domínio do corpo em sua relação direta com a saúde mental e espiritual, está associada aos ideais de harmonia e beleza. Para isto, era indispensável a orientação médica.

Para se alcançar os resultados almejados, as crianças eram, antes de tudo, objeto de observação e interesse de um programa que se inseria num universo mais amplo de princípios da saúde e da higiene. Buscava-se formar, orientar, sistematizar

¹⁰⁶ Documento de instalação do Dispensário de Puericultura da Praça João Pinheiro. *Op.cit*; 5.

¹⁰⁷ NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. Parques Infantis de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2002.

uma consciência sanitária, através da disciplinarização dos hábitos. A ação educativa, alcançaria maior eficiência se realizada em locais apropriados e com métodos científicos.

A partir de meados da década de 1930, com a política dos Parques Infantis, adotada em inúmeras capitais brasileiras como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, a questão educacional, higiênica e sanitária se intensifica, por meio de projetos adotados nessas instituições que, acabam por atrair a atenção de políticos-administradores, militares, intelectuais, pedagogos e médicos de várias outras cidades.

A idéia de infância é, antes de tudo, um produto cultural, cuja duração, significado e papel social são variáveis conforme as culturas que a engendra.

Em Pouso Alegre, ensinamentos de princípios elementares de higiene eram transmitidos através do Dispensário Infantil. Instalado desde o final da década de 1930 no espaço da Praça João Pinheiro, esta instituição contava com posto médico e odontológico que, segundo a retórica dos administradores da época: *“objetivava a criação do povo a apreender, defender, cultivar e adorar sua própria saúde, preparando-lhes para um convívio coletivo e sadio”*¹⁰⁸. A construção destes ambulatorios numa área arborizada, localizada na região central da cidade, foi o primeiro lampejo do projeto de um parque infantil, o qual abrigaria outras estruturas a fim de que as noções que embasavam os procedimentos e intervenções do poder público local, nos espaços da cidade, pudessem ser ensinadas e praticadas pela população.

Nesse sentido, a infância, de um modo geral, passava a ser um elemento multiplicador no social de preceitos que buscavam “uma harmonia entre colaboração e necessidade em prol do progresso e do bem estar da cidade e de sua população.”¹⁰⁹

Os Parques Infantis de São Paulo tiveram como um dos grandes idealizadores e incentivadores Mário de Andrade, um dos expoentes do movimento artístico-cultural ocorrido entre os anos 20 e 40 do século passado chamado *“Modernismo”* e, Nicanor Miranda, Chefe da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura paulista e membro ligado ao Partido Comunista. O Prefeito pouso-alegrense ao visitar, por inúmeras vezes São Paulo, buscou dialogo e

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Ibidem.

inspiração junto às políticas educacionais e de higiene adotadas por lá, bem como apoio e incentivo aos seus ideais.

Ao mesmo tempo, para desencadear a reforma do Parque Municipal, angariar verbas suficientes e justificar os gastos despendidos, Tuany Toledo, lançou mão da estratégia de tornar seu projeto legítimo perante os usuários e cidadãos pouso-alegrenses, transformando a obra em algo necessário à população local. Para isto, buscou respaldo em práticas políticas realizadas em cidades como São Paulo que, aparentemente, vinham dando resultados.

Segundo Tuany Toledo: *“Educar a criança, recreando-a”* passa a ser, além de um *“standart”*, o principal objetivo do Parque Infantil que há de ser construído em Pouso Alegre. Registros deixados pelo Prefeito pouso-alegrense, ao visitar um desses parques paulistas, dão provas dessa perspectiva, ao afirmar que: *“Ali, o brincar organizado, de importância fundamental para a educação da criança em todos os seus aspectos: físico, moral, social e intelectual, aparece como meta: “integralmente” alcançada, os parques infantis foram instituídos em São Paulo com a criação do código Estadual de Educação pelo Decreto-lei n. 5.884, de 31 de abril de 1933.”*¹¹⁰.

Em outro documento, utilizado como “inspirador” do projeto do Parque Infantil pouso-alegrense, datado de janeiro de 1935 e publicado na primeira edição do jornal “O Município”¹¹¹, mostra como foi colocado em prática o Código Estadual de Educação em São Paulo. O ato de criação do código, bem como do Departamento Municipal de Parques Infantis, vinha precedido de uma série de considerações que, segundo o jornal, justificaria a implantação da idéia na cidade:

- “1º) que as forças morais e espirituais de uma nação dependem, em parte, da maneira pela qual são aproveitadas pelos cidadãos, as suas horas de descanso, e que é por isso necessário despertar nas novas gerações o gosto e criar o hábito de empregar seus lazeres em atividades saudáveis de grande alcance moral e higiênico;
- 2º) que os parques de recreio e de jogos inspirados nesse ideal de promover o bem-estar da infância que se desenvolve freqüentemente em más condições higiênicas e morais constituem, sobretudo em bairros pobres, um meio poderoso de desviar as crianças de focos de maus hábitos, vícios e criminalidade para ambientes saudáveis e atraentes, reservados aos seus divertimentos e exercícios, sob o controle

¹¹⁰ Entrevista concedida pelo Prefeito Tuany Toledo ao jornal “O Linguarudo”. Pouso Alegre, 01/05/1939.

¹¹¹ “O Município”. Pouso Alegre, junho de 1938.

dos poderes públicos;
3º) que as praças de jogos para crianças, organizadas como meios de preservação social e educação sanitária, têm contribuído eficazmente em toda a parte, para a educação higiênica e social das crianças (...) estreitando o convívio de crianças de todas as classes sociais”¹¹².

No documento supracitado as palavras força, moral e higiene são destacadas enquanto fundamentos a serem explorados e cultivados nesses parques. As horas de descanso deveriam ser aproveitadas como horas de aprendizado. O ócio é visto como um mal que provém, também, do ambiente o qual a criança frequenta, sobretudo, as crianças pobres. Os pequenos que residem em bairros pobres são apontados de maneira negativa, propensos ao crime e portadores de maus-hábitos que, se não fossem bem orientados, corrigidos e disciplinados poderiam propagá-los em outros setores do social.

Ao mesmo tempo, desqualifica-se os modos característicos de viver, as práticas cotidianas e as relações vivenciadas pela população pobre, cuja infância, que se desenvolve, frequentemente, em “*más condições higiênicas e morais*”, é vista como propensa a “*maus hábitos, vícios e à criminalidade*”. As praças (e parques) eram colocadas como necessárias, devendo ser “*organizadas como meios de preservação social e educação sanitária [...] sob o controle dos poderes públicos.*”

Nessa perspectiva, o poder público era chamado a exercer seu papel de prover a educação, mas principalmente, de corrigir ou neutralizar a ação dos familiares, julgados incapazes de educar. As práticas culturais da população pobre estão quase sempre associadas À criminalidade, aos vícios e à imoralidade.

Por outro lado, identificam-se nessas palavras dois elementos importantes para a compreensão do processo histórico que, durante a década de 1940, levou à criação e expansão do Parque Infantil em Pouso Alegre. Primeiramente, caracteriza-se um modelo de instituição educacional que conjuga o lazer ao atendimento médico-odontológico das crianças de 7 a 12 anos, no período extra-escolar, que poderia se estender, também, à população adulta.

A exaltação que se fazia na época (fosse pela leitura que os responsáveis por colocar tais projetos em prática na cidade fizessem da situação paulista, identificada na fala de Nicanor Miranda, Mário de Andrade, ou de qualquer outro intelectual/governante em São Paulo), da necessidade de controle e disciplina, no

¹¹² O mesmo documento citado e utilizado pelo jornal dos poderes oficiais de Pouso Alegre pode ser encontrado em: MIRANDA, Nicamor. In: Revista do Arquivo Municipal, 1938, p. 80.

sentido de a educação da criança ter que ser levada a “um brincar organizado”, expõe os interesses políticos e a finalidade do parque infantil a ser instalado em Pouso Alegre.

A busca de implantar medidas e propostas em Pouso Alegre, tendo as práticas adotadas em outras cidades como “modelo” de inspiração, é indicativa de como os poderes públicos locais estão formando certas alianças, dialogando com setores e propostas específicas, resultando daí re-leituras de projetos em São Paulo, por exemplo.

A respeito dos diálogos estabelecidos, tanto em Pouso Alegre como nas grandes capitais brasileiras, os espaços destinados à infância foram estudados como mecanismos disciplinadores por parte de instituições que, logicamente, tinham à sua frente como administradores pessoas ligadas à teorias eugênicas. Visando transformar estes pequenos seres em futuros adultos disciplinados, sendo a criança tratada como ser necessitado de controle, dada sua condição de minoridade, fragilidade e inocência, reafirmada pelo poder público, pelas instituições governamentais que garantiriam a manutenção dos projetos e pela família¹¹³.

A disciplina adotada através do rigor na observação e aplicação de métodos educacionais às crianças, através do exercício físico, da orientação de profissionais, do controle de presença, do horário e do espaço de freqüência nos espaços destinados a esta finalidade era tão forte que, podemos dizer se inspiravam também nas práticas disciplinares adotadas pelos militares, os quais, durante boa parte da década de 1930/40, participaram, de uma maneira geral, ativamente das propostas ligadas à educação infantil.

Um exemplo de que essas noções e influências estabelecidas em esferas mais amplas, tiveram certo impacto em Pouso Alegre, foi quando se publicou, um documento formulado no âmbito federal, pelo então ministro da Guerra, Eurico

¹¹³ Lima, M.S. *A Cidade e a criança. São Paulo, Nobel, 1989*. Ver também: Andrade, N.A.B. de., "A higiene alimentar no serviço social das escolas". *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, Ano III, n. 13, mar., 1942, p. 27. Expressando o mesmo objetivo, a revista de Serviço Social publicou: "Ver a criança sem ver a família é trabalho inútil, é um eterno recomeçar. Surge então, diante dessa possível inutilidade de trabalho de assistência, a necessidade de se empregar tudo o que for preciso para evitar isso (...) É, então, importante o trabalho junto às famílias de modo a educá-las e orientá-las para fazer delas elementos bons, centro de propagação de idéias e atos de perfeita moralidade, de lealdade, e meio de aperfeiçoamento, de bem-estar e alegria para todos os seus membros (...) Que trabalho importante tem a assistente social a realizar junto às creches" (Bastos, M. de L., "A assistente social na creche". *Serviço Social*, Ano 1, n. 05, 1939). BENJAMIM, Walter. *Reflexões: a criança, o brincar, a educação*. São Paulo: Sannus, 1984, pg. 6-13. Neste texto faz observações acerca das relações entre os preconceitos pedagógicos do adulto e a cultura da criança, com seus valores autônomos.

Gaspar Dutra, encaminhado ao presidente Getúlio Vargas, em 1939. Este mesmo documento é utilizado pelo poder público Municipal de Pouso Alegre como indicativo dos próximos passos a serem tomados, bem como para se ressaltar e validar as intervenções que viriam a ser realizadas na construção do Parque Infantil na cidade. Nele, o tempo livre e o lazer se tornam questões de segurança nacional, expondo de maneira mais clara, aspectos de um momento de ditadura no país:

“O problema da educação, apreciado em toda a sua amplitude, não pode deixar de constituir uma das mais graves preocupações das autoridades militares. O Brasil reclama um sistema completo de Segurança Nacional, o que pressupõe, fundamentalmente, um diálogo dos órgãos militares com os órgãos federais, estaduais e notadamente municipais, incumbidos da educação e da cultura. Nunca se tornou tão imperativa, como no atual momento essa necessidade (...)”¹¹⁴

Na primeira infância, por meio da sua educação, iniciava-se a modelagem do homem novo, do homem do futuro. Aqui, nos deparamos com o discurso da ordem, disciplina e coesão, por meio do qual se alcança a higienização dos hábitos, principalmente aqueles ligados ao tempo livre das crianças, das famílias e ao mesmo tempo, o discurso da regeneração/preservação dos corpos que trabalham e da plena formação e desenvolvimento daqueles que viriam a trabalhar.

Nesse discurso federal, porém publicado num jornal de circulação local, fica clara a concepção militarizada que chamava a atenção para a importância de se firmar alianças de certos setores junto aos poderes públicos locais, a partir dos quais deveriam provir as diretrizes mais específicas que norteariam as ações educacionais e culturais locais, em harmonia com as diretrizes nacionais. Este discurso mais amplo teve seus ecos ressoados em Pouso Alegre, visto que a sua publicação se deu, também, num jornal oficial é utilizado pelo poder público local, como forma legitimadora das práticas políticas da Prefeitura Municipal.

Prova disso, será o diálogo estabelecido por Tuany Toledo junto a um major membro do poder estadual, para a obtenção de verbas na realização das obras no parque, as quais, foram orientadas por um coronel reformado do regimento local e depois de concluídas, vão homenagear o Secretário da Fazenda do estado mineiro, ao denomina-lo “Parque Infantil Major Dornelles”.

¹¹⁴ “O Município”. Pouso Alegre, 01/05/1939.

Característica essa, trazida na narrativa de Saulo J3sus Salles, morador pr3ximo 3 Pra7a por quase seus 78 anos de vida, lembra-se da realiza73o das obras no Parque orientadas:

“[...]o Tuany Toledo foi justamente orientado por um coronel reformado[...] ele deu a id3ia ao Tuany que fechasse a pra7a e transformasse aquilo numa 3rea de lazer para as crian7as... at3 foi ele [o coronel reformado] que administrou a reforma do parque n3 [...]”¹¹⁵

Apesar de n3o se recordar do nome do coronel reformado, o que chama a aten73o na fala do senhor Saulo 3 o envolvimento de militares reformados ou em plena atividade na pol3tica administrativa local.

Na fala de M3rio de Oliveira, morador das proximidades do Parque desde o seu nascimento, uma das atividades preferidas do p3blico infante-juvenil masculino, em Pouso Alegre, al3m do Parque Municipal, mantido pela Prefeitura era:

o 3nico divertimento aqui em Pouso Alegre era esse Parque, n3o tinha mais nada! Se n3o tivesse isso aqui, o povo ia pra beira do rio, no Lava -Cavalo. L3 morreu muita gente, l3 perto do quartel! Ent3o, a m3e da gente ficava preocupada com a gente n3?”¹¹⁶

Nas d3cadas de 1930 e 40, nas cidades, situadas 3s margens d3 rios, estes geralmente faziam parte da vida de seus moradores de diferentes modos, 3s vezes de forma ambivalente: para uns era lugar de brincadeiras, para outros era fonte de preocupa73o e medo:

“Em tempos normais (fora do per3odo de enchentes), a nata73o era praticada nos fundos do quartel, chamado de Lava-Cavalo, pois naquele local eram lavados os cavalos do 8º R.A.M. O rio serpenteava pela v3rzea e descrescia, naquele trecho, uma longa curva, depositando areia branca em uma das margens tornando o local bastante convidativo. Havia tamb3m muitos barrancos, facilitando, assim, a pr3tica de mergulhos. No ver3o, um grande n3mero de rapazes, de todas as classes sociais. Freq3entava o Lava-Cavalo, e se divertia praticando, al3m da nata73o, futebol, gin3stica, saltos de dist3ncia e altura, etc. Era por assim dizer, uma pra7a de esportes improvisada, pela qual os pr3prios freq3entadores zelavam, arrancando o mato das margens, limpando-o ou introduzindo melhoramentos, como o trampolim todo de madeira de quase 3(tr3s) metros de altura.”¹¹⁷

¹¹⁵Entrevista realizada com Saulo J3sus Salles, pelo autor desta pesquisa.

¹¹⁶ Entrevista realizada pelo autor desta pesquisa com M3rio de Oliveira.

¹¹⁷ GOUVEA, Oct3vio Miranda.O.p. cit.

Apesar das narrativas lembrarem daquele local como umas das opções de lazer na época, onde garotos de todas as classes sociais se misturavam com o único intuito de se divertir. O Lava-Cavalo, pertencente ao Exército, era “cobiçado” por crianças e jovens. Não raro, a utilização daquele local para a prática de esportes e brincadeiras pela juventude era vetada pelo comando do regimento, sob a justificativa de estarem sendo realizados exercícios militares na área ou, então, alegando a utilização daquele local para o tratamento e higienização dos cavalos de uso militar.

Além disso, o veto foi incentivado e aconselhado por muitos pais, mães e pelas próprias autoridades do Legislativo e Executivo, no sentido de alertar o comando do Exército em relação aos perigos oferecidos pela natação e mergulhos realizados em áreas de barrancos, pontes e corredeiras dos rios¹¹⁸.

Além dos rios e da natação havia o cinema, o footing e as reuniões no Parque da Praça João Pinheiro, assim como os bailes dançantes nos clubes. Estas eram as principais opções com que contavam a sociedade pouso-alegrense naquele momento. No depoimento de Rubens Barros Laraia, fica clara a diversidade de atividades na cidade, proporcionadas, principalmente, pelos jogos escolares e o período estudantil. Apesar de não residir nas proximidades do Parque, durante sua juventude, Rubens, enfatiza a importância que o Parque tinha na região central de Pouso Alegre:

Tinha o Horto florestal, parece que já era criado por lei, mas não era, ainda não estava aberto ainda!”

Juliano: Fora isso...

Rubens: Fora isso nenhum lazer, tinha o cinema, o teatro. Então o que tinha de lazer em Pouso Alegre, ou era o cinema ou era o Parque Infantil, ou alguns jogos escolares que tinha no São José, no colégio Santa Dorotéia, existia jogos quando as moças jogavam as moças jogavam com gente de fora eram abertos os portões pra gente assistir. E a região do Parque, naquela época nós chamava “Região do Parque” hoje a Praça João Pinheiro né?”¹¹⁹

Na medida em que a cidade se segmentava, através de formas de diversão que privilegiavam a divisão entre as classes sociais, o parque abria-se como uma possibilidade de espaço até certo ponto “democratizado” e talvez o único mantido pela Prefeitura naquele momento, fazendo circular em seu território estudantes,

¹¹⁸ Jornal “O Município”. Pouso Alegre, 29 de agosto de 1939.

¹¹⁹ Entrevista realizada pelo autor desta pesquisa com Rubens Barros Laraia.

crianças, pessoas da sociedade como se recordou Rubens Laraia em seu depoimento.

Quando se referem ao lazer, muitos entrevistados, tomando como base os tempos atuais, logo o associam aos espaços públicos mantidos pela Prefeitura, os quais aparentemente, não existiam na época. Ao falar das práticas de diversão e lazer, estas eram diversas e realizadas em múltiplos locais como nos rios, nas festas religiosas promovidas pela Igreja, e em outros espaços vetados a certos segmentos e classes.

Os espaços públicos tornam-se referências na medida em que os sujeitos estabelecem relações com o lugar, traduzindo experiências que estas pessoas têm e seu grupo social tiveram naquele local.

A produção social do espaço tem densidades históricas para a qual devemos atentar, vislumbrando graus de permanências e rupturas em seu uso. Nesta perspectiva, poderíamos reconstituir algumas práticas sociais, ainda que reelaboradas pelos interesses dos sujeitos que vivem no presente, tornando-se lugar do encontro, das brincadeiras, diversão, conversas de trabalhos e de manifestações diversas sempre marcantes no universo da cidade.

Nesse sentido, até a década de 1930, deparava-se com uma cidade cujos locais de lazer e diversão eram os clubes fechados e exclusivistas, como o Literário e Recreativo, no qual eram realizadas as mais tradicionais festas e bailes, por conta de sua “alta envergadura, como também pela fina sociedade que o freqüenta”, bem como o Clube 28 de Setembro freqüentado majoritariamente pela comunidade negra da cidade, responsável pela promoção de bailes e festas carnavalescas e os cinemas Glória, Eldorado, Poeirinha e Santuário.

Nas entrevistas de Benedito Mateus de Melo e Mário César Barbosa, ambos freqüentadores assíduos do Parque Infantil, durante a infância, também por serem vizinhos daquele local e do “28 de Setembro”, durante a juventude, o detalhamento trazido acerca da tradição de algumas práticas, como as festas religiosas, são ressaltadas, destacando-se a particularização de alguns espaços, bem como a exclusão de alguns sujeitos de outros:

Benedito: “Ah, pra divertir tinha aqui em Pouso Alegre o Clube 28 de Setembro. Clube dos pretos, só dos pretos, ali branco não entrava não! [risos]... Naquele tempo o que sobrava era o Riberão das Morte, tinha o Lava-Cavalo, tinha ali a prainha que nós podia ir, mas no Parque não, mas esses local era muito perigoso!

E outra coisa, lá na Avenida, nós tinha uma parte dos preto e outra parte dos branco. Aquele passeio descendo a antiga Pernambucanas[lado direito], ali só dava os preto, no meio da rua.

O primeiro preto a entrá no Literário, foi um rapaz filho de um Coronel há muitos anos, porque ele entrou e deu problemas, no tempo do Joaquim Reis. Esse preto entrou, foi barrado, o Coronel veio ai e conversou com Sr. Joaquim Reis, ai liberou.

Juliano: Fora o 28 de Setembro tinha mais alguma coisa que o senhor lembra?

Benedito: Tinha o União Operária, tinha o Chico Operário, tinha a Rádio Clube, tinha o teatro Municipal, nós tinha aqui o cinema Poeirinha e mais quatro cinemas o Cine Eldorado, O Glória, O Poeirinha e o Santuário que tinha cinema também. Isso faz muito tempo, no tempo do padre Angrilho em 1945, 1946 até 1956/57 tava ai”¹²⁰.

Mário Barbosa: “daí tinha dois cinemas na cidade, um chamava “Cine Glória” e outro “Cine Eldorado”, onde agente ia lá sabe? Nossa, rapaz era uma coisa tão boa! A gente não via a hora de chegar o final de semana pra gente ir lá e assistir um Cowboy né?

Juliano: Oh!

É, era tudo pra nós! E aqui, bem próximo essa rua Capitão Nunes, aqui tinha um cineminha era do seu Pereira. Então ele chamava assim “O Poeirinha” sabe! Então aquele aparelhamento que passava os filme pra gente, daqui a pouco era uma coisa que tava rodando o filme, arrebatava as fita tudo sabe? Nossa era um Deus nos acuda sabe? [risos]...

Mas antes aqui, por exemplo, tinha o clube Literário e Recreativo onde não entrava negro mesmo sabe? Inclusive, nós tínhamos aqui em Pouso Alegre, um clube só de negros que era o clube 28 de Setembro que ficava aqui na rua Dom Assis sabe? Mas lá por incrível que pareça, freqüentava muitas e muitas pessoas brancas. Era difícil encontrar uma pessoa aqui da sociedade branca que não tivesse ido lá dançar, ir lá pra aprender a dançar com as mulheres negras. Era um clube tradicionalíssimo, tinha até uma banda de música lá sabe? A *banda do 28 de Setembro*, então era o clube que a gente tinha. Mas o clube Literário e Recreativo de Pouso Alegre não entrava negro, como tinha outros locais ai que não entrava.

Agora quem tinha uma influência muito grande aqui na cidade era a Igreja. Aquela época, eu vou dizer uma coisa, as pessoas sabe, era fiel a religiosidade. Quando tinha que fazer uma festa pra ajudar a Igreja as pessoas vinham e colaboravam, você precisava ver a fé, a fé viva que as pessoas tinham antigamente sabe? Não tinha desse negócio de, semana Santa você precisava de ver rapaz! Tinha aquele pessoal da roça, lá do Pantano, vinha tudo pra cá, alguns vinham até de tarja preta na cabeça pra mostrar seu sentimento. As mulher vinha com um véu preto na cabeça sabe? Procurava uma roupa mais escura, sexta-feira da paixão ninguém trabalhava, você não escutava um rádio, você precisava de vê! Então as procissões

¹²⁰ Entrevista realizada pelo autor desta pesquisa com Benedito Mateus de Melo

todo mundo acompanhava! Então, a Igreja tinha um papel que era uma coisa sabe?

Mas a Igreja aqui em Pouso Alegre, eles fazia aquelas quermesse né? Então haviam aqueles leilões de prenda sabe? Bastava falá que ia fazer, aqueles sitiante mandava leitoads, mandava os frangos sabe? E assava tudo e vendia!”¹²¹

O senhor Benedito e Mário Barbosa apontam em suas narrativas para a existência na cidade de uma organização social, marcada pela segregação de classe e étnica. Os negros não podiam freqüentar os espaços de lazer de uso exclusivo dos brancos, o que os obrigava a criar seus próprios espaços. No entanto, os brancos se sentiam “à vontade” para aprender a dançar com as mulheres negras. Mesmo os locais públicos como a Avenida Dr. Lisboa, onde os pouso-alegrenses iam passear, aos negros não era permitido misturar-se com os brancos.

O que sobrava era a disposição em buscar alternativas que pudessem cumprir o caráter e o direito ao lazer que, na questão estrutural, onde os poderes públicos poderiam ou deveriam fazer algo a respeito, deixavam a desejar, bem como em superar esse desfalque financeiro, proveniente na maioria das famílias dos entrevistados desta pesquisa.

Nas memórias de moradores da época, haviam lembranças de lugares (praças, cinemas, clubes e rios) e práticas (jogos, natação, prática de esportes) permanentes ou ocasionais como as festas religiosas, procissões e quermesses.

Nos clubes recreativos de Pouso Alegre, também citados nas narrativas, organizavam-se atividades voltadas, principalmente, aos finais de semana de seus associados. O Literário e Recreativo, o mais antigo e tradicional clube da cidade, fundado em 1902 tinha como premissa, na visão do memorialista Octávio Miranda Gouvêa, freqüentador daquele recinto: “[...] congregar a sociedade pouso-alegrense, proporcionando-lhes festas pomposas, em que se unia o útil ao agradável, pois se organizavam com o propósito de instruir divertindo [...] Era, por assim dizer, a casa da elite de Pouso Alegre.”¹²² Portanto, este era extremamente seletivo, podendo entrar apenas membros associados, a maioria constituída por pessoas de famílias ricas, filhos de políticos e militares em dias de bailes de formatura, debutantes, serestas e em ocasiões onde ocorriam declamação de poemas e poesias.

¹²¹ Entrevista realizada pelo autor desta pesquisa com Mário César Barbosa Ribeiro.

¹²² GOUVEA, Octávio Miranda. O.p. cit.

Sua antítese era o também mencionado Clube “28 de Setembro”, o qual teve como um de seus fundadores Mirabeu Ludovico - o mesmo que participou da plantação e ajardinamento do Parque Municipal no início do século XX, mas que teve sua importância colocada em segundo plano em relação ao “idealizador” da obra o promotor Porfírio Machado-.

Este clube constituía uma opção de diversão por parte da população negra pouso-alegrense que, segundo as narrativas do Sr. Benedito Mateus de Melo e Mário César Barbosa, sofria certa exclusão em locais públicos como a calçada na avenida Dr. Lisboa, principal via de acesso ao centro da cidade. Este espaço constituía-se enquanto uma resposta categórica a uma série de restrições impostas a uma parcela específica da população.

Também nos cinemas, a separação entre classes sociais ocorria. Os dois maiores rivais eram “O Glória” e o “Eldorado”, ambos localizados na região central da cidade, atraindo, cada qual seus clientes com cartazes, contratos exclusivos com determinados estúdios de cinema, além das chamadas realizadas pelos auto-falantes, durante o dia todo. “O Glória” atendia uma demanda das classes mais abastadas, mantendo um público que, na ótica de seus freqüentadores era mais seleta, em relação ao “Cine Eldorado” o único que existe ainda hoje, em Pouso Alegre. Já para as classes menos abastadas, e, fazendo alusão às condições de sua estrutura, tanto de equipamentos de reprodução, como em suas acomodações, havia o “Cine Poeirinha”. Com preços mais acessíveis, especializado em filmes de *Cowboys*, este cinema foi taxado, durante as entrevistas realizadas, como mais liberais por freqüentadores assíduos como o senhor Mário Barbosa.

As festividades religiosas, em especial, as comemorações da Semana Santa e do dia do padroeiro da cidade, o Senhor Bom Jesus (6 de agosto), movimentavam a vida cotidiana dos munícipes com as quermesses, bingos e barracas, sendo estas, talvez, as ocasiões que possibilitavam a convivência entre classes sociais diferentes, anteriormente ao Parque Infantil.

A variedade de atividades desempenhadas e o leque de opções maiores no que tange as práticas de sociabilidades na praça, passam a justificar as obras, remodelando e atribuindo ao local diversas funções, onde [...] era a variedade das

brincadeiras, dos jogos, das atividades que ocorriam nas praças que a conformava enquanto espaço importante de interação social”¹²³, misturando múltiplos grupos.

A praça foi alvo certo durante o mandato de Tuany Toledo que se mostrou voltado às mudanças projetuais que envolviam as praças naquele momento. O prefeito municipal pouso-alegrense, viu no antigo largo uma chance única que atendia muito mais a uma visão pragmática de demarcação de sua administração do que algo realmente “inovador”.

Tuany Toledo, em 1939 já havia anunciado, à população pouso-alegrense seus planos para a “Revitalização do Centro da Cidade”¹²⁴ que incluía a reforma da Praça João Pinheiro.

Em pauta, nas discussões do legislativo, o Projeto de Lei nº 71 de 25 de abril de 1939, aprova o Plano de Melhoramentos Urbanos de Pouso Alegre, contemplando as propostas de Tuany Toledo junto às Comissões de Obras e Finanças, dentro das dotações orçamentárias do ano corrente, sendo aprovada por unanimidade nas 3 votações nas quais foi exposto. Como dispõe o seu art. 1, do projeto que, depois de sancionado se transformou num Ato Municipal, estava prevista a construção de um Parque Infantil, na região central da cidade.

Logo após a aprovação, as obras tiveram início imediato. Com mão-de-obra fornecida pela própria Prefeitura Municipal, os recursos para pagamento de pessoal braçal, da mão-de-obra especializada como a engenharia, compra de materiais de construção, ferramentas e equipamentos a serem instalados no parque (os quais foram trazidos de Campinas, interior de São Paulo), foram pagos e descontados do orçamento do município que, na época, estava estimado em 1.050:000\$000 réis. A obra consumiu cerca de um ano para ser concluída e mais da metade do valor total

¹²³ GOBBI, Márcia Aparecida. Desenhos de outrora, desenhos de agora: os desenhos das crianças pequenas no acervo de Mário de Andrade. Unicamp: Faculdade de Educação, 2004.

¹²⁴ Entre elas estava prevista a criação da guarda-municipal; a reforma e pavimentação das principais ruas da cidade, entre elas a avenida Dr. Lisboa; a implementação da primeira agência bancária na cidade; a resolução dos problemas de abastecimento de água, luz e telefone que dependiam ainda do fornecimento de cidades como Itajubá(telefone) e Borda da Mata(luz). Muito foi prometido, mas pouco, realmente cumprido. A pavimentação da Avenida Dr. Lisboa, o maior cuidado com a saúde médica e odontológica, foram até certo ponto sanadas, porém as condições de segurança e saneamento básico, foram questões que se estenderam por mais de uma década para serem atendidas de maneira satisfatória. No período em questão, estavam sendo criados não só todos os mecanismos que garantiriam, por parte dos poderes públicos, opções de lazer mantidas pela Prefeitura na cidade, mas a reforma e ampliação de diversas instituições que começariam a compor um corpo burocrático administrativo como o fórum, a delegacia e a sede da Prefeitura.

do orçamento Municipal. Isso, porque ao analisar a pouquíssima documentação existente hoje, tudo o que encontramos foi um balanço feito pela própria Prefeitura em 1940 de tudo aquilo que havia sido comprado, desde algodão e materiais de higiene, aos balanços e gangorras do Parque, tudo descrito num livro com cinco páginas constando à quantidade e o valor de cada objeto, hoje em poder da Secretaria de Patrimônio Municipal¹²⁵.

O dia 02 de março de 1941 ficaria marcado na administração Tuany Toledo e na memória dos moradores, sobretudo, àqueles que circunvizinhavam a Praça João Pinheiro (Antigo Parque Municipal), na região central da cidade.

Para esta data foi agendada a inauguração do Parque Infantil que, segundo as propostas do poder público municipal de Pouso Alegre, traria novas possibilidades de convívio e de práticas, cujas concepções eram trazidas ao conhecimento público através da versão e da visão da imprensa local.

O que seria o Parque, bem como sua finalidade foram aspectos tratados de maneira detalhada, mostrando um interesse em articular um conjunto de idéias e práticas a fim de atender as exigências de um órgão público. Artigos produzidos e reproduzidos na cidade e na região, conforme manchete de *O Linguarudo* e outros jornais, o Parque foi apresentado em tom de ansiedade:

“Foi finalmente inaugurado no dia 2 deste, o **grandioso** Parque Infantil, desta cidade construído pelo **dinâmico** prefeito Tuany Toledo [...] Houve várias provas esportivas e os aparelhos entraram a funcionar com as crianças. Foi servido um farto buffet às autoridades presentes e outras pessoas gradas.”¹²⁶

A noção de “grandiosidade” era colocada no discurso do jornal que, apesar de não ser o órgão representativo dos poderes públicos locais, se mostra um grande apoiador de seus feitos, visto que se utilizando de adjetivos, associando a grandiosidade ao “dinâmico prefeito”, faz uma relação de enaltecimento recíproco entre obra e figura pública, na imagem de Tuany Toledo, projetando-a naquele presente na busca de firmá-la no futuro.

O Parque Infantil, foi inaugurado sob o nome de “Major Dorneles”¹²⁷ como uma forma de homenagear o Secretário Estadual da Fazenda, Ernesto Dorneles a

¹²⁵ Livro de Conferência Patrimonial da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre. Secretaria de Patrimônio (bens imóveis), 1940.

¹²⁶ CONSTITUI, um dos Maiores Acontecimentos da História de Pouso Alegre, a inauguração no dia 2, do Parque Infantil construído pelo prefeito Tuany Toledo. *O Linguarudo*. Pouso Alegre, 09/03/1941, p. 01.

quem coube, no período, mediar as concessões de verbas destinadas a realização da construção do Parque Infantil pouso-alegrense junto ao Estado mineiro. Assim como em Pouso Alegre, o Major Dorneles incentivou a construção de outros parques, estádios e quadras para a prática desportiva em muitas outras cidades mineiras, sendo naquele momento, considerado um “investidor dos esportes praticados em áreas próprias a este fim, que poderiam e deveriam ter um alcance às cidades interioranas e as classes subalternas”.¹²⁸

Pretendendo enaltecer o “dinamismo” do prefeito Toledo, o jornal trata das obras realizadas, desde o início de sua administração em 1936, apontadas em outros trechos da nota, no jornal, como estando em “consonância junto a políticas adotadas em outras cidades, onde se buscava cada vez mais adequar Pouso Alegre aos padrões higiênicos das grandes metrópoles brasileiras”, criando uma imagem de que a população seria “totalmente contemplada por serviços assistenciais completos de apoio à saúde e educação da criança e da juventude”¹²⁹, quando, na verdade, tratava-se de concepções higienizadoras de controle e disciplinarização, sobretudo, das parcelas mais pobres da sociedade.

Após justificar seus argumentos para a instalação do Parque na cidade, durante a inauguração, enquanto o público se divertia com as mais novas estruturas, prestigiando a festa organizada e os discursos que enfatizavam a relevância e o apoio da União e do Estado Mineiro à municipalidade, bem como o empenho dos governantes ao projeto deste e de outros parques que deveriam ser inaugurados por todo o estado mineiro, parabenizando, o pioneirismo de Pouso Alegre na região Sul Mineira, o Prefeito convidou autoridades políticas de outros municípios. Representantes dos poderes legislativos da cidade e do Estado de Minas Gerais marcaram presença, envolvendo-se com o apoio de políticos locais e também, com intuito de se promover junto à população presente.

Este evento auxiliou a construção de uma imagem positiva da Prefeitura que foi decisiva na promoção da cidade nos âmbitos estadual e federal. O objetivo maior da própria festa era o de firmar certas alianças políticas e preparar terreno para os

¹²⁷ Segundo consta, esse nome seria dado em homenagem a um dos Secretários do Estado Mineiro o militar reformado Ernesto Dorneles, o qual ajudou e muito na obtenção de verbas para a obra junto ao governo estadual, negociando e mediando através de estreitas alianças entre membros do legislativo com ex-integrantes do governo municipal. Ernesto Dorneles foi estrategicamente escolhido para a solicitação de verbas, pois, segundo consta, era um grande entusiasta dos esportes na capital mineira, abrindo praças e alguns estádios para a prática desportiva.

¹²⁸ “O Município”. Pouso Alegre, 01/03/1940. Grifos meus do original.

¹²⁹ Idem.

futuros pedidos de auxílio dos prefeitos na captação de verbas para projetos nos municípios.

Um verdadeiro desfile de autoridades foi recepcionado pelo, então Prefeito Municipal Tuany Toledo, entre elas, o Governador de Minas Gerais Benedito Valadares, o Secretário Estadual homenagiado “Major Dorneles”, todo o corpo legislativo pouso-alegrense, Prefeitos e demais convidados de cidades vizinhas, além de juizes, promotores, o comando do Regimento Militar do 8º R.A.M., secretários e membros do clero Católico. Na ocasião, essas autoridades eram diferenciadas, desde o primeiro momento das demais pessoas, tinham um espaço exclusivamente reservado de um *buffet*, vetado à população, porém, pago com verbas aprovadas em sessão extraordinária da Câmara Municipal de Pouso Alegre, ou seja, com dinheiro público¹³⁰.

Enquanto a população se divertia com as novidades, dentre as quais destacava-se a própria presença dessas autoridades, os brinquedos novos colocados para apreciação das crianças como gangorras, balanços, rodas-gigantes, a piscina, as quadras para variadas modalidades esportivas, entre elas: o futebol de quadra e areia, vôlei, basquete, fora as construções de vestiários com chuveiros, sanitários e ao lado um galpão coberto contendo mesas de ping-pong; os políticos presentes se fartavam com o *Buffet*. Com o deslumbramento, fica evidente a representação de uma articulação que traz prestígio para os chefes políticos e determina quem deve mandar na cidade, uma espécie de colocação dos indivíduos cada qual em seu “devido” lugar.

¹³⁰ Foi convocada uma Sessão Extraordinária na Câmara Municipal de Pouso Alegre para fins de aprovação de verbas de estadia, transporte e alimentação das autoridades presentes em função da inauguração do Parque Infantil “Major Dorneles”, que se realizaria no dia 02 de março de 1941. Este foi aprovado por toda a casa por 8 votos, sem nenhuma objeção.



INAUGURAÇÃO PARQUE INFANTIL 1941- ATUAL PÇA JOÃO PINHEIRO

Figura 2:1 Inauguração do Parque Infantil “Major Dorneles” construído no espaço da praça João Pinheiro, antigo Parque Municipal. (Fonte: Arquivo particular de Rubens Barros Laraia).

A grande presença de pessoas atraídas para aquele espaço central de Pouso Alegre, durante o evento de inauguração, pode ser vista na fotografia acima, obtida do acervo particular do historiador Rubens Barros Laraia. Os moradores atenderam ao convite dos poderes públicos locais, veiculado pela propaganda referente à própria inauguração e à realização da obra no Parque, apresentada ao público como algo grandioso, coroada com a criação do Parque Infantil.

Com a fotografia, constrói-se a imagem de uma sociedade unida, se “confraternizando-se todos” no mesmo espaço e evento. A imagem que se queria passar, favorável ao poder público, era de afluência de grande parte da população, fixando a memória, tanto para os contemporâneos quanto para a posteridade, de uma grande adesão, não só a uma obra, mas a uma determinada administração.

Isso aponta para três questões em relação à importância da obra: a primeira, o seu peso político junto à camada populacional e, a outra, como interesses políticos e particulares eram sanados juntamente com as demandas efetivas da população. A terceira questão está na visibilidade que o Parque Infantil tinha na centralidade urbana, bem como as tendências trazidas por Parques Infantis instalados em outras localidades.

Prova desta construção de memória está expressa na narrativa de Saulo J. Salles. Muitos anos mais tarde, em 2004, o depoente ao referir-se sobre o Parque Infantil, inclui em suas lembranças à destruição de árvores centenárias e a instalação de novas estruturas:

[...]em 1940, o Dr. Tuany Toledo modificou o parque por completo. Mandou cortar as árvores centenárias e encheu o parque de brinquedos: escorregador, cadeiras de balanço, roda-gigante, piscina, campo de basquete, [tosse!] Vôlei, um gramado muito grande pra brincar de bola [...] e cercou todo o parque com, não era mais cerca viva, ele tirou e cercou com tela de arame e construiu dois prédios, um era a sede da Prefeitura, além da sede da Prefeitura era o dispensário aonde tinha um médico, um dentista e um farmacêutico e do outro lado, ele construiu outro prédio e fez as secretarias da Prefeitura, onde tinha os banheiros para uso não só dos funcionários, mas também, para uso de quem utilizava as quadras de esporte, da piscina [...]"¹³¹

Enquanto espaço vivenciado e praticado, procuramos analisa-lo sob o campo das subjetividades, como se pensou, como se sentiu e como se realizou determinados processos, alterando os modos de ver e sentir este local.

Em termos de concepção física, o Parque Infantil de Pouso Alegre, contou com uma estrutura física semelhante, aos parques paulistas com os barracões que abrigavam o corpo administrativo e outros equipamentos para diversão (como as mesas de ping-pong), vestiários, banheiros e os consultórios médico e odontológico.

A concepção urbanística presente no plano de obras de Tuany Toledo que pode assim ser identificada como uma das raízes da proposta do Parque Infantil, identifica-se com projetos adotados em outras cidades. Seguindo certos padrões, como nos Parques paulistas, projetar estes locais em áreas arborizadas e amplas, construir certos pavimentos e liga-los a certas práticas, parece fazer parte dessas concepções:

“sua estrutura física deveria contar com três pavilhões: um destinado aos serviços administrativos e assistenciais com as seguintes dependências: sala de administração, vestiário e instalações sanitárias para o pessoal docente e administrativo, salão de reuniões, sala de assistência ao ensino, sala para biblioteca e museu, gabinete dentário e sala médica; outro destinado à cozinha, ao refeitório e à zeladoria, com instalações sanitárias para zeladores, jardineiros e serventes e o último destinado às instalações sanitárias e chuveiros para as crianças”.¹³²

Apesar de não haver a mesma “intensidade”, no Parque Infantil de Pouso Alegre, o discurso da saúde e da importância do cultivo de preceitos sanitários está

¹³¹ Entrevista realizada com Saulo J. Salles em 03/06/2004, professor e contador aposentado. Realizada pelo autor desta pesquisa.

¹³² GOBBI, Márcia Aparecida. Desenhos de outrora, desenhos de agora: os desenhos das crianças pequenas no acervo de Mário de Andrade. Unicamp: Faculdade de Educação, 2004.

também presente. O que o diferencia dos projetos dos parques infantis paulistas está na característica da assistência e observação à criança, ser voltada a todo o período escolar e não somente em suas horas de lazer, como no período extra-escolar em Pouso Alegre. Em Pouso Alegre, não havia na prática, instrutores sanitários, professores, pedagogos, psicólogos um corpo de profissionais, tampouco, espaço físico suficiente para instalação de obras que garantissem o bom desempenho de suas atividades.

As escolas de ensino infantil e profissional estavam a um passo do Parque Infantil. Mesmo não sendo vinculadas, oficialmente ao Parque, eram delas que provinham a maior parte do seu público freqüentador. Bastava atravessar uma rua para se ter acesso ao Parque, fosse durante os horários de recreio sob vigilância dos professores, fosse no horário extra-escolar.

Nos parques paulistas, havia um aparato estrutural e profissional que garantiria a presença das crianças durante um período quase que integral do dia. Lá eram oferecidas refeições, atividades pedagógicas que estimulavam o convívio social, artístico e patriótico. Havia, também, um controle maior em relação a presença/ausência dos freqüentadores nos livros de presença e visita nestas instituições.

Em São Paulo, “a concepção de parque infantil que informava a ação de técnicos e especialistas responsáveis por seus trabalhos, bem como da compreensão que tinham de seus freqüentadores e da ação cultural a ser desenvolvida junto aos mesmos [...] era de espaço de recreação, principalmente, como espaços para a ação educacional e social, isto é como um educandário ao ar livre[...]”¹³³

Refletindo sobre a questão do alcance social da obra do Parque Infantil, será mesmo que as intervenções realizadas, numa localidade interiorana, tinham o único intuito de se prover, a “saúde” e o “bem – estar” físico da população ou melhor de parte dela? Com a palavra, Tuany Toledo, prefeito “responsável” pela construção do Parque Infantil “Major Dorneles, num trecho retirado de sua entrevista concedida ao jornal “*o Linguarudo*”:

“Aliás; a educação físico – cívico – moral dos nossos pequenos patricios foi sempre uma das preocupações de nossa administração e, agora, com a construção do Parque Infantil

¹³³ PEREIRA, Mirna Busse. *Cultura e Cidade: Prática E Política Cultural na São Paulo do Século XX*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, Tese de doutoramento em História Social, 2005. p. 76.

Pousoalegrense queremos crer que a infância de nossa terra será dada mais conforto e alegria, formando-a com espírito de uma moral sadia e com um patriotismo alevantado.”¹³⁴

A narrativa do Prefeito vem ao encontro das idéias propostas em âmbito nacional de valorização do lazer, sob a ótica disciplinadora do culto à pátria, envolvendo, principalmente o período extra-escolar das crianças a fim de eliminar ou reduzir ao máximo, as práticas consideradas ligadas à vadiagem e a ociosidade, propondo a ocupação do tempo-livre, principalmente das crianças pobres. Transforma-los em verdadeiros “patrícios” e patriotas com atividades que agregassem novos hábitos e valores, julgados como necessários para o desenvolvimento do “bom cidadão” através da educação, eis o objetivo maior a ser alcançado.

A execução da obra do Parque Infantil deixa transparecer um momento importante da construção de relações e alianças políticas na cidade, bem como a formulação de um projeto para o presente e para o futuro. Nesse sentido o Parque Infantil, bem como suas concepções educacionais se tornaram questões, a longo prazo, também de segurança. As crianças pequenas passaram a ser um grande problema, pois prevalecia a idéia de que elas, especialmente quando eram de famílias pobres, tinham de ser retiradas das ruas ou das margens dos rios, recebendo assistência em período integral.

Essa preocupação extrapolava as esferas atribuídas ao lazer e as práticas esportivas. Não bastava, para o poder público, apenas resguardar essas crianças em sua integridade física, mas, principalmente contemplar as questões educacionais e morais para que viessem a se tornar bons cidadãos no futuro. A rua, que foi “tirada” das crianças, podia ser um espaço de lazer, de aprendizagem, de solidariedade, de crescimento e amadurecimento- isto é, um espaço de criação de cultura infantil.

Se por um lado, governantes locais e alguns de seus “aliados” viram, na construção do Parque Infantil, uma chance de imprimir uma forte marca na cidade, por outro, alguns moradores, decidiram tomar partido na polêmica, mostrando-se

¹³⁴ REMINICENCIA, Do Passado, Entrevistando o Prefeito de Pouso Alegre. O Linguarudo. Pouso Alegre, 30/05/1970, p. 03. Graças a publicação desta entrevista nessa edição, quase 30 anos após a data de sua realização, pudemos utiliza-la já que o exemplar da década de 1940 não fora encontrado.

incomodados com as obras, quando viram que, para a construção do Parque Infantil, a Prefeitura estava derrubando árvores, destruindo canteiros e assim descaracterizando um espaço, com o qual, estavam habituadas. Logo trataram em fazer registros de seus protestos de diversas maneiras. A mais corrente, no início da década de 1940, era “ir diretamente à fonte”, isto é, reclamar ao Prefeito Municipal, diretamente em seu Gabinete, embora fosse prática restrita a poucos moradores, como foi o caso do pai adotivo de dona Denaide Teixeira, o Senhor Cirino, o qual, segundo alguns outros depoentes, mantinha uma certa influência junto aos setores político-administrativo de Pouso Alegre:

Aquilo lá, era um Parque, um parque maravilhoso! Que eu nunca pensei que os Prefeitos daqui, fossem prejudicar aquele parque, porque aquilo é um patrimônio da cidade. Não deviam[...] Deviam deixar o parque como antigamente, o patrimônio da cidade.

E[...] não posso dizer porque eu não me lembro muito bem disso. Eu lembro que foi no governo de um Prefeito ai que resolveu mexer, até o meu pai “o bem”, foi pedir pro prefeito não cortar as árvores que era uma judiação, que aquilo era uma judiação, que aquilo era um patrimônio, mas a Prefeitura tava precisando de terreno né? Então eles fizeram isso, o prefeito não teve outra alternativa, senão, fazer aquilo!”¹³⁵.

Como afirma o filósofo Paul Ricoeur, a preservação da memória “*assegura a continuidade temporal, permitindo deslocar-se sobre o eixo do tempo; permite reconhecer-se e dizer eu, meu*”¹³⁶. Percebe-se ai, muito mais que um sentimento “saudosista” acerca de um espaço tido como público e, por conseguinte “comum”. O que se percebe é uma particularização do lugar enquanto espaço de reconhecimento de práticas e valores pelos sujeitos, onde cada um seleciona, recorta e toma para si um fragmento que marcou um dado momento de sua vida.

Dona Lydia Schultz, uma das vizinhas mais antigas da praça, residindo na rua Tiradentes, adjacente ao parque, se lembra de como as reivindicações eram tão mais simples de serem levadas e atendidas, quando feitas a quem “realmente teria a possibilidade de atendê-las”. Segundo sua narrativa, no caso da construção do Parque Infantil, fica ainda mais clara a proximidade entre políticos e alguns munícipes que, na década de 1940, podiam reivindicar, diretamente:

“Com o prefeito a gente tinha uma certa comunicação possível, não era o prefeito lá e a gente aqui, naquela época o prefeito era, vamos dizer, acessível (...)! Quando precisava reclamar ou

¹³⁵ Entrevista realizada com Denaide Teixeira Alves, pelo autor desta pesquisa.

¹³⁶ RICOEUR, Paul. A crítica e a convicção. Lisboa: Edições 70, 1997, pp. 171.

pedir alguma coisa era só ir lá e logo éramos atendidos, nesse caso da praça muita gente reclamou direto com ele, mas não sabíamos o que seria feito[...]. Tudo que precisasse era direto no Gabinete que ficava ali no terreno da praça, nessa época a cidade era pequena e todos se conheciam”¹³⁷.

Em Pouso Alegre estava, ainda em formação, todo um corpo burocrático que viria compor os cargos administrativos públicos. O que hoje parece tão distante, intermediado por acessores, secretários e afins, naquele período era uma realidade, para alguns conhecidos. Conversar com o Prefeito, uma figura de destaque na política local, era possível, pois este era “acessível”, naquela época. Encontrá-lo pelas ruas caminhando, ou como no caso de dona Lydia e outros sujeitos entrevistados nessa pesquisa, conhecendo o Prefeito em outras circunstâncias, no caso, Tuany Toledo, antes de assumir o Executivo, atendia muitos clientes em consultas particulares atuando como farmacêutico.

O que estava em jogo não era só uma questão de complexidade da máquina administrativa, mas também a existência de critérios da vida privada, muitas vezes, definindo orientações para o poder público. O acesso ao Prefeito, não era igualmente fácil para todos. Vale lembrar o papel dos jornais, no sentido de mediar as relações entre as camadas populacionais mais pobres e o poder público, incorporando suas queixas e solicitações.

A forma mais usual de se reclamar, durante as décadas de 1940-50,, era enviando cartas para as redações dos jornais locais. Evidentemente, nem todas, ou quase nenhuma foi publicada. Nas narrativas transparece para alguns a preocupação com questões estéticas da praça; para outros, o enfoque era, sobretudo, o aspecto ambiental, enquanto na fala do senhor Saulo Jésus as questões eram de cunho político.

Seja como for, mais uma vez, a beleza natural e histórica que marcaram a Praça João Pinheiro foi alterada e a administração pública, utilizando a retórica de se “mudar para melhor”, buscou criar vínculos entre as pessoas e o lugar a ponto de

¹³⁷ Lydia Schultz é vizinha da praça João Pinheiro desde sua chegada da Alemanha em meados do século passado. Seu genro Frederico Schultz, logo abriu um estabelecimento comercial, uma padaria ao lado do Parque, um dos poucos que haviam na época, o qual passou ao domínio de dona Lydia depois de seu falecimento. Era um dos poucos lugares em Pouso Alegre que comercializava o pão, talvez o mais tradicional. Mãe de 3 filhos, viúva e aos 90 anos de idade, reside hoje na rua Tiradentes, paralela a praça. Foi interna do colégio das Dorotéias e grande amiga de uma das depoentes neste trabalho dona Denaide Teixeira, a qual nos encaminhou até dona Lydia para a realização da entrevista. No local onde era padaria, hoje, localiza-se um hotel que leva o nome da entrevistada, ainda de sua propriedade. Entrevista realizada pelo autor desta pesquisa.

classificá-lo como patrimônio. Agora, o antigo parque arborizado, silencioso e tranqüilo, inspirador de poetas e de apreciadores da calma, da natureza e do sossego, dava lugar aos brinquedos de ferro e madeira que rangiam suas articulações unidas por parafusos e correntes em conjunção com o barulhento entusiasmo das crianças que brincavam, corriam, jogavam, rompendo com o silêncio do local, tornando-o freneticamente, movimentado pela atividade física dos pequenos corpos, numa cidade, considerada pacata.

Apesar de não oficializado, em leis e decretos, para estas pessoas a praça se tornou, sobretudo, um patrimônio afetivo:

[...] “Parque Infantil, brinquei muito aqui! Tinha campo de futebol ali ó [aponta com a mão o local onde se localizava do lado esquerdo], perto da padaria da dona Lydia. Ali jogaram Grapeti, Adãozinho, uns caras bons de bola jogaram tudo ai. Lá na frente tinha uma piscina, pra lá onde ta aqueles escoteiros[novamente apontando o local com o dedo indicador, onde hoje encontra-se um busto dos escoteiros], os escoteiros era mais pra cá, não era lá não. Isso aqui tudo era cercado de tela, essas arvore aqui não tinha., toda vida teve aqui aqueles coqueiros, aquelas palmeiras ali [mostra onde com a mão a localização das arvores da época]. Tinha balancinho, escorregador, campo de vôlei, roda-gigante, tinha muito passarinhos aqui, piriquito, eu catei muito piriquito aqui. Eu, o Roberto Coutinho, o Roberto Coutinho já morreu né? O filho da dona Lydia ali o Henrique, tem a Edite a filha dela. Essa quadra de vôlei, era lá onde tem aquela coisa quadrada lá [aponta com o dedo se referindo a fonte no lado esquerdo da praça]. Tinha um pé de ingá ali. Na piscina a gente nadava e depois subia no pé de ingá pra apanhá, uma fruta docinha, docinha!
Juliano: A molecada que gostava de pegar isso?
Mário: Nossa! Nós, pegava demais, era à vontade!”¹³⁸

¹³⁸ Entrevista realizada com Mário de Oliveira, pelo autor desta pesquisa.



Figura 2:3 Operários trabalhando na construção do Parque Infantil. Em primeiro plano, obras da piscina, local onde hoje se encontra o prédio da antiga Estação Rodoviária. (Arquivo pessoal de Rubens de Barros Laraia).

Não bastava modificar a Praça João Pinheiro, substituindo o Parque Municipal por um Parque Infantil, não bastava colocar bancos, arrancar canteiros e árvores e trocá-los por brinquedos infantis e grades, construindo prédios e portões, alterando assim a paisagem do centro da cidade. Mais do que um grande jardim, tratava-se de propor novas práticas, fomentar novas sociabilidades, tornando o Parque Infantil um lugar que, deveria agregar valores à vida cotidiana, compartilhando gostos e modificando comportamentos.

Apesar do peso de todo o programa pedagógico, formulado para a infância a ser desenvolvido no parque, o que ficou, na lembrança dos depoentes, foram as brincadeiras das crianças, destituídas dos apelos cívicos e disciplinares que possam tê-las acompanhado:

Mário: “Aqui? Aqui o que mais gostava era de andar de escorregador aqui, só que rasgava as calça da gente! Dois escorregador, tinha um tal de chapéu de sol que a gente rodava nele e jogava a gente longe, você tinha que ver, quebrava braço que era uma beleza! [risos]... E o Futebol que a gente jogava num campinho que tinha cercadinho, era uma beleza! Tinha um grande futebol, um cara que jogou pra chuchu aqui o Adãozinho. Foi ele e o Grapete lá pra aquele

time de Belo Horizonte o Atlético. Os dois jogaram contra o Pelé lá, o pai dele era dono daquele hotel Cometa ali.”¹³⁹

Juliano: E do que o senhor gostava mais de brincar lá?

Benedito Mateus: “Ah, eu brincava muito de balanço, futebol de areia, futebol de campo, bola de pano, como na época não tinha ainda essas bola de couro a gente jogava com bola de pano, mas o rolo é mais pacífico né?”

Juliano: E vocês chegaram a reunir um grupo?

Benedito: Nós tinha aqui uma turma do bairro da Tijuca, da Vila Mariana, então nós tinha aquela turminha certa, nós ia lá[no Parque]”¹⁴⁰.

José Heleno Magalhães: “Então, a praça João Pinheiro tinha dois barracões, com mesa de ping-pong. Tinha quadra para a prática de voleibol, basquetebol, tinha uma piscina. Eu praticava mais o ping-pong e o futebol, foi onde eu aprendi a jogar o futebol e o ping-pong [risos]...”¹⁴¹

Rubens Laraia: “Então eu lembro da João Pinheiro, quando eu ia de início, quando eu ia lá com brincar no Parque lá dentro, assistir as partidas de vôlei que tinha quadra de vôlei lá, tinha várias partidas de vôlei lá! Depois, também, para...tinha piscina ainda, no começo quando eu ia lá tinha piscina lá, o pessoal nadava na piscina. Existia os brinquedos já no final da década de 1950/60, joguei muita bola lá! A gente jogava lá futebol de salão, tinha futebol de salão, mas assim específico o cotidiano, era um lugar de diversão que tinha em Pouso Alegre, uma cidade pequena, já existia os clubes de campo, mas dentro da cidade era, na década de 1960, era um lugar muito vazio”¹⁴².

Poderíamos construir com perguntas as respostas que queríamos ouvir sobre a ação da Prefeitura naquele espaço, sugerir episódios e falas que os fizessem apoiar as datas, falas e acontecimentos ocorridos. No entanto, as narrativas trouxeram um conteúdo analítico de modo diferente. Com sua ação de narrar, tomaram para si a tarefa de serem eles próprios os protagonistas de uma das versões sobre o lazer e a diversão em Pouso Alegre.

¹³⁹Entrevista realizada com Mário de Oliveira, pelo autor desta pesquisa.

¹⁴⁰Entrevista realizada com Benedito Mateus, pelo autor desta pesquisa.

¹⁴¹ José Heleno Magalhães tem 61 anos é natural de Pouso Alegre e vizinho da praça João Pinheiro desde o seu nascimento. Seus pais eram agricultores, naturais de Silvianópolis e vieram para Pouso Alegre em busca de melhores condições de vida. Passou a infância e cresceu em meio ao ambiente do Parque Infantil, sendo o nosso primeiro interlocutor na pesquisa junto a história oral. Conseguimos o contato, graças a uma amiga de graduação, Leida Romanelli, esposa de um médico, cujo os pais viveram a vida toda naqueles arredores da praça, porém, infelizmente vieram a falecer antes do início desta pesquisa. Contudo, graças a esta “indicação”, pudemos iniciar os contatos para a realização das entrevistas. José Heleno, é casado, tem dois filhos e trabalha como comerciante. Entrevista realizada no dia 25/05/2004, no estabelecimento comercial de propriedade do entrevistado, localizado à rua Silviano Brandão pelo autor desta pesquisa.

¹⁴²Entrevista realizada com Rubens de Barros Laraia, pelo autor desta pesquisa.

Embora não tendo as dimensões dos parques localizados nas grandes cidades, o Parque Infantil “Major Dornelles” em Pouso Alegre, se mostrou uma obra apreciada por parte dos munícipes e adaptada às possibilidades locais. Assim vai ganhando na cidade, a partir das experiências vividas e lembradas, uma teatralidade social e a Praça não existe dissociada de gente que lhe confere conteúdo e determina sua existência.

Este espaço marcado pelas experiências adquire significados que extrapolam sua concretude. Segundo Certeau espaço é: “um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que daí se desdobram”.¹⁴³ Portanto, o espaço é transformado cotidianamente de acordo com as práticas vividas e estabelecidas pelos sujeitos que determinam seu uso e tecem sua memória.

Por isso há de se considerar as evidências orais enquanto fontes importantes e necessárias para explorar as possibilidades das múltiplas experiências sociais entre homens, mulheres e crianças que formam novos hábitos e instituem novos valores, entrecruzando-se com vizinhos, transeuntes e comerciantes, agora numa cidade que se modernizava e, que, portanto, transformava a realidade social, anteriormente, de práticas ligadas ao rural, numa realidade urbana, principalmente.

Enquanto para algumas pessoas como as crianças, os vizinhos e os idosos a Praça era um local de lazer e diversão, para outros ela significava lugar de trabalho. Este era o caso do guardião daquele espaço, um sujeito lembrado por muitos em suas narrativas e respeitado por todos. O senhor Alberto Paiva se constituiu numa das figuras mais marcantes na época do Parque Infantil, pois cabia a ele:

“Tomar conta do Parque. Ele administrava todo parque, mas também tomava conta de tudo. Ele vigiava as criança, depois tinha que ver se tinha algum brinquedo quebrado, as vezes ele mesmo ia lá e arrumava, então ele fazia muita coisa. Abria o portão de manhã e fechava a tarde e quando precisava de alguma coisa ele ia direto no Prefeito, quando precisava de material ou ele não conseguia arrumar os brinquedos ele pedia direto pro Prefeito[...]Então ele era o tomador de conta do Parque Infantil”.¹⁴⁴

¹⁴³ CERTEAU, Michel. O.p.cit; p-109

¹⁴⁴ Rubens Rezende de Paiva tem 73 anos. Nascido em Pouso Alegre, casado pela segunda vez, o senhor Rubens conheceu a rotina do trabalho ainda na infância. Filho do senhor Alberto Paiva, administrador do Parque Infantil, era por vezes levado a trabalhar lá, ajudando-o nos afazeres. Além disso, quando tinha tempo livre ajudava sua mãe na venda de doces caseiros em bares e padarias do centro. Hoje, é dono de um estabelecimento comercial varejista no ramo de calçados da cidade. Entrevista realizada em 25/02/2005, pelo autor desta pesquisa.

Na fala de algumas pessoas que freqüentavam o local, “o guardião do parque” aparece como um sujeito de semblante forte, de ações enérgicas, um funcionário cumpridor de suas atribuições:

“[...]quando o Tuany Toledo fechou a praça, ele colocou duas pessoas dentro e conservou por algum tempo, o senhor Alberto Paiva e o senhor Lazinho. O Seu Alberto era diurno, abria o parque pra meninada entrar e o Seu Lazinho era guarda noturno. Isso durou muito pouco tempo, isso de 1942 até 1950 respeitado.”¹⁴⁵

Juliano: Então existia essa separação entre pobres e ricos ali?

Benedito: Tinha, tinha sim.

Juliano: Tinha? Isso ninguém me falou, porque eu entrevistei várias pessoas e eles falava que podia todo mundo...

Benedito: Não, não, não, não, não! Tinha sim, porque naquele tempo tinha lá o Seu Alberto Paiva que era muito rigoroso! Ele tomava conta da portaria, ele falava assim: -Olha meus fio, a parte de vocês é do outro lado, vocês pegam a parte dos pobre. Seu Alberto Paiva que morreu com quase 90 anos aqui em Pouso Alegre.”¹⁴⁶

Na fala de Benedito Mateus de Melo a discussão sobre a polêmica da separação entre pobres e ricos naquele espaço foi uma constante, durante a entrevista. Como visto na narrativa de Rubens Rezende de Paiva, filho do senhor Alberto Paiva, uma das funções de seu pai era vigiar as crianças. Além disso, consta que havia um certo acúmulo de atividades, ao mesmo tempo em que administrava e vigiava, ele tinha que consertar, fiscalizar aquilo que precisava ser reparado e aqueles que descumpriam certas regras.

Ocorre que, ao pesquisar a documentação da Prefeitura Municipal, encontrou-se um projeto de lei bastante interessante que trata sobre as atribuições do corpo de funcionários do Parque Infantil pouso-alegrense e algumas dessas regras as quais tinham que zelar:

Ato Nº 71 de 25 de abril de 1940.
Cria e modifica as disposições referentes aos serviços e repartições da prefeitura e dá outras providencias.

Art. Nº 21. Em relação aos serviços gerais do Parque e seus funcionários:

- a) Conservar o Parque, seus abrigos, telheiros, aparelhos e demais alojamentos;
- b) Zelar pela manutenção e reparo dos aparelhos que por falta de resistência ou defeito, não ofereçam a segurança adequada;

¹⁴⁵ Entrevista realizada com Saulo Jésus Salles, pelo autor desta pesquisa.

¹⁴⁶ Entrevista realizada com Benedito Mateus de Melo, pelo autor desta pesquisa.

- c) Orientar as atividades recreativas das crianças, velando por elas, sem lhe perturbar ou ameaçar sua espontaneidade e liberdade;
- d) Promover a prática de jogos, que venham a inspirar, o espírito do patriotismo e da boa conduta;
- e) Aproveitar as oportunidades para ministrar educação-física; Fiscalizar o trabalho dos vigias.¹⁴⁷

As disposições sobre os serviços gerais, prestados pelos funcionários do Parque Infantil, diretamente ligado ao Gabinete do Executivo na Prefeitura, mostram que, entre outras coisas, apesar de tratar de “funcionários” no plural o senhor Alberto Paiva desempenhava várias atividades que ia além de administrar a entrada e saída de pessoas naquele recinto, como alguns afirmaram em seus depoimentos, ou simplesmente, administrar o Parque Infantil.

Atribuía-se a ele todas as questões referentes à organização, eficiência e funcionamento do Parque Infantil “João da Silva”, cabendo a ele fiscalizar e inspecionar todas as instalações no que se refere ao bom funcionamento do local, a frequência das crianças e de suas atividades, assiduidade dos demais funcionários (que ao todo eram mais dois o senhor José que era o jardineiro e o senhor Lazineho que era o vigia noturno, isso segundo as narrativas da época), podendo sugerir e efetuar sugestões, restrições ou critérios de aceitação ou rejeição de práticas, devendo pelo menos algumas vezes, vetar ou orientar àqueles que descumpriam as regras de conduta ou normas estabelecidas através de suas práticas.

Fica evidente o acúmulo de tarefas delegadas ao senhor Alberto Paiva que além de administrar o parque tinha que zelar pelas crianças, pelos aparelhos e pelas instalações no local, além das atividades desenvolvidas. Não se tratava apenas de mandar embora os pobres, ou simplesmente dividir o parque em duas partes. Alberto Paiva, antes de tudo, tinha que cumprir regras, as quais eram estabelecidas, diretamente, pelo Prefeito Municipal, onde tratadas no artigo de número 22 (vinte e dois), mostram certa preocupação com a questão de organização daquele espaço.

As tentativas de moldar e circunscrever o lazer e o tempo livre das crianças e da juventude na cidade de Pouso Alegre ultrapassava a própria noção de lazer, enquanto tempo livre e atingia a constituição moral, já que este tempo deveria ser

¹⁴⁷ Departamento de Cultura - Divisão de Educação e Recreio Regimento Interno do Parque Infantil.

aproveitado enquanto tempo “produtivo” usado para propiciar o desenvolvimento integral da criança, inclusive atuando na sua constituição física. A prática de esportes e de exercícios físicos, por serem entendidos como fatores de boa saúde são estimulados, não só porque melhoram ou aperfeiçoam o físico, mas porque, ao exigir disciplina, perseverança, cooperação, educam o espírito.

O projeto de reeducação em âmbito nacional, proposto pelo Estado Novo foi divulgado e apreciado no âmbito municipal pelos poderes públicos pouso-alegrense, tendo como finalidade principal o aprendizado mesclado à brincadeira.

Nesse sentido Parque Infantil “Major Dornelles”, se tornou, também, uma opção de lazer e, principalmente de sociabilidade para o público feminino que viu ali um lugar aconchegante e protegido para se freqüentar:

“Tinha uns bancos pra gente sentar, entendeu? Tinha umas árvores, tinha umas piorrinhas que caía das árvore, a gente brincava com aquelas piorrinhas, botava nas unhas. Olha, sempre que eu era pequenininha eu gostava de sentar nos bancos pra pegar aquelas piorrinhas que caia das arvores e brincar nos bancos. Os bancos eram aqueles bancos antigos, compridos, antigos, bonitos! E as árvores mais bonitas ainda!...”

As meninas, o grupo escolar que ia fazer como se diz? Merenda lá e tinha também aqueles passeios né, que eles iam lá, eu gostava de ir andar, fazer o footing. E tem até fotografias minhas tiradas com o grupo escolar, sabe?...”

A gente dava uma volta no Parque, em volta do Parque é muito grande é uma caminhada né? Mas eu freqüentava mais as Igrejas. A Igreja de São Benedito, o Santuário né? Afinal de contas, eu fui criada num colégio religioso, de modo que eu sou muito piedosa e muito amiga das irmãs. . A gente tinha amizade com todo mundo, com as freiras, com as pessoas que moravam ali por perto né? Todos eram vizinhos, todos eram uma família só!”¹⁴⁸

“Eu era criança! Eu gostava de jogar Ping-Pong, era o que eu mais gostava!...” Crianças, os idosos, as senhoras, as pessoas adultas, os militares que iam lá com as crianças, crianças que brincavam com as pajens e elas e as mulheres ficavam lá conversando, lendo e tricotando.

Juliano: E a senhora ia sozinha, ou tinha alguém que ficava olhando?

Juscelina: Ih! Eu ia sozinha. Eu ia só, morava pertinho, ficava brincando até o final da tarde!

Juliano: Não tinha essa preocupação de pai, mãe ficar olhando?

Juscelina: Não! Era tudo aberto, não tinha isso não, era tudo ali sadio.

¹⁴⁸ Entrevista realizada com Denaide Teixeira Alves, pelo autor desta pesquisa.

[...]Domingo, era o colégio das Dorotéias que freqüentava lá umas horas, as internas freqüentava lá!

Juliano: Hum... daí era o horário só delas?

Juscelina: Só delas. Portão trancado.

Juliano: E o que elas ficavam fazendo lá?

Juscelina: Ficavam passeando, andando em rodas, lendo, vendo as rosas, sabe?

Juliano: Como que era na sua época, os meninos se misturavam com as meninas, como era?

Juscelina: Ah! Eu brincava com os meninos, mas era mais com as meninas, mas na minha época era mais separado.

Juliano: a senhora chegou a utilizar a piscina?

Juscelina: Não! A piscina era só pros meninos. Era só pros meninos mesmo!”¹⁴⁹

“[...] eu lembro que as meninas gostavam de brincar nas rodas-gigantes do parque e nos balanços[...] além disso, ia muita estudante, depois da escola ou na hora da recreação pra brincar. Brincavam de escolinha, ou pra fazer o dever de casa se reunia lá. Levava aquelas bonecas de pano, seus vestidos, improvisavam panelinhas e brincavam de prendas, colhiam flores e essas coisas de menina mesmo. Então, aos domingos aquilo lá enchia de gente, muitos iam fazer o *footing*, outros iam pra assistir os atletas de vôlei, então era isso[...]

O Parque Infantil era um local de encontro e sociabilidades em Pouso Alegre, mas não de todos os pouso-alegrenses. Pouco a pouco, as narrativas de homens e mulheres foram revelando uma faceta do Parque a qual não conhecíamos. Na fala de dona Juscelina fica clara a menção da instituição de uma prática que, procurou em um dos dias da semana de maior movimento no parque, particularizar um espaço público.

“A portões fechados” o Parque Infantil, durante o período matutino, aos domingos, era reservado ao passeio das alunas e internas do colégio particular Santa Dorotéia, voltado à educação feminina das classes dominantes da cidade e da região. Porém, não apenas as instituições religiosas se apropriaram de alguma forma daquele espaço, reservando-o para suas práticas em determinados dias e horários da semana, mas também, outros sujeitos procuraram no recinto do Parque Infantil, a oportunidade que precisavam para difundir sua influencia a frente de instituições que promoviam o ensejo da prática esportiva, como poderá ser visto mais adiante.

¹⁴⁹ Juscelina Coutinho Rezende, reside próxima a praça João Pinheiro desde seu nascimento a 69 anos atrás. Sempre se mostrou uma mulher muito ligada a família, uma das mais tradicionais da cidade, assim como a religiosidade católica. Estudou e se formou no regime de internato no colégio Santa Dorotéia, permanecendo solteira e sem herdeiros até os dias atuais. Entrevista realizada em 13/12/2006, pelo autor desta pesquisa.

Outra questão que nos chamou a atenção era em relação à piscina do Parque Infantil. Na retórica do Prefeito, aquele era para ser um espaço até certo ponto “democratizado” para o lazer da juventude, no entanto, a piscina, uma das estruturas mais procuradas do parque, era vetada ao público feminino e aos de menor ‘status’ social, como afirma o senhor Benedito Mateus de Melo que, logo de cara, no início de sua entrevista, nos surpreendeu dizendo que

“Ah, peguei muitos anos o Parque Infantil, eu era molecão! Mas o Parque era divertido pra nós todos, tinha a área de lazer, futebol, vôlei, futebol de areia, salão, tinha de tudo. **Só que na parte de pobre era mais difícil do pobre entrá.**

Juliano: Mas, onde ficava a parte dos pobres e a parte dos ricos, explica mais ou menos pra mim?

Benedito: A parte dos pobre ficava mais na parte esquerda do Parque, mais no fundo tinha o campo de futebol, o campo de areia, salão, mas pobre mesmo não entrava não, era muito difícil! Eu não sei que tipo de racismo que tinha, mas nós mais pobre ficava sempre de lado. Era muito rigoroso essa parte.

Nós tinha a praça nossa de liberdade, a praça de esporte, tinha a piscina, tinha a área de lazer, tinha um pé de ingá muito bom!

Na piscina não entrava pobre! Só entrava gente de sociedade, a única vez que tivemo a possibilidade de entrá pra pegá a piscina, foi quando um amigo nosso, fez sujeira dentro. Ai atrapalhou tudo!

Juliano: Só assim mesmo?

Benedito: Só assim mesmo[...] Eu, desde que eu freqüentava o Parque, toda vida tinha uma tal de piscina ali. O único dia que nós foi liberado pra entrá na piscina foi quando esse amigo purgante, fez sujeira dentro da piscina. Ai foi liberado, mas fiquemo um bom tempo sem pode entrá.”¹⁵⁰

A “surpresa” que nos foi colocada pela narrativa do senhor Benedito Melo está na questão do apontamento da praça enquanto um local segregador, já que depois de realizar inúmeras entrevistas, parecia um local que deveria congrega as classes sociais, onde todos pudessem conviver em igualdade.

A questão da seletividade e da proibição de quem poderia ou não, freqüentar o Parque envolvia o gênero e a classe social. No caso das meninas, não poderem freqüentar a piscina, a explicação dada, por parte de Mário de Oliveira, em sua narrativa, é que eles utilizavam aquele espaço de maneira mais “despreocupada”:

Juliano: Seu Mário, me disseram, foi uma mulher que me contou que ela não podiam entrar na piscina, como que era isso?

¹⁵⁰ Entrevista realizada com Benedito Mateus de Melo, pelo autor desta pesquisa.

Mário: “Menina não! Não! Era só homem [risos]... menina não podia entrar!

Juliano: E o senhor sabe o por que disso?

Mário: Por quê? Porque naquele tempo, coitado! Nós, no meu caso por exemplo, do jeito que a gente vinha com as roupa a gente pulava. Não tinha dinheiro pra comprar calção, ali a molecada é como eu falei com você, era tudo irmão! Tanto faz da alta sociedade como da baixa, então as vezes as calça larga descia e agente ficava nu, semi-nu, então menina não podia entrá mesmo, ela não mentiu pra você não é verdade.

Juliano: Quem cuidava para as mulheres não entrar?

Mário: Pra elas não entrar isso aqui era cercado inteirinho de tela. Só tinha duas entradas uma ali na frente e outra do lado. Então o Seu Geraldo não deixava ela entrar não, ele que cuidava pra elas não entrar. Eita, nós nadava a vontade ali, a piscina se o lugar mais fundo tivesse 1 metro de fundura!”¹⁵¹

Havia por detrás da “exclusão” feminina da natação, uma questão de moral familiar que, exigia das mulheres maior recato do que aos homens. Este recato deveria se expressar nos seus modos de vestir, nos seus gestos e maneiras de falar e caminhar.

Ainda mais, numa cidade com costumes conservadores bem delineados, que abrigava um dos colégios femininos católicos mais afamados da região, o Santa Dorotéia, como exemplo de conduta moral e educacional, ligado ao regime de internato e visando a preparação da mulher para a vida doméstica, as mulheres eram submetidas a mecanismos de controle mais rígidos do que os homens.

Outro exemplo de que o Parque Infantil não era um local de lazer tão “democratizado” como se divulgava na cidade vem do depoimento de Vitor Chagas, ex-seminarista que largou a batina para se alistar no Exército Brasileiro, no Regimento Militar local. Já aposentado nos dias atuais, sua narrativa foi coletada junto com a do senhor Mário Oliveira, durante a entrevista realizada na Praça João Pinheiro. Lá, o senhor Mário, ao ver passar seu conhecido em frente à igreja de São Benedito, o chamou pra participar da entrevista, perguntando-lhe:

Mário: “Mas você nunca veio aqui?”

Chagas: Não! É que eu sou do Aterrado né Mário! Eu não saia do Aterrado. O Mário conhece bastante aqui porque aqui ele foi criado bem pertinho! Eu fui criado no Aterrado. Porque do Aterrado era difícil vim pra cá!

Mário: É e era difícil a gente ir pra lá também!

¹⁵¹Entrevista realizada com Mário de Oliveira, pelo autor desta pesquisa.

Chagas: É e era difícil vocês ir pra lá também. Naquela época de criança nossa era assim, mas eu conheço aqui só por fotografia, lá no Museu né, que tem muita coisa, mas dizem que aqui foi...

Mário: Era uma beleza! É o que eu to dizendo pra ele aqui, era cercado de tela.

Chagas: Agora, eu não peguei! Porque nós não vínhamos pra cá, eles não iam pra lá pro Aterrado né? Porque o Aterrado, sempre foi meio isolado né? Meio discriminado né Mário?

Mário: Ah, é!

Chagas: Naquela época muito mais discriminado do que agora né? Agora não, mas na minha época, na minha época de moleque o Aterrado não era olhado com bons olhos não.[Risos]...

Toda vida né?[Mais risos]...

Chagas[Risos]... O Aterrado era discriminado. Falou que você era do Aterrado, todo mundo te olhava com maus olhos! Mas antigamente era, a gente era considerado flagelado! Não sei se você lembra quem era do Aterrado era chamado de flagelado! No Aterrado tinha aquelas Várzea, aqueles campos do Bangu do Madureira, o que tinha pra nadar era naqueles buracão!”¹⁵²

A exclusão, por vezes, obedece a “leis” que nem sempre estão escritas, mas que se impõe por padrões de comportamento. Na fala do senhor Chagas, a percepção da divisão de classes é claramente formulada. Sentir-se mal visto, ser olhado com maus olhos, pode ser um forte elemento de constrangimento e inibição, criando uma espécie de fronteira invisível, que separa dois mundos geralmente conflituosos. Fazer o “outro” sentir-se mal, ou, humilhado é, muitas vezes, uma estratégia de poder, uma atitude de classe.

O atendimento às crianças sem as condições mínimas de infra-estrutura, foi um discurso utilizado mais como figura de retórica do que como formulação de uma política que visasse garantir os direitos e os anseios da população. O discurso da “participação democrática”, nos espaços públicos, tornou-se vazio na medida em que, o atendimento às crianças sem condições mínimas de infra-estrutura a tinham como pressuposto a sua desqualificação social, moral e política.

A população, principalmente aquela residente nos bairros mais pobres de Pouso Alegre aparece como os grandes “ausentes” dessa obra cívica e social que

¹⁵² Vitor Roberto de Chagas, tem 52 anos. Casado, pai de dois filhos, hoje reside na região central da cidade, graças a sua aposentadoria como militar reformado. Antes trabalhou numa banca de jornais na Estação Rodoviária, localizada na praça João Pinheiro em 1969. Atuou no Exército durante as décadas de 1970/80. Porém, na sua infância, viveu e conviveu com as dificuldades e a discriminação impostas pela sociedade pouso-alegrense ao bairro São Geraldo(também conhecido como Aterrado), uma localidade que até os dias de hoje é associada ao descaso, as enchentes, a violência e a falta de estrutura em todos os aspectos que vão desde a falta de saneamento básico(água, luz, esgoto) até aspectos que tangem a questão do lazer. Hoje, Vitor trabalha como instrutor numa auto-escola em Pouso Alegre. Entrevista realizada em 17/01/2007 na Praça João Pinheiro, pelo autor desta pesquisa.

era o Parque Infantil de Pouso Alegre. Deveriam ser “ausentes”, porque suas práticas não higienizadas, tidas como rudes, perigosas e grosseiras poderiam “contagiar” e espantar as demais crianças que ali tinham uma acertada orientação. A presença dessas pessoas estava nos discursos políticos, nas publicações sobre o alcance social do Parque nos jornais, mas ausente na prática, durante a vida cotidiana da cidade, uma vez que segundo os mesmos discursos, estes sujeitos eram os principais alvos a serem alcançados por tamanha obra assistencial. Essas crianças continuariam sem o “direito ao acesso do lazer”, proporcionado pela Prefeitura, pois ali, no Parque, não eram bem-vindos e “bem-vistos” como afirma o depoente Vitor Chagas que mesmo com as restrições arranjava formas alternativas de brincar e se divertir em sua localidade.

A desigualdade entre as classes sociais que, permeava todas as relações estabelecidas na cidade, aparecia nos discursos do jornal *O Linguarudo* quando, se colocando como porta-voz de determinadas instituições como a A.M.E (Associação da Mocidade Esportiva), recriminava a atitude pouco civilizada de outros jovens, geralmente não pertencentes àquela agremiação:

“Um apelo da AME (Associação da Mocidade Esportiva) aos freqüentadores de nossa Praça de Esportes.

Certo número de indivíduos sobem no muro do alambrado, apoiando as mãos nas partes superior deste. Quando advertido por qualquer diretor da AME, ou não atendem, ou respondem mal.

A solução para o caso seria recorrer à policia. Isto, porém, é desagradável e não é compatível com alto grau de civilização que o povo desta cidade possui. A AME faz este veemente apelo a todos, para que cada desportista seja um guarda imparcial, colaborando na vigilância e impedindo que os teimosos continuem estragando aquilo que nos é muito útil”.¹⁵³

O apelo feito junto ao jornal que, por sua vez, contava como um de seus colaboradores o então presidente da A.M.E. Milton Reis, segundo o qual, “[...]foi onde eu comecei a publicar meus primeiros, foi no *Lingarudo*. Até um fato muito curioso sobre o *Lingarudo*, ele era do, Pedro Lucio de Andrade e ele publicava os versos meus. Como eu era loirinho, meu cabelos eram louros, eu era magro, a minha mãe, porque eu gostava muito de passarinho, quando eu comecei a escrever os versos e queria colocar um pseudônimo, ela falava: meu filho, coloca Canarinho, porque você gosta muito de passarinho”.

¹⁵³“O Linguarudo”. Pouso Alegre, 28/05/1949, p.01.

Com a troca de interesses entre jornal e colaborador, o caráter da instituição chefiada por Milton Reis mostrava a sua “cara” à população, buscando particularizar um espaço a priori público às suas necessidades e anseios, representados através da associação. Ocorre que, ao utilizarem das dependências do Parque Infantil, principalmente as quadras, em dias específicos de treinos e jogos, a A.M.E. estimulava seus associados a coibirem as atitudes, consideradas inadequadas de outros jovens, incômodos espectadores que, se espremiavam nas arquibancadas e, quando não havia mais lugares, subiam no alambrado a fim de assistirem as apresentações dos “atletas”.

Uma simples partida de vôlei, ou futebol, se tornava um verdadeiro programa naquela época, Os hábitos de alguns tidos como “incivilizados” “mal educados” e, portanto, dignos de vigilância incomodavam outros setores sociais que exigiam providencias.

Se os apelos da A.M.E e de seus diretores foram atendidos ou não, isso não podemos afirmar, o que ocorre é que, meses depois, o mesmo jornal “*O Linguarudo*”, publicou uma reclamação, bastante intrigante, por se tratar de uma nova prática adotada pela A.M.E., a cobrança de ingressos durante dias “estratégicos” de freqüência do público, segundo a nota:

“Um de nossos leitores esteve em nossa redação pedindo-nos que fossemos intérprete de uma reclamação a Direção do Parque Infantil no sentido de ser evitado a cobrança de entradas as creanças que freqüenta aquele estabelecimento aos Domingos, quando a AME realiza jogos naquele recinto. Alega o reclamante que, no Domingo dois de seus filhinhos foram ali brincar como de costume, mas, o porteiro exigiu o pagamento de um cruzeiro de cada um para o ingresso.”¹⁵⁴

Aos domingos, dia de maior freqüência daquele espaço, tanto por pais, mães, crianças, adultos e idosos, foi o dia estrategicamente “escolhido” para a realização de jogos ou treinos que ocupavam o espaço e as dependências, por parte da A.M.E.

Ao que tudo indica, algumas estratégias foram utilizadas para a seleção do público que freqüentava o Parque, principalmente aos domingos, como por exemplo, a cobrança de ingressos e a presença de instituições religiosas e desportivas que, coíbiam a presença dos mais pobres. Quando encontramos essa nota no jornal, logo procuramos buscar em nossos interlocutores orais, respostas sobre a prática de cobrança de ingressos para se adentrar aquele recinto.

¹⁵⁴“O Linguarudo”, Pouso Alegre, 10/09/1949, p. 01.

Durante as entrevistas, principalmente, com aqueles que residem por maior tempo nos arredores e freqüentaram o parque, como o senhor Saulo Jésus, Moacyr Honorato, Mário de Oliveira, dona Juscelina Coutinho e Lydia Schutz, todos foram enfáticos em suas respostas a questão da cobrança de ingressos: “não havia cobrança alguma”, ou “não me lembro de cobrar ingresso”. Seria então um caso isolado? Ou uma nota publicada por um jornal que, curiosamente, mantinha laços estreitos com um dos fundadores da A.M.E., buscando na realidade, oposição as práticas e a administração do parque, ligado diretamente a Prefeitura Municipal?

Por outro lado, graças a A.M.E. e aos jogos promovidos no recinto da praça, muitos nomes, hoje, tradicionalmente conhecidos na cidade, iniciavam suas atividades, sobretudo na carreira política. O próprio Milton Reis, presidente e membro fundador da associação, quando questionado sobre o início de sua carreira política e ao mesmo tempo sobre a nota do jornal “*O Linguarudo*”, assume que:

“Realmente, aquele foi um dia isolado o qual devemos esquecer! A cobrança foi feita por se tratar de um jogo válido pelo campeonato daquele ano, onde as meninas disputavam vôlei, eu fui o Presidente e o Tenente Moacir e o José Toledo Filho, eles atuavam, não é, treinando as meninas. Elas foram as campeãs do interior. Ainda estão vivas: a Lair Rosa que até tinha o número 13, nunca me esqueço; a Vanda dos Santos Nora, a Estela Brito, a Marlene Tavares que até está no Rio de Janeiro. Esse time se tornou campeão do interior, as meninas se tornaram campeãs do interior de Minas, e, isso, sem duvida alguma, me ajudou na minha projeção, juntamente com meu hino sobre a cidade.”¹⁵⁵

Portanto, a Praça bem serviu aos interesses particulares de certas pessoas que procuravam aumentar sua influência em locais que tinham grande apelo ao público. Esta estratégia de “ascensão” política, em Pouso Alegre, se iniciava na atuação em diretórios acadêmicos, como o do tradicional colégio São José, ou fundando e atuando em jornais que se mostravam em oposição ao governo em momentos que pareciam interessantes aos seus donos e colaboradores, ou ainda, participando de eventos culturais promovidos pela classe dominante local em clubes como “O Literário e Recreativo”. Recitando poesias, hinos, rimas e trovas, iam ganhando visibilidade perante representantes partidários, vereadores, fazendeiros que, ali teciam certas alianças. Além disso, a A.M.E., não se limitou a atuar apenas nos espaços de domínio público proporcionando jogos ao entretenimento,

¹⁵⁵ Entrevista realizada com Milton Reis, pelo autor desta pesquisa.

promovendo preceitos de saúde, ou treinamento a atletas que tivessem condições de se filiar.

O próprio Milton Reis, após eleito em seu primeiro mandato como deputado estadual em 1951, por inúmeras vezes, aparece nas reuniões da Câmara Municipal de Pouso Alegre, principalmente nos finais de ano, fazendo requerimentos e se utilizando da influencia que havia conquistado a fim de angariar verbas suplementares à compra de equipamentos e outras necessidades da A.M.E. e de seus associados, mesmo estando, depois de eleito, “desligado” de suas atribuições frente a associação.¹⁵⁶ Encaramos essas associações, voltadas as mais variadas modalidades esportivas, como espaços importantes que articulam vivencias coletivas e novas formas de sociabilidade, definindo fronteiras ou firmando e redefinindo critérios de aceitação ou distinção social entre os mais variados setores.

De característica mais rígida e disciplinadora, os Escoteiros-Mirins, surgiam em Pouso Alegre, paralelamente ao Parque Infantil no ano de 1942. Segundo consta: “[...] parte de suas atividades, principalmente esportivas, aconteciam nas instalações do parque. O grupo tinha como chefes o sargento Guaracy José de Faria e o professor de educação física João da Silva Castro. Era um grupo muito bem organizado [...]”.¹⁵⁷

Pouquíssimos documentos foram encontrados sobre esta instituição e menos ainda quem pudesse falar algo sobre ela. Das pessoas que nos falaram, muitos associavam os escoteiros, seja devido a sua organização e localização nas dependências do Parque Infantil, seja por desconhecimento de suas práticas a orientação educacional e à prática esportiva:

Juliano: Tinha algum tipo de instrutor ali dentro? A senhora lembra se tinha alguém que orientava o pessoal pra fazer atividade física?

Juscelina: “Tinha. Tinha o[pausa]... como é que chama gente? Esqueci o nome, era... esqueci mesmo...”

Juliano: Os escoteiros?

Juscelina: Isso os escoteiros, sabe? Uma rapaziada bem disciplinada, marchavam.

Juliano: E o que eles vinham fazer ai na praça?

¹⁵⁶ Durante o final da década de 1940 e início dos 50, essa prática se tornou recorrente e ao pesquisar as atas da Câmara Municipal por muitas vezes aparece o nome do próprio Milton Reis, enquanto autor dos requerimentos a AME, mesmo este estando “afastado” de suas atribuições, por conta de seu cargo público no estado. Não é de se estranhar que as verbas só começaram a ser negadas a AME, após a década de 1960, já com o encerramento das atividades do Parque Infantil. ATA da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Tomos 108-110.

¹⁵⁷ GOUVEA, Octávio Miranda. O.p. cit.

Juscelina: Ah! Ai eu era bem pequena né? Mas eles vinham, marchavam ai dentro, ao redor da tela.”¹⁵⁸

Juliano: Sobre a práticas de Esportes, houve algum tipo de incentivo a esta prática, ou não, abriram o Parque e deixaram?

Rubens: “Não! Parece que teve incentivo sim, agora a prática mais forte sempre foi o futebol e o vôlei, né! Tinha os escoteiros ali também que davam esse... vamos dizer apoio!”¹⁵⁹

Juliano: O senhor disse que aqui tinha várias quadras pra inúmeros esportes, tinha algum tipo de instrutor por aqui, ou nunca teve?

Mário: “Naquela época não tinha não! Não tinha instrutor não, os instrutor aqui era nós mesmo! E pode vê que daqui saiu grandes jogador de futebol o Adãozinho, o Grapé, o Paulo Pinta, já ouviu falá nele?

Juliano: Já ouvi sim!

Mário: Então, jogava ai também, se não me engano o Paulo ta treinando um time de fora ai hoje em Pouso Alegre.

Juliano: E tinha um outro grupo que vinha aqui naquela época eram os escoteiros né?

Mário: Os escoteiros era difícil viu! O que eu lembro dos escoteiros era só aquela estátua lá mesmo, mais nada. Aqui o que tinha mais segurança, não precisava ninguém tomá conta era só um homem que ficava aqui olhando, abria as 7:00 e fechava as 5:00 horas da tarde. Também, a bem dizer todo mundo era irmão um do outro.”¹⁶⁰

Vistos por algumas pessoas, lembrados e compreendidos por poucos os Escoteiros realizavam suas atividades na Praça e muitos os associavam a orientação esportiva. Oficialmente, na Prefeitura, havia sim, um cargo reservado para a instrução de educação física no Parque Infantil¹⁶¹, porém na prática, o cargo nunca fora preenchido, ao menos na memória daqueles que utilizavam suas dependências quase que diariamente.

Foi Magali aparecida Costa, filha de J. Castro, um dos fundadores dos Escoteiros que nos contou sobre essa associação. Pedagoga, professora Universitária e de ensino médio, ao ouvir uma conversa, nos corredores da Universidade onde cursei a graduação, sobre essas pesquisa, prontificou-se a nos falar sobre seu pai e sua relação com o Parque Infantil:

“Papai sempre foi um homem voltado ao esporte. Desde de moço praticava natação e futebol. Por ser muito exigente e as

¹⁵⁸ Entrevista realizada com Juscelina Coutinho Rezende, pelo autor desta pesquisa.

¹⁵⁹ Entrevista realizada com Rubens Barros Laraia, pelo autor desta pesquisa.

¹⁶⁰ Entrevista realizada com Mário de Oliveira, pelo autor desta pesquisa.

¹⁶¹ ATO n° 71 de 25 de abril de 1940. Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, Secretaria de Esportes e Turismo.

vezes rígido, assumia o papel de líder nos grupos. Depois foi pro exército recebeu treinamento e ajudou a fundar os escoteiros aqui né? Ele também, depois do Exército, era professor de ginástica no colégio São José, ele não fez faculdade, mas tinha aquela paixão que o fez trabalhar num dos colégios mais tradicionais aqui de Pouso Alegre. Então, ele procurava mesclar essas duas funções, entre professor no colégio e os escoteiros ali perto do parque, aliás os escoteiros consumiam boa parte do seu tempo, nos acampamentos e nos exercícios de treinamento. Quando ficou pronto[o parque], papai já era bem conhecido na cidade e de vez em quando, quando ele tinha uma folga ele dava orientações de exercícios e de civilidade para as crianças e jovens no parque, mas isso era muito raro, muito difícil, ele tinha que trabalhar muito pra sustentar a família”.¹⁶²

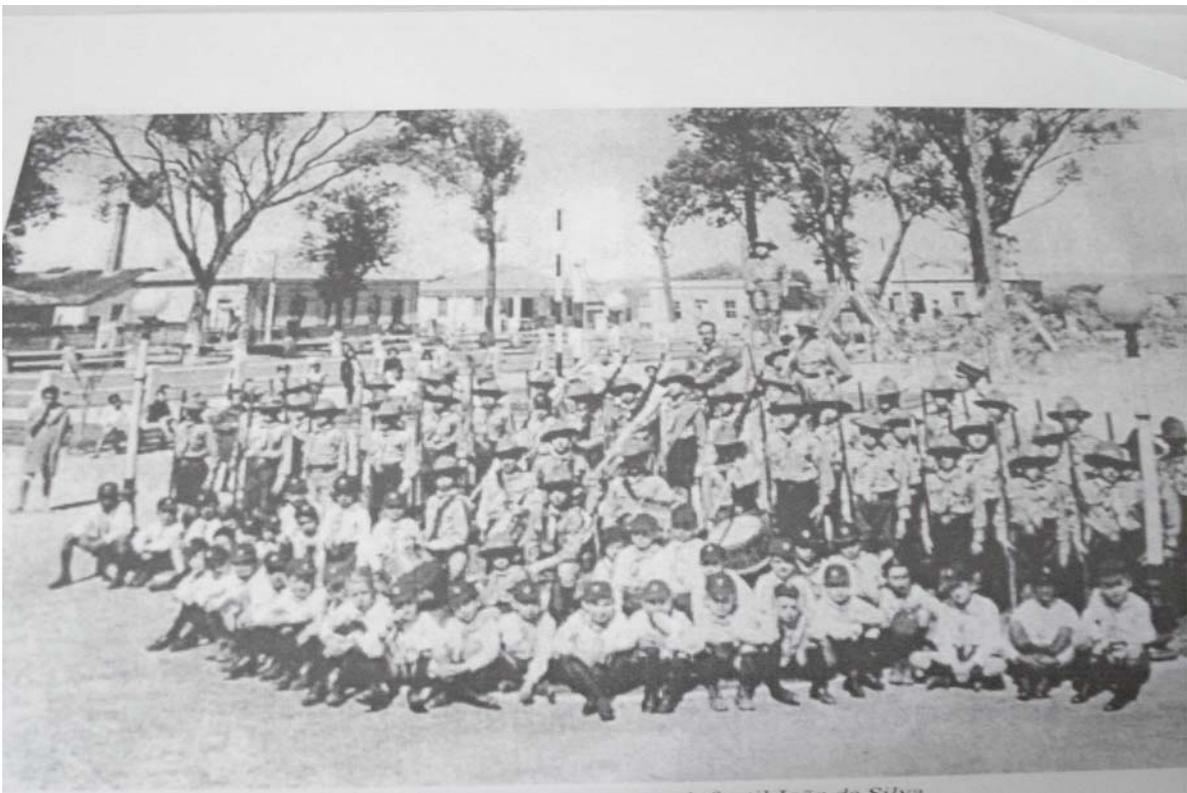


Figura 2:4. Patrulha dos escoteiros-mirins em exercício no Parque Infantil. Ao fundo (à direita) estátua em homenagem a sua fundação, presente até os dias atuais. À Esquerda a piscina infantil. (Arquivo pessoal de Rubens de Barros Laraia, 1942).

Na narrativa da professora Magali, se compreende o porquê da “confusão” feita entre o nome do senhor J. Castro, com a função de instrutor de educação física do Parque Infantil. Primeiramente, ele já era conhecido na cidade como “professor

¹⁶² Magali Aparecida Castro Costa tem 52 anos é natural de Pouso Alegre. Mãe de 2 filhas, casada, trilhou o mesmo caminho que o seu pai na docência, apesar de atuar numa área diferente. Além de professora do ensino médio e fundamental na rede estadual, leciona nos cursos de pedagogia, letras, história e biologia da universidade local em período noturno. Entrevista realizada em 08/09/2004, nas dependências da universidade do Vale do Sapucaí, pelo autor desta pesquisa.

de ginástica” do colégio particular mais renomado, o São José; mesmo não tendo a formação acadêmica necessária, como afirma sua filha. Depois, porque passava grande parte do seu tempo se dedicando aos escoteiros, fosse na área da orientação física, nos acampamentos ou em sua administração, cuja sede se localizava adjacente ao terreno do Parque Infantil.

Por fim, na fala de Magali Castro, a orientação dada por seu pai, nos momentos de “folga” em suas atividades às crianças do Parque, e, em relação à prática de esportes, aparece mais como um “hobby”, ou uma espécie de voluntariado do que, necessariamente, um cargo legalizado, criado pela Prefeitura Municipal. Daí as poucas menções à existência de tal orientação pelos entrevistados.

Mesmo não sendo uma instituição extremamente presente no dia-a-dia de muitas pessoas, os escoteiros imprimiram suas marcas no parque infantil e na memória de alguns, como no caso do senhor Saulo Jésus Salles que fez questão de relembrar em sua narrativa as atividades executadas por essa instituição, da qual participou:

“Nessa ocasião, em 1942, foi fundado e foi criado o escoteirismo em Pouso Alegre. Os escoteiros utilizavam o parque, tanto é que nessa ocasião tinha um busto do escoteiro, bem no centro da praça. Hoje ele tá na ponta de lá né?[...]Tanto que eu ajudei muito no escotismo[...]eu ajudava muito nas organizações de festas, nos acampamentos eu ia junto, acompanhava, dava lições de civildade pra meninada! Eu ajudei bastante o escotismo nessa época, sabe? Parece que hoje ele tá voltando, mas durou muito tempo, quando o Castro estava como professor de ginástica do colégio São José, ele manteve o escotismo vivo.”¹⁶³

Noções como de nacionalismo, civildade e aspectos militares associados a educação infantil, parecem fazer parte da rotina daqueles que participavam do escotismo. Quando apresentadas em grupos, as crianças durante eventos comemorativos e cívicos, como no caso da retratado acima. Os escoteiros aparecem uniformizados, disciplinados, com braços, tronco e cabeças eretos em perfeita harmonia, com armas empunhadas, assemelhando-se a verdadeiros soldados em miniatura, refletindo a imagem de uma sociedade desejável.

Essa era a imagem passada e vendida à sociedade de Pouso Alegre, por volta dos anos 40 acerca das atividades “sadias” que poderiam ser potencializadas

¹⁶³ Entrevista realizada com Saulo Jésus Salles, pelo autor desta pesquisa.

pelo Parque Infantil e é essa a mesma imagem que ainda hoje se vincula à praça João Pinheiro quando se remete à lembrança de que ali já fora um local de convívio sadio.

A fotografia estampada em livros de memorialistas e imagens que evocam esse período da Praça João Pinheiro, talvez traga uma luz sob essa questão: há um grupo de garotos de vários setores sociais, ou ao menos expressando essa variedade e por um momento, certa igualdade, devido à postura e aos uniformes, com seus calções escuros, camisetas brancas, chapéus e congas vermelhas, todos alinhados e disciplinados.

Desde a época do Parque, destacam-se na fala das pessoas e no ambiente do local alguns dos monumentos oficiais que compõem a paisagem de Pouso Alegre, constituídos de uma história e de uma memória, muitas vezes impostas à cidade e que se perpetuam como imaginário coletivo. Apegada ao discurso de oferecer também para os moradores próximos uma praça aconchegante, modificou-se o antigo Parque Municipal para ser um local mais atrativo, porém, esqueceu-se do sentido e dos sentimentos daqueles que freqüentavam aquele local no dia-a-dia.

Assim a praça aparece como um ambiente físico moldado por projetos urbanísticos que raramente correspondem às expectativas dos moradores ou de seus usuários que em sua maioria ficam à margem das discussões daquilo que seria relevante ou não para a preservação, enquanto monumento ou patrimônio.

A exemplo da estátua em homenagem aos escoteiros e sua representação voltada ao estímulo do patriotismo, evocando aspectos disciplinarizadores como a postura ereta, a utilização de uniformes, ressaltando aspectos militares de uma prática política em Pouso Alegre, nem sempre compreendida por todos os sujeitos, o nome de Parque Infantil “Major Dornelles”, não era um chamariz tão interessante, pois se tratava de uma homenagem a um secretário do governo estadual, bastante distante da cidade e portanto pouco conhecido nos idos de 1940 na localidade.

Durante mais de sete anos o Parque Infantil permaneceu sob a denominação de “um estranho” (Major Dornelles) aos moradores de Pouso Alegre, que depois de transcorridos, por coincidência ou não, na administração de um outro farmacêutico, entre os anos de 1947-1951, Alvarim Vieira Rios, resolveu refazer a receita proposta em 1941 de seu colega de formação acadêmica e atuação política Tuany Toledo, demarcando a praça sob o seguinte projeto de lei no ano de 1948:

Lei nº 2 de 28 de fevereiro de 1948.

Dispõe sobre denominação de logradouros públicos.

Art.1º-Ficam assim modificados as denominações de logradouros públicos desta cidade:

c) Play Ground, ou Parque Infantil Major Dornelles, situado à Praça João Pinheiro, passará a denominar-se **Parque Infantil João da Silva**¹⁶⁴, em homenagem ao fundador da cidade de Pouso Alegre, no ano em que esta comemora seu centenário de cidadania.

Art.2º-Revogado as disposições em contrário, entrará a presente lei em vigor na data de sua publicação. ¹⁶⁵

Nesse sentido, as intervenções dos poderes públicos, realizadas nos espaços da cidade são pautadas em “grandes nomes” e em datas comemorativas, visto que Pouso Alegre, em 1948, completaria seu centenário de emancipação, utilizou-se novamente de uma manobra política, a fim de se conseguir demarcar a administração de um Prefeito, tendo como palco privilegiado o Parque Infantil, agora denominado “João da Silva” em homenagem ao “fundador da cidade de Pouso Alegre”.

Se, a princípio a arquitetura e as regras impostas para o Parque não oferecem lugar para coexistência de projetos que atendam às expectativas e anseios da população de uma forma tão plena como se imaginava, transformando aquele lugar em território de alguns, como do poder público que o vê como ambiente propício para a efetivação de seus projetos idealizadores da cidade e as agremiações esportivas, os sujeitos expulsos ou excluídos, em seu cotidiano, encontram formas específicas e alternativas de demarcar a praça constantemente.

Todavia, essa separação de espaços não conseguiu expulsar plenamente os pobres de lugares da cidade, onde, gradativamente, no dia-a-dia, eles construíam táticas de sobrevivência¹⁶⁶.

¹⁶⁴ Segundo a mais antiga versão escrita sobre os primórdios de Pouso Alegre, por Bernardo Saturnino da Veiga, quem primeiro teria habitado as terras que compunham o povoado foi o agricultor João da Silva que prosperando na lavoura doou as terras necessárias para a edificação de uma capela. Porém, segundo uma pesquisa realizada na cúria paulistana, através de indícios anteriormente levantados pelo memorialista e escritor Amadeu de Queiroz, essa versão foi questionada. Mais recentemente, o advogado e jornalista Eduardo do Amaral Oliveira, constatou na documentação levantada anteriormente por Amadeu de Queiroz que o doador teria sido Antônio José Machado. Este teria adquirido as terras em 1747. Porém, através da carta de sesmaria de João da Silva, datada de 1785, teria ele adquirido as terras de Antônio Araújo Lobato, sendo a este último confiado o lançamento dos fundamentos de Pouso Alegre.

¹⁶⁵ Lei nº 2 de 28 de fevereiro de 1948. Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, Gabinete Executivo.

¹⁶⁶ CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano 1. Artes de Fazer*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003, p. 45- 103. Sobre essa questão ver ainda: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

O que não foi publicado em jornais e levado ao conhecimento de boa parte da população local, foi a imposição de regras, elaboradas pelo Executivo de Pouso Alegre e repassadas, aos funcionários do Parque Infantil que, deveriam fazê-las cumprir:

Art. Nº 22. Em relação aos jogos:

a) coibir os jogos de futebol o uso de bolas em geral, assim como da piscina às crianças menores de 10 anos. Para os maiores de 10 anos, deve ser determinado o tempo máximo de duração da atividade (de 25 a 30 minutos e nunca mais de 3 vezes por semana);

b) proibir terminantemente o jogo de futebol aos domingos, para todas as idade, ficando à cargo dos vigilantes a responsabilidade pela prática desses jogos nesses dias;

C) determinar que a prática de futebol, assim como a de natação, só seja permitida às crianças do sexo masculino.¹⁶⁷

Havia, portanto, um tempo máximo de permanência nas quadras, uma idade mínima para a utilização das dependências do Parque, bem como dias específicos para a prática de certas atividades como o futebol e a natação.

Aqueles que descumpriam as regras eram expulsos (muitas vezes sem saber por quê). A rejeição e exclusão do Parque Infantil “João da Silva”, fosse por conta de “travessuras” realizadas, brigas ocasionadas ou pela questão do preconceito de crianças de classes mais abastadas, forjavam maneiras de adentrar novamente aquele recinto a fim de se divertir e as vezes de se “vingar”:

“Eu pulava a cerca lá em vez de passar o portão eu virava a esquina e pulava, por isso fui expulso por muito tempo de lá por pulá a cerca.

E o guarda lá se chamava seu Alberto sabe? Ficava bravo, rapaz! Mas a gente não tava nem ai, então lá tinha um campinho de futebol, pra gente jogar, eu jogava lá. E eu era assim, se eu chegasse lá e não tivesse espaço, eu pegava a bola e furava sabe? [risos]... É com canivete.

Juliano: Risos...

Moacyr: Então, como a turma já sabia que eu ia fazer isso, eles deixavam um menino pra fora pra me dar o lugar. Nossa, mas era uma delicia rapaz!”¹⁶⁸

¹⁶⁷ Departamento de Cultura - Divisão de Educação e Recreio Regimento Interno do Parque Infantil.

¹⁶⁸ Entrevista realizada com Moacyr Honorato Reis, pelo autor desta pesquisa.

Juliano: Vocês mais pobres então não podiam brincar com as crianças ricas?

Benedito: Muito difícil! Nessa parte não, porque eu lembro direitinho eu era moleção nessa época em Pouso Alegre, eu sei!

Juliano: E alguém vigiava isso?

Benedito: Ali, nós tinha o sordado Montanha que sempre ficava de olho. Se entrasse lá você saia, pelo portão que você entrou você saia, mas dentro do Parque né? Podia sair pra rua, mas quando entrava no Parque você tinha que ficar na sua parte.

Juliano: Mas a criança rica tinha algum tipo de privilégio a mais que vocês?

Benedito: Tinha, tinha mais liberdade! Tinham muito mais liberdade sim.

Juliano: E vocês aprontavam para os moleques ricos?

Benedito: Ah, aprontava! Nossa, nós fazia um monte de sacanagem pra eles! Quando eles ia pra piscina, nós escondia a roupa deles, escondia, fazia sacanagem! Até um dia, foi o Montanha, pegou nós, tudo mais pobre, não judiou, mas deu um esculacho em nós!

Mário Oliveira: “No fundo do prédio da dona Lydia tinha um pé-de-uva que eu vou te contar! Nós era moleuque, nós ia ali roubar uva na casa da dona Lydia.

Juliano: Ela se aborrecia?

Mário: Nossa, saía correndo atrás de nós. [risos]...

Aqui nessas Carmelita, tem até hoje, um pé-de-uva, de manga, nós roubava manga também. Nós era moleque, pulava e não tava nem aí, o que tinha pra gente fazer era isso.

[...]tinha um guarda aqui, se não me engano o nome dele era Seu Zé. Como isso aqui era cercado de tela, a gente pegava e abria uns buraco na tela pra entrar e ele saia correndo atrás da gente! [risos]...

Juliano: Risos... Ah é? Que molecada danada hein!

Mário: Pois é, resolvia entrar e o guarda saia correndo atrás da gente, mas não é como hoje. A gente não queria fazer malvadeza pra ninguém. Como era diferente, hoje você sai pra rua e tá arriscado a não voltar mais. Lembro que aconteceu aqui! Tem, nós era um bando de moleque, então de metro em metro, de cinco em cinco metro na tela, tinha uma coluna, então a gente botava uma lata de um litro, com urina e amarrava com uma cordinha na beira. Quando o povo ia passar e Bop! Nós derramava aquela latinha com urina em cima da pessoa! [risos]...”¹⁶⁹

Nas falas de diferentes depoentes, aparecem referências a práticas de resistência contra a vigilância e as restrições de acesso, aos vários espaços do Parque Infantil. As peraltices da infância são lembradas com satisfação pelos depoentes, no momento da entrevista. Em suas palavras, encarnam um sentimento

¹⁶⁹ Entrevista realizada com Mário de Oliveira, pelo autor desta pesquisa.

de resistência e, ao mesmo tempo, buscavam alternativas para brincar, quando expulsos ou rejeitados no Parque Infantil. Se por um lado havia uma separação e uma seleção por parte de meninos de outras classes, membros pertencentes às agremiações e instituições religiosas, das quais os narradores acima não faziam parte, por outro, esses meninos procuravam nas brincadeiras, uma maneira de se “vingar”. Enfrentavam e transgrediam as regras impostas, o que para eles, na época, era considerado como uma espécie de aventura.

Moacyr Honorato recordou-se que *“pulava a cerca”* ou mesmo *“pegava a bola e furava”*. O senhor Benedito Mateus, lembrou-se que ele e outras crianças costumavam esconder as roupas dos moleques ricos que estivessem na piscina. Esses modos de agir, parecem indicar que, as crianças de menor condição social, não aceitavam pacificamente os limites impostos à sua “liberdade”. Para desfrutar do direito à brincar, valia, inclusive, abrir *“uns buraco na tela”* que circundava o Parque, como rememorou o senhor Mário Oliveira. Havia, um sentimento de solidariedade compartilhada entre as crianças pobres que, segundo Mário Oliveira: *“a gente não queria fazer malvadeza pra ninguém”*.

Porém, se os garotos que moravam nas vizinhanças do Parque, iam diariamente utilizar suas quadra e dependências, passando, em sua maioria, grande parte do dia, isso de certa forma impedia o acesso e a utilização de outras crianças (que moravam mais distantes) àquele espaço e suas dependências como as quadras ou a piscina. Portanto, havia uma questão lógica de ordenação e organização para que um número maior de crianças pudesse utilizar aquelas dependências e não apenas àquelas que residiam próximas. A tentativa de abranger esse público freqüentador, proibindo, por vezes, a entrada de outros sujeitos, fazia com que algumas crianças e jovens ficassem ressentidas, introjetando em si um sentimento de exclusão o que não deixa de ser, afinal todos queriam desfrutar o Parque Infantil.

Contudo, apesar de todo esforço, o modelo durou pouco tempo, mesmo porque a criança era vista como “matriz do homem”, uma tabula rasa na qual podiam ser depositadas todas as coisas. Com o passar do tempo cada vez mais o Parque voltava a sua dura realidade. Colunas e manchetes intituladas sugestivamente com características de reclamações, em diversos jornais da cidade, tornaram-se cada vez mais comuns desde o início da década de 1960, denunciando o descaso das autoridades locais com o Parque Infantil.

A solução encontrada para as reclamações e para o “reaproveitamento” do espaço do Parque foi unir os pedidos da construção de uma Estação Rodoviária junto a um projeto que visava evocar o Parque Infantil novamente, discussões que irão se aprofundar no próximo capítulo.

Capítulo III

“A Praça que Abraça o Futuro”¹⁷⁰

Ao longo de sua história a Praça João Pinheiro aparece como um espaço de múltiplas territorialidades, lugar de luta e disputa por seu uso, mas, sobretudo, um local de “higienização social”. Até certo ponto, a Praça foi transformada, reformulada e re-configurada devido a inúmeros e diferentes fatores, conforme os momentos considerados, mudanças de nomes, de usos e de práticas, tinham o intuito de servir como uma espécie de divisor de águas por uma sociedade moralista. Alegava-se a proximidade com a zona de baixo meretrício de Pouso Alegre, desde sua instalação, por volta de 1918. Proximidade esta lembrada por Moacyr Honorato Reis, morador das adjacências da Praça:

“Aqui começou, mais ou menos, em 1918, quando o Quartel veio pra cá, sabe? Então com aquele contingente todo, muitos homens vindos de fora junto com os daqui, formaram um público masculino bom pra vir até aqui na zona [...]”¹⁷¹

A prostituição na região central da cidade foi encarada, como uma inimiga de longa data de uma moralidade aprendida das famílias às escolas, segundo a qual temáticas como o sexo, o matrimônio erma envoltas em recato e preconceito. Nesse sentido, a prática da prostituição foi alvo de severa condenação por um lado e, de mal disfarçada tolerância, por outro.

¹⁷⁰ O título encontra-se entre “aspas”, pois trata-se de um slogan criado pela administração pública de Pouso Alegre, durante as décadas de 1970 a 1990, com intuito de enaltecer e divulgar o desenvolvimento da cidade, enquanto pólo industrial. Isso ocorreu devido a inúmeros fatores, entre os quais incentivos financeiros e fiscais facilitados pelos administradores durante este período, paralelamente a descentralização das metrópoles brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro, motivos que acabaram por atrair o interesse de várias empresas. O slogan original “A Cidade que Abraça o Futuro”, foi modificado, trocando-se a palavra Cidade por Praça. Neste mesmo período, quando da criação da primeira Estação Rodoviária da cidade, o espaço da Praça João Pinheiro nos projetos e ideais da administração pública, tomou o sentido de refletir o desenvolvimento e o progresso que chegava a cidade, através do afluxo de pessoas, vindas de várias partes do país, da concepção arquitetônica que abrigaria também a sede da Prefeitura Municipal de parte do antigo Parque Infantil. Ressaltava-se também, a localização de Pouso Alegre em relação a cidades como São Paulo, criando-se a imagem de um grande e importante centro rodoviário. Por essas e outras razões abordadas nesse terceiro capítulo, achei sugestivo dar essa intitulação.

¹⁷¹ Entrevista realizada com Moacyr Honorato Reis, pelo autor desta pesquisa.

Segundo o trabalho de Eduardo Moreira Assis, acerca da Zona de Baixo Meretrício em Pouso Alegre, a partir da década de 1940, houve um re-ordenamento espacial, onde a “cidade fechou-se para a zona [...] legitimando o preconceito e a discriminação[...]”¹⁷². As prostitutas foram alvo de discriminação, consideradas inimigas das famílias.

Essa concepção e atitude moralista que separava a cidade “decente” daquela considerada “imoral”, na qual se buscava o confinamento das prostitutas em casas voltadas à exploração do sexo e a proibição de sua livre circulação nos ambientes considerados nobres, entre eles, a Praça João Pinheiro, impôs uma espécie de fronteira moral que, dificultou-lhes sua presença. No depoimento de Benedito Mateus de Melo, morador nas adjacências e freqüentador de longa data das casas de prostituição, a intolerância vai se intensificar e se expressar em medidas mais repressoras a partir de 1940, quando:

“[...] Elas [prostitutas] só andava de charrete. Pra descer pra avenida, só de charrete. Muito difícil elas andar a pé!

Juliano: Elas não se misturavam com o pessoal do Parque?

Benedito: Não, não nessa parte não. Tinha vários charreteiros amigos meus que vinham buscar elas em casa, ia onde precisava, quando elas saía tarde, mas só de charrete. A pé mesmo, você não via mulher da zona de jeito nenhum.

Juliano: Sei, era muito difícil né?

Benedito: Era muito difícil, porque nós tinha um delegado aqui o Dr. Julio Faria que era muito enérgico nessa parte, enérgico mesmo! Não gostava de jeito nenhum, se ele visse uma mulher dessa na rua ele mandava recolher na mesma hora.”¹⁷³

Não se tratava apenas de impedir o exercício da prostituição fora da zona de “tolerância”, nesse sentido, a força policial, reapresentada na figura do delegado Julio Faria e suas punições exemplares às prostitutas que viessem a freqüentar áreas nobres da cidade, como o Parque, foi um dos mecanismos mais eficazes que marcaram sobremaneira a memória dos moradores nas adjacências da Praça João Pinheiro.

Quanto à proibição de sua presença “indesejada” no espaço da Praça, visto que suas práticas, modos de viver, de se vestir, sobreviver e agir “agrediam” outras classes que buscaram constituir, na praça, um território apropriado para outras

¹⁷² ASSIS, Eduardo Moreira. A Cidade e o “Mal Necessário”: Prostituição e Marginalidade Social em Pouso Alegre- MG(1969-1988). Mestrado em História Social, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2005, p. 26-27.

¹⁷³ Entrevista realizada com Benedito Mateus de Melo.

práticas que não fossem àquelas ligadas à “imoralidade” dos cabarés, segundo Moacyr Honorato, tinham por finalidade a reclusão e a exclusão das prostitutas:

“Ah, antigamente, elas [prostitutas] nem podia ir até a praça. Elas não podia nem ir até a praça, eram proibidas pela policia. Isso é, como que fala, poder de policia a prostituição. Então, não tinha esse negócio de andar no passeio não, elas tinham que ficar confinadas dentro da casa. Quem gostasse ia lá, quem quisesse ia lá com aquela finalidade, mas elas ficar ai rodeando não! Quem ficava ai na época andando no jardim era as moça pra arrumá namorado, entendeu? As moças de familia andavam pra cá, os rapazes do outro lado, era pra arrumá namorado né? Eram as moças de família. Hoje as prostitutas fazem ponto em qualquer praça, avenida e a policia não ta nem ai, porque não tem condição mesmo de coibir né?”¹⁷⁴

O *Footing*, prática muito realizada nos arredores do Parque, naquele momento (década de 1940), é lembrado na fala de Moacyr Honorato como uma “iniciativa” da juventude pouso-alegrense que buscava no caminhar em direções opostas, entre rapazes e moças, o flerte através da finta do olhar. Ainda, na lembrança de Moacyr Honorato Reis, apesar de não estar “escrita” ou publicada em leis oficiais, dita ou re-afirmada por autoridades locais, a prática do *footing*, bem como a presença das prostitutas no recinto do Parque não eram “bem-vindas”, pois havia ali todo um aparato reforçado pela própria convivência urbana, entre os sujeitos, onde as prostitutas tinham já incorporado, maneiras pelas quais podiam ou não transitar em espaços de domínio público (as charretes).

Assim como as práticas e lugares que poderiam ou não freqüentar (o *footing* e a praça) sem que pudessem ser “expulsas” de maneira constrangedora, devendo assim, segundo a concepção de Moacyr Honorato ficar “confinadas dentro da casa” e aqueles que procuravam “ia lá [na zona] com aquela finalidade”, fica clara a distinção entre os papéis sociais, atribuídos até certo ponto, de maneira preconceituosa pelo depoente, já que, se tratava de um freqüentador assíduo dos cabarés.

Embora fosse um hábito “comum” entre as mulheres e os homens, na época rapazes, alguns se lembram que os casais que se formavam nessa “troca de olhares”, tinham como local privilegiado para os primeiros namoros a Praça João Pinheiro:

[...] era época que a gente tinha as namoradilha da gente sabe? Mas era muito saudável, as mocinhas, por exemplo, lá

¹⁷⁴ Entrevista realizada com Moacyr Honorato Reis.

na praça, então ali no final de semana, a gente descia pra lá, as moça rodava no jardim de um lado e os rapazes do lado ao contrário né? Pra olha um na cara do outro pra ver qual é que servia pra gente! Você entendeu como é que era? Deli saia os namorinho sabe?

Mas era a coisa mais difícil você chegar a pegar na mão da mocinha. Aha! [risos]...

Pra você vê o joelho de uma menina, ixi!

Juliano: Só casando? [risos]...

Mário: [Fazendo gestos de afirmação com a cabeça] Você entendeu como é que era? Então o caráter das pessoas, o respeito, a dignidade era totalmente diferente! É, porque a gente não via a hora de chegar o domingo, porque lá era só aos domingo sabe?

Juliano: Depois da missa?

Mário: É, depois da missa. Porque quando terminava a missa dava aquele monte de moça sabe? Mas tenho que dizer que vendia alguma coisa [risos]...

Juliano: Opa!

Mário: Porque cada um olhava e via aquilo que lhe servia! Daqui a pouco um saia e dizia: -Oh moça vamo sai aqui da roda, ai saiam já iam conversar um pouquinho, sentavam nos bancos e tal né? Mas as moça, eu vou te contar, eram muito bonita, você olhava na fisionomia das moça, porque naquela época até os dentinhos das moças eram de canjica [risos]... Branquinhos, branquinhos!

Então era umas moça de mentalidade sadia, inocente de tudo sabe? Muito inocente! Coisa que acontece hoje, como dizem hoje jogou na balança deu vinte quilo já ta na cama [risos]...¹⁷⁵

“Tem muita gente que casou... eu mesmo casei, porque conheci a minha ex-esposa; ex porque ela faleceu né? E eu fiquei conhecendo ela, justamente, na praça. Ela era uma meninota de seus dez, doze anos, eu de bicicleta com meus quinze por ai... punha ela no cano da bicicleta e saia rodando por aí e acabamos nos casando [risos]...”¹⁷⁶

No depoimento de Mário César Barbosa, ressalta-se a “pureza” e a falta de “malícia” nos relacionamentos, principalmente, por parte das garotas tidas como de “família” da época, que iam ao parque para o flerte, através do *footing*. Tanto na narrativa de Mário Barbosa como nas memórias do senhor Saulo Jésus, a Praça aparece na lembrança do ontem, na fala do hoje que, por sua vez, vem articulada com a lembrança da própria experiência. Nesse sentido, a Praça João Pinheiro, nas entrelinhas dessas narrativas está permeada de um moralismo de uma sociedade em que os pais mantinham uma educação rígida com relação aos costumes e práticas dos filhos.

¹⁷⁵ Entrevista realizada com Mário Cezar Barbosa Ribeiro pelo autor desta pesquisa.

¹⁷⁶ Entrevista realizada com Saulo Jesus Salles, morador próximo a Praça em 03/06/2004, pelo autor desta pesquisa.

Resguardando a importância de se manter vivos preceitos católicos como o matrimônio, a castidade e o recato das meninas que deveriam ser respeitadas fosse durante o “flerte” ou durante os namoros, o interesse pelo sexo oposto, seguia uma mentalidade totalmente diferente da atual, segundo os depoentes “sadia” e “sem malícia”, porém com compromisso.

Assumindo que a proximidade da Praça junto ao meretrício poderia ser “danosa” para a juventude pouso-alegrense, o jornal local “*O Linguarudo*”, cujo diretor João de Paula e o proprietário Pedro Lúcio Andrade, tinham suas filhas entre o público freqüente do parque, bem como seus colaboradores, viam naquela proximidade, um perigo que poderia macular a juventude local e, por conseguinte, seus filhos se preocupando com sua “integridade física e moral”.¹⁷⁷

Na praça, havia uma relutância por parte dos freqüentadores e vizinhos com relação à presença de bêbados, mendigos, clientes e as próprias prostitutas que eram agrupadas num conjunto de sujeitos indesejados naquele local. Quando esses sujeitos “indesejados” se “aventuravam” a circular naquela região, não raro, recebiam punições exemplares por parte da polícia local, tendo como autoridade responsável por esta “vigília” o delegado Júlio Faria.

Para tanto e de modo a reforçar os valores moralistas que embasavam a cultura pouso-alegrense naquele momento e, ao mesmo tempo, buscando reafirmar a fragilidade do sexo feminino, sobretudo, das moças “de família”, porém, pertencentes a classes menos abastadas, o jornal “*O Linguarudo*”, publica no dia 30/04/1947 uma nota que além de “aconselhar”, desqualifica o modo como alguns pais conduzem a educação e a vigilância sobre suas filhas que poderiam “vir a se perder”, caso não fossem tomados os cuidados adequados:

“ Mesmo que a gente se esforce para ser bastante otimista e não deixar transparecer algo anormal nesta época do inverno, em que o frio tem congelado até os nossos ossos, torna-se necessário alertar certos Paes menos avisados, maior cuidado na vigilância de suas filhas, que são encontradas quer nas ruas (escuras), quer nos cinemas e até mesmo em alguns bailes, deixando-se levar pelas expressões amorosas de alguns rapazes, expressões preparadas cuidadosamente durante o dia e executadas habilmente durante a noite...
[...]Assim, não, graciosas senhoritas! Assim nunca foi, não é, nem será o começo do sonho de uma jovem que deseja ser amanhã um exemplo a seguir pela posteridade, como nos falam as grandes vidas, embora anônimas, de muitas dignas

¹⁷⁷ *O Linguarudo*. Pouso Alegre, 30/04/1947, p. 02.

Mães, que ostentam nos olhos e nos semblantes a glória de terem vivido, exclusivamente, pela felicidade de seus filhos!”¹⁷⁸

O jornal “*O Linguarudo*”, já inicia na década de 1940, uma campanha revestida sobre o discurso da periculosidade entre a proximidade do Parque junto ao meretrício, cujos resultados quanto à retirada das casas que exploravam o sexo na cidade, será implementada apenas décadas mais tarde.¹⁷⁹

Além de um discurso paternalista, o jornal “*O Linguarudo*”, reforça o caráter moralista da sociedade pouso-alegrense que, construía uma imagem feminina, enquanto sujeitos incapazes de se cuidar sozinhos. Sua escrita vai para além da crítica de lugares que as mulheres deveriam ou não estar freqüentando tais como: “as ruas, os bailes e os cinemas”, mas é, sobretudo, um discurso contra a própria mulher. É interessante notar que o termo “paes menos avisados” é voltado a uma parcela específica da população, ou seja, a mais pobre, ressaltando nas entrelinhas que tanto pais, mas principalmente as mães, não estão conduzindo de maneira satisfatória a criação de suas filhas, pais e mães estes, “destituídos de saberes” e que portanto, demandam orientações, advertências e alertas por parte da imprensa que nesse sentido assume o papel de “conselheira” e condutora de um saber.

Colocar em questão a “associação de comportamentos que contavam como reguladores morais junto àquela região da cidade, fugindo da norma da época, mulheres “de família”, poderiam ser confundidas e, em casos extremos, apontadas em praça pública, como mulheres “quaisquer”, manchando não somente a própria reputação, mas por extensão de sua família”.¹⁸⁰ Dependendo do horário, da vestimenta e da companhia, as “moças de família” que passeavam nas adjacências do parque seja praticando o *footing*, namorando ou, simplesmente, caminhando para retornar ou sair de suas residências, poderiam ser:

“Abordadas como prostitutas, garotas de programa. Porque era ali, muito perto. E tem mais, A moça que se perdesse era considerada biscate! Ela era execrada em praça pública! As vezes, acontecia da moça se entregar, porque era aquela euforia e tal e se entregava pro caboclo. As famílias muito

¹⁷⁸ *Idem*.

¹⁷⁹ Segundo a pesquisa de Eduardo Moreira Assis, a retirada dos cabarés e demais casas de prostituição das redondezas, na região central da cidade, após anos de abaixo-assinados encaminhados a vigilância sanitária, ao Executivo e, durante o período da Ditadura Militar na década de 1960, ao Exército local, encabeçados por moradores nas adjacências, tiveram resultados “satisfatórios”, apenas na década de 1980, especificamente, durante o governo de Simão Pedro Toledo, filho de Tuany Toledo, Prefeito da década de 1940 e autor do projeto do Parque Infantil na Praça João Pinheiro.

¹⁸⁰ ASSIS, Eduardo, O.P. cit. 28.

duroas, faziam casar na policia, na delegacia. Não tinha nada de Igreja e nem de cartório era na Delegacia, aconteceu muito disso por aqui”.¹⁸¹

O mecanismo de punição referente ao confinamento da prostituição e as punições realizadas por meio de prisões, muitas delas escandalosas o suficiente a ponto de marcar a memória de moradores próximos que, assistiram, por vezes, aquelas cenas, bem como a questão do medo quanto a se “perder” ao se entregar “antes da hora”, foram medidas eficazes na proporção em que serviam de exemplos tanto para aqueles a quem se dirigiam diretamente, como para a população que deveria além de assimilar, policiar a si e ao próximo, atentando constantemente em relação aos seus hábitos, locais e pessoas com quem costumam lidar, o que, por sua vez aponta para o fechamento da cidade para a zona do meretrício e a prática da prostituição, um isolamento e uma exclusão que também delineava a liberdade das pessoas, sobretudo, das mulheres.

A discussão sobre a Praça, permeava a fala de diferentes sujeitos que, tinham como ponto de semelhança em sua discussão à questão do medo. Medo esse que pôde ser percebido na narrativa de dona Denaide Teixeira Alves, ao nos apontar a maneira como se incorporou na vida cotidiana das mulheres, formas diversas de exclusão e preconceito reafirmados por mecanismos de vigilância e repressão voltados à prostituição, que segundo ela:

“Olha rapaz, já ouviu falar no ditado: diga com quem tu andas? Pois é, era o que eu sempre aconselhava para as minhas filhas quando elas saíam de casa naquela época. Era difícil deixar elas irem sozinhas, sempre eu ou meu marido as acompanhava, sabe? Mais ele por conta do meu trabalho no Conservatório, mas Graças a Deus, nunca houve nada, ninguém mexeu com elas, mas a gente não sabia né? O que ficava pra gente era que ali perto tinha aquele povo, aquelas mulheres, então dava um certo receio, podia ter brigas e confundir as meninas com elas[prostitutas] e coisa e tal, mas a gente fazia mais isso por questão de segurança de pai e mãe mesmo”¹⁸²

A praça aparece enquanto um território da classe “dominante”, incapaz de conviver com modos diferentes de encarar e de utilizar aquele espaço. Havia, portanto, não só um receio quanto ao desrespeito proveniente daquela região que podia advir das mulheres da zona do meretrício ou de seus clientes, mas também

¹⁸¹ Entrevista realizada com Moacyr Honorato Reis, pelo autor desta pesquisa.

¹⁸² Entrevista realizada com Denaide Teixeira Alves pelo autor desta pesquisa.

uma relação de “medo” e insegurança, enquanto um espaço “duvidoso”, inconstante e que por isso deveria ser constantemente vigiado. Na medida do possível, vizinhos dos arredores se auto-policiavam em seu trajeto, tomando cuidado com quem andam e para onde iam, vivendo o receio de mais cedo ou mais tarde serem abordados por certos sujeitos de maneira constrangedora que pudesse causar “danos morais” as moças de família, aparecendo na fala de Denaide Teixeira mais como uma possibilidade de vir a ser do que realmente o que ocorria.

Enquanto um território “proibido” para alguns e duvidoso para outros, envolto em intrigas e obscurecido pelo discurso moralista, as imediações da praça [principalmente a zona de meretrício] instigava a curiosidade de sua decifração, daquilo que havia “do outro lado” nas tênues fronteiras que separavam “a imoralidade da cidade moral”. As crianças, alvos constantes dos discursos da pureza e que por elas deveriam ser tomadas providências a respeito daquela “má vizinhança” (como se verá mais adiante), segundo Moacyr Honorato, quando, especialmente, os garotos diziam aos pais que iam ao Parque Infantil brincar, na realidade, por muitas vezes:

“Ali na esquina da rua do Rosário com a praça, onde hoje é um restaurante self-service, ali era um desses recintos. Então a casa subindo o passeio aqui pra rua do Rosário, tinha uma espécie não é barranco, é um mural, depois tinha a janela né? E as mulheres ficavam ali sentadas, na sombra ali. E nós, molecada da época gostava de ver a mulherada com as pernas cruzadas, bebendo cerveja, e naquela época ali a dona a gente chamava ela de Maria do Barranco.”¹⁸³

Assimilando as mudanças ocorridas, mesmo depois da praça se transformar num Parque Infantil, em 1941, a proximidade junto à zona de meretrício é ressaltada no dialogo com o depoimento de José Heleno Magalhães. Em suas “escapadas” do Parque, fica claro o tom condescendente e mais “leve” utilizado ao apontar as idas e vindas do público masculino ao espaço da zona de meretrício, mesmo que só por curiosidade:

“Era coisa de molecão. A gente tinha aquela curiosidade de saber o que tinha lá [na zona], justamente porque era proibido pra gente. Então íamos de 3, 4 juntos e espiávamos nas janelas, mexíamos com algumas e outras ficavam bravas saiam correndo e a gente saia rindo. Era uma aventura para nós, mas tudo sem machucar, sem prejudicar ninguém”¹⁸⁴

¹⁸³ Entrevista realizada com Moacyr Honorato Reis, pelo autor desta pesquisa.

¹⁸⁴ Entrevista realizada com José Heleno Magalhães, pelo autor desta pesquisa.

Essa visão que o depoente tem da “curiosidade” acerca do que havia no território do meretrício, por parte dos meninos na década de 1940, ressaltada por José Heleno em sua narrativa, expressa a diferença dada à educação dirigida as meninas em relação àquela direcionada ao público masculino. Os papéis sociais se definiam através do gênero, onde a prostituição para as mulheres aparece enquanto um tabu. Já para os meninos, a prostituição, era motivo de curiosidade e ,ao mesmo tempo, um mundo que deveria ser “ocultado”. Isso porque, essa curiosidade acerca daquele mundo, poderia gerar inquietações, questionamentos “indevidos” por meninos num período da vida ainda associado a “inocência”, causando, ao mesmo tempo, nos adultos, constrangimento ao tratar de um assunto tão “reprimido” como o sexo na sociedade pouso-alegrense.

Nesse sentido, no meio político, a proximidade entre o Parque e as casas de prostituição, põe em risco de maneira danosa essa juventude, que ao brincar nas imediações do Parque Infantil, por vezes, tinham de conviver:

“[...] com a imoralidade, infelizmente, esse mal, essa ferida que constantemente nos incomoda que é as casas de prostituição. Nós, à frente da administração pública deste egrégio município temos que lutar para sanar este mal em favor de nossas crianças de nossa juventude, inocente e curiosa que culpa não têm em avizinhar seja em suas casas, seja em sua diversão por cabarés na região central da cidade. Além disso, os populares, pessoas desavisadas, começam por dar um outro uso ao espaço de nosso sadio Parque Infantil, com ajuntamentos e encontros suspeitos, se espelhando nos péssimos exemplos das redondezas, iremos deixar que isso vire uma rotina em nossa cidade?[...]”¹⁸⁵

No dizer do Prefeito Alvarim Vieira Rios, farmacêutico e fazendeiro, aos vereadores locais durante uma sessão extraordinária da Câmara Municipal em 1947, a prostituição aparece como uma “ferida”, algo maléfico que poderia “contaminar” com a imoralidade a juventude e a infância nas adjacências do parque se não fossem tomadas as providencias cabíveis. Nesse sentido, o Prefeito assume e quer que os demais membros do legislativo assumam essa responsabilidade na luta contra a prática da prostituição que parece incomodar e muito a administração pública do município.

Apesar do assunto ser motivo de aparente preocupação nos debates do Legislativo e Executivo, entre discurso e prática, muito pouco foi feito ou mobilizado

¹⁸⁵ Fala do Prefeito Alvarim Vieira Rios à Câmara Municipal de Pouso Alegre. Pouso Alegre, 20 de novembro de 1947.

para que a situação, a retirada ou a expulsão definitiva da prostituição na região central da cidade fosse concluída, demorando décadas para que as casas de exploração do sexo nas imediações da Praça João Pinheiro fossem fechadas.

Mas, destaca-se, sobretudo, na fala do Prefeito, um discurso reacionário contra as práticas e usos da população pobre no espaço do Parque que aparece ali, em sua fala, como sujeitos diferentes de sua classe, “alienados” o suficiente a ponto de não saber que o Parque não é um local propício para encontros e que, portanto, demandam orientação e repressão para que aprendam e ao mesmo tempo não continuem a dar “os péssimos exemplos das redondezas”, pois aquele lugar tinha uma outra conotação: a de local “sadio”.

Não se tratava apenas da questão de mudar a fama da região, mas uma tentativa de resguardar a “alma” de um local, da praça, que como fora colocado nas memórias de Alvarina Toledo, aquele espaço era também “o pulmão e o coração de Pouso Alegre”¹⁸⁶, principalmente das pessoas, como afirma Moacyr Honorato em sua narrativa, da “alta” que eram, até certo ponto, agredidas pelo modo como os freqüentadores da zona de meretrício e suas “moradoras” viviam e agiam.

Apesar da fala do Prefeito, Alvarim Vieira Rios, buscar o combate de determinadas práticas e sujeitos da região central da cidade, tentando, ao mesmo tempo, mobilizar o legislativo pouso-alegrense, com um discurso que reforça as fronteiras “morais”, onde a Praça João Pinheiro aparece comprimida entre “dois mundos”, separados por barreiras algumas delas visíveis (muros, alambrados e grades) e outras “invisíveis” para alguns, ali estabelecidas, principalmente pelo viver e conviver dos múltiplos sujeitos que formavam o universo que compunha aquela região central de Pouso Alegre, ao que parece os avisos “moralizantes” por parte do poder público local não surtiram muito efeito no meio populacional.

Em uma reclamação intitulada “A Transformação do Parque Infantil”, publicada cerca de um ano depois, da fala do Prefeito à Câmara, ou seja em 1948, o jornal *O Linguarudo*, destaca que o uso pela população da Praça João Pinheiro, para a realização de encontros e namoros, era vista muito a contragosto por certos setores moralistas que enxergavam nas práticas ligadas ao “amor”, na praça,

¹⁸⁶ TOLEDO, Alvarina Amaral de Oliveira.O.p. cit; p.18.

problemáticas em relação a utilização do local e a forma como eram conduzidas tais relações, que para o jornal¹⁸⁷:

“Hoje, porém está transformado o nosso Parque! Os casais de namorados escolheram aquele local para exibição de suas aulas de “amor” às crianças. Vemos, ora nos balanços, ora nos bancos, diversos pares de namorados apresentando cenas que causa espanto até às pessoas adultas. Chamamos a atenção dos responsáveis por essas notas dolosas, para que procurem dar às crianças de nossa terra exemplos de pudor, e não como está acontecendo deixando aquele ambiente de educação – física e recreativa se transforme em teatro de profanação.”

A nota chama atenção da população freqüentadora daquele local, ressaltando que se tratava de um Parque Infantil e como tal, local “puro”, não apropriado para abrigar práticas ligadas ao “namoro”, inscrito no jornal sob o cunho de “doloso e profano que poderia macular crianças e desorientar sua formação com maus exemplos, as quais iam ali cumprir ideais relacionados às práticas“ sadias como a educação-física, essas sim, segundo o jornal, condizentes com o ambiente. Mas, então, o que as pessoas naquela época chamavam de “decente”, já que somente a eles era permitido o acesso a vários espaços da cidade como o parque, sem que sofressem sanções e humilhações dos mecanismos punitivos aplicados ao público “desordeiro” e inconstante da zona de meretrício?

Ora, se ali no parque, havia uma série de medidas tomadas a fim de se separar esses dois territórios, de um lado o dos “bons costumes” e do outro o da “imoralidade”, os guardas (diurnos e noturnos), os alambrados, as muretas, não eram fronteiras tão bem delineadas como se imaginava que fossem, ou então eram “impotentes” contra algumas práticas e alguns sujeitos que teoricamente não eram bem-vindos ali.

Na narrativa de Benedito Mateus consta que, por vezes ao ser questionado sobre os casais e a rigidez da vigilância dos guardas com relação aos encontros entre casais realizados na praça, sua resposta é enfática: *“Não, não! De jeito maneira, eles [os guardas] deixavam passá, porque sabia que era de responsabilidade! Família boa! Não tinha bagunça, então eles gostava. Os guarda*

¹⁸⁷ A, Transformação do Parque Infantil “João da Silva”. *O Linguarudo*. Pouso Alegre, 13/11/1948, p. 03

deixava passear a vontade, não é igual hoje não. Não tinha essa malícia de hoje de ficá, hoje eles falam em ficá, antigamente era namoro, noivado e casamento.”¹⁸⁸

A busca de mudar as práticas daquela região se fazia necessária, ao menos em teoria, nos discursos políticos que ressaltavam em reuniões, a importância de “limpar” as imediações da região central da cidade, lançando mão da retórica, segundo a qual, o Parque Infantil, poderia ser maculado e influenciado de forma negativa devido à proximidade com a região do meretrício. Só que, havia uma diferença muito grande entre o que se falava em discursos políticos e o que se praticava na vida social e pública.

Freqüentadores mais assíduos dos cabarés, como o senhor Moacyr Honorato Reis que, acompanhou de perto todo o processo de discussão acerca da prostituição em Pouso Alegre, apresenta com riqueza de detalhes, um dos principais motivos que levou o poder público a se “omitir” por tantas vezes e de forma bastante clara em relação à prostituição nas adjacências da praça. Segundo ele:

Então a partir daí, sempre que tinha uma oportunidade, esse pessoal da alta, os governantes, que era criado com estudo, naquela religiosidade toda participava daquelas altas rodas, entendeu? Tentaram tirar isso daqui, mas muitos deles também eram clientes e por isso nunca saía. Sempre tentaram de algum jeito, vamos dizer a verdade é esconder, a prostituição por aqui. Fizeram um parque todo cercado, botaram uns guarda, um deles chamava Seu Alberto, muito bravo por sinal, fizeram grupos escolares pra coibir mesmo as menina [prostitutas] de se misturar com essa gente, mas todo mundo sabia que bastava subir uma rua, virar uma esquina que elas [prostitutas] estavam lá. Tinha um senhor que chamava Argentino de Paula. Ele era fazendeiro aqui perto do campo de futebol, perto das taipas. E ele então tinha um barracão aqui e ele alugou esse barracão pra uma boate. Ele pois o nome nela de Novo Mundo, porque o velho mundo reprimia demais o sexo, então ele pois o nome de Novo Mundo, quer dizer era aquela liberdade né? Os quartos eram bem arrumadinhos, tanto que as camas era de lençol engomado, as fronhas todas engomadas, aquelas cortinas todas vermelhas nos quartos.

Então o lazer da turma, quando via que ia chegar mulher nova no pedaço, nossa! Era baile todo o sábado, sábado e domingo eram aqueles bailes sabe? Só entrava neles quem tava de terno e gravata, era chique! Era com orquestra, aquele conjunto bonito, aquelas música da época bolero, samba, folks. O delegado tudo era amigo das donas das casas mais famosas né?! O promotor não! O Delegado, o Presidente da Câmara e o Prefeito eram tudo amigo, então elas ficavam bem! Eles tinham que vir aqui, porque mexer com moça de família eles não

¹⁸⁸ Entrevista realizada com Benedito Mateus de Melo, pelo autor desta pesquisa.

queria e não podia, então eles tinham que vir ai, eles pagava e satisfazia seus instintos. ”¹⁸⁹

Em sua narrativa Mário Cezar Barbosa ressalta ainda:

Mas tinha os Prefeitos da época., Tinha aqui o Jorge Anderi, era um turco sabe? Mais malandro que não sei o que![risos]... Inclusive ele freqüentava muito por aqui, então ele mantinha uma relação boa com as menina da zona.

Uma articulação complexa forjada nas malhas das relações entre as “donas das casas” de prostituição, popularmente conhecidas como “cafetinas” junto a homens do poder Executivo, Legislativo e Judiciário como afirmou em sua entrevista o depoente Moacyr Honorato citando nomes como do ex-fazendeiro e vereador Argentino de Paula (vereador na década de 1960) e o ex-Prefeito Jorge Antonio Andere (Prefeito de 1959-1963 e de 1967 a 1969), lembrado por Mário Cezar Barbosa, era justificada na maneira como essa prostituição era praticada. Havia toda uma estrutura e requinte nessas casas para receber essas autoridades e demais pessoas de “posse”, a fim de agradar esse público fosse pela decoração, música ambiente ou pelas “novas” garotas que chegavam.

A abrangência das relações e vínculos estendidos a pessoas públicas, “conhecidas” e de destaque no cenário político e da sociedade pouso-alegrense, garantiam a continuidade dos negócios que exploravam o sexo na cidade por muitos anos, além de impedir as punições, através do sigilo e da “omissão”, constituídos através de alianças entre políticos e autoridades junto às “donas de casa” que davam um “jeito” em driblar a vigilância e a fiscalização através desses contatos estabelecidos. Durante bailes conduzidos por orquestras, embalados pela bebida e pela jogatina, estabeleciam-se essas alianças, ao mesmo tempo em que, se instaurava um paradoxo entre o que se falava na prática política e aquilo que era praticado.

Foi o Prefeito Jorge Antonio Andere, no início de mandato que enviou projeto de lei número 384. Enviado à Câmara Municipal de Pouso Alegre, no dia 03 de abril de 1959, cujo teor se refere à construção e concessão de exploração da Estação Rodoviária local. Foi a primeira menção em termos de documentação acerca da Estação Rodoviária.

¹⁸⁹ Entrevista realizada com Moacyr Honorato Reis, pelo autor desta pesquisa.

As discussões iniciais ocorreram sob sua administração, onde a idéia de construir uma Estação Rodoviária esteve ligada a questões que envolviam problemas apontados pelos moradores e usuários dos serviços de ônibus na cidade. Os bares que, na época, vendiam entre outras coisas passagens, petiscos e bebidas:

“Pouso Alegre, antes, não tinha Rodoviária, os ônibus paravam tudo lá perto da Catedral ou num bequinho que tinha aqui perto onde tinha a antiga Pernambucanas, não sei como se chama essa rua, pra cima do Ferraciolli [hoje uma vidraçaria]. Lá perto do Tribunal de Pequenas Causas, tinha um bar ele [ônibus] parava ali.”¹⁹⁰

A rua a que se refere o depoente Mário de Oliveira é a rua Dom Nery, próxima a Praça Senador José Bento. No bar, vendia-se as passagens e paravam os ônibus em Pouso Alegre. Ali, segundo o depoimento de Juscelina Coutinho Rezende, as instalações que o bar em questão oferecia eram precárias, já que não atendiam a capacidade da cidade e de seus usuários tanto na questão que tange a higiene como a questão de acomodação:

“Quem quisesse ou tivesse que pegar ônibus naquela época, até 1960 e poucos, tinha que comprar passagem naquele boteco. Eu lembro porque eu precisei muitas vezes sabe? Mas era um ambiente desagradável! Se você precisasse de um banheiro, tinha, mas era imundo, como todo banheiro de boteco é, não é?E era um só tanto pra homem como pra mulher, então você pode imaginar...Na hora de comprar a passagem era outro problema. Como era muito pequeno o bar, as vezes formava fila pra comprar passagem, ainda mais quando era ônibus pra São Paulo. Fora que, muitas vezes a condução atrasava, daí ficar ali esperando não pegava bem, principalmente pra moça de família, paras as mulheres da época, porque como era um bar tinha toda espécie de gente, inclusive bêbados sabe? Então, eu ia esperar o ônibus na praça da matriz ali er amais tranqüilo, mas ficar ali no bar com aquela gente não dava”.¹⁹¹

Contudo, o projeto de Jorge Antonio Andere, só depois de um ano receberia parecer favorável emitido pelas comissões encarregadas pela análise. Este longo espaço de tempo e a lentidão da aprovação do projeto sugerem que as tramitações, visando à criação da primeira Estação Rodoviária, na estrutura organizacional do governo municipal, foram entremeadas por entendimentos travados, discussões e alianças firmadas entre membros da Prefeitura e da Câmara Municipal.

¹⁹⁰ Entrevista realizada com Mário de Oliveira, pelo autor desta pesquisa.

¹⁹¹ Entrevista realizada com Juscelina Coutinho Rezende, pelo autor desta pesquisa.

Em 1960, na sessão do dia 10 de setembro, a questão da Rodoviária ganharia a atenção do legislativo através de um “Requerimento sob o número 411, que dispõe sobre a construção da Estação Rodoviária”.¹⁹² Na época o então presidente da Câmara, Rômulo Coelho, pediu para que se formasse uma Comissão com três vereadores a fim de analisar e dar seu parecer referente ao requerimento.

Após a formação da Comissão Especial composta pelos vereadores Argentino de Paula, Pedro Alves da Cunha e Jair Ribeiro, para análise do requerimento, os proponentes iniciais do mesmo, apresentam à casa um “termo de homologação do local para instalação da Estação Rodoviária “S. Cristóvão”, sendo a mesma assinada pelos vereadores: Argentino de Paula, Saulo Jesus Salles, Jair Ribeiro, João Guilherme Pereira, Benedito de Souza e José da Costa Paiva. “¹⁹³, mais da metade dos vereadores que compunham a Câmara Municipal, naquele período.

Ao longo de todo o transcorrer desses debates, os termos “novo” e “moderno”, estiveram constantemente presentes nas falas dos responsáveis tanto na Prefeitura como na Câmara Municipal, relacionando-os, diretamente, com a Rodoviária. A presença constante desses adjetivos associados ao projeto da Estação Rodoviária, indica alguns sentidos que os governantes locais buscaram atribuir à iniciativa de construir esta obra na cidade. A palavra moderno ora assumia um caráter de justificativa para a iniciativa, ora indicava o sentido dado à nova estrutura a ser criada: “o de superar tudo o que até então havia sido criado na cidade de Pouso Alegre, em termos de concepção para o transporte e seu desenvolvimento”.¹⁹⁴

Uma parte do local escolhido para a edificação, de acordo com o projeto, ficava na rua Dom Nery e parte da avenida Dr. Lisboa, próximo à praça da matriz. No local, ainda havia muitas residências e estabelecimentos comerciais tradicionais, tais como as Casas *Pernambucanas*, por esse motivo, a autorização necessária para a construção e estruturação de uma Estação Rodoviária, com as dimensões que queria a administração municipal, não dependia só de sua “boa vontade”, mas estava subordinada a uma autorização do D.E.T.(Departamento Estadual de Trânsito), instituição com sede na capital mineira, Belo Horizonte.

¹⁹² Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Pouso Alegre, 10 de setembro de 1960, p. 22.

¹⁹³ Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Pouso Alegre, 3 de dezembro de 1960, p. 33.

¹⁹⁴ Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Fala do Vereador Francisco Mariosa em defesa ao projeto de lei nº 384. Pouso Alegre 15 de dezembro de 1960, p. 25. Tomo 115.

Ao enviar o projeto à Belo Horizonte, os vereadores da casa pareciam empolgados, já contando com a autorização do referido órgão, o vereador Argentino de Paula, afirmava em sessão do dia 15 de dezembro de 1960 que:

“agora só nos resta confirmar essa grande iniciativa encaminhada por esta Casa ao DET, que com certeza não irá se opor ao desenvolvimento de nosso município”.¹⁹⁵

Contudo, somente em março de 1961, na sessão da Câmara Municipal do dia 4 de março, os vereadores receberiam um comunicado referente ao requerimento de autorização sobre a construção da Rodoviária. Nele estaria o golpe fatídico sobre as pretensões em relação à construção da Estação Rodoviária no local indicado no projeto, visto que:

“[...]com base nos dados propostos pelo referido projeto e depois destes analisados por nosso setor de engenharia e tráfego, o parecer quanto à localização, acomodação e desapropriação dos imóveis nas imediações da região central da cidade de Pouso Alegre, Sul de Minas Gerais, com a finalidade de se instalar uma Estação Rodoviária, são inviáveis perante as circunstâncias apresentadas.”¹⁹⁶

O embargo à obra, imposto no parecer encaminhado a Câmara Municipal foi objeto de discussão da reunião do dia 14 de março de 1961, onde o Prefeito Municipal Jorge Antonio Andere, foi convocado para dar maiores esclarecimentos com relação ao orçamento apresentado para a realização da obra, tendo em vista que, um dos motivos do embargo, apontados pelo D.E.T., foi à inadequação do orçamento aos custos da obra: com desapropriação de casas, compra de materiais de construção, salários dos trabalhadores (operários, engenheiros, arquitetos).

Durante a sessão, usando da palavra Jorge Antonio Andere, faz uma exposição declarando que: “houve um estouro no balanço de verbas na questão de funcionários e pessoal da Prefeitura”. Porém, sua justificativa, não foi bem aceita pela Casa, que na ocasião apresentou uma lista de ex-funcionários da Prefeitura que estariam sendo “beneficiados” com dinheiro da atual administração.

A partir de então, o Prefeito seria alvo de uma investigação minuciosa em relação aos balanços orçamentários oferecidos nos finais de ano, bem como seria revisto os pedidos de verbas suplementares para cobrir “estouros” em sua administração. Ainda sobre o embargo do D.E.T. a Câmara Municipal de Pouso

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Pouso Alegre, 4 de março de 1961.

Alegre, logo tratou de enviar um ofício ao referido departamento a fim de que este: “pudesse rever as concepções do projeto de construção da Rodoviária, convidando um representante para vir até Pouso Alegre conferir de perto as reais condições do município, antes de tirar suas conclusões”¹⁹⁷

As incoerências financeiras da administração de Jorge Andere tiveram como um de seus traços mais visíveis as verbas destinadas a manutenção do Parque Infantil “João da Silva”, motivo pelo qual foi investigado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, através da figura de seu presidente Adolpho Portella. As investigações começaram no segundo semestre de 1961, a pedido da própria câmara municipal para análise das contas orçamentárias na Prefeitura de Pouso Alegre. A título de exemplificação, o investimento divulgado em lei de 18 de setembro de 1961 com “Operários do serviço de conservação do Parque Infantil João Silva era estimado em Cr\$-140.000,00(cruzeiros)¹⁹⁸. Em 1963, este valor caiu para Cr\$-100.000,00(cruzeiros).¹⁹⁹ Porém, apesar de diminuído o valor investido em 1963, este nem se compara à época em que o parque ainda era visto enquanto um local importante e portanto, sendo devidamente cuidado em sua manutenção. Isso porque a época a qual nos referimos, à título de comparação é 1948, quando o gasto com os mesmos serviços de conservação passavam pouco mais de 10% do valor “estimado” em 1963, ou seja, Cr\$-10.600,00(cruzeiros).²⁰⁰

Contudo, o Parque Infantil seria alvo de um projeto ainda mais arbitrário de autoria de Jorge Antonio Andere. Seus tramites na Câmara Municipal, iria expor os interesses e destinações que estavam sendo pensados àquele espaço durante a década de 1960. Encaminhado a Câmara em meados do mês de março e discutido em “*Sessão Extraordinária, com o fim único e especial de ser discutido e votado o Projeto de Lei nº 734 que dispõe sobre concessão de domínio de área de terreno do Parque Infantil “João da Silva”, à Faculdade de Direito do Sul de Minas de Pouso Alegre.*”²⁰¹

As discussões e divergências acerca do projeto dividiram a Câmara Municipal. O teor que menos agradou o legislativo ficou por conta da doação de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de Cruzeiros) a referida instituição. A Faculdade de

¹⁹⁷ Idem, p. 55.

¹⁹⁸ Lei ordinária nº 471. Pouso Alegre, 18 de setembro de 1961.

¹⁹⁹ Lei ordinária nº 586 de 31/12/1963.

²⁰⁰ Lei ordinária nº 40 de 30/06/1948-

²⁰¹ Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Pouso Alegre, 31 de março de 1962. pp-2-3 Tomo 115.

Direito, fundada em 1959, por membros bastante influentes no meio político da cidade como Jorge Beltrão, Sáulo Jésus Salles, que em 1961, havia sido presidente da Câmara Municipal, Breno Carvalho Coutinho, que além de Diretor da instituição se elegeu Prefeito de Pouso Alegre em 1971, mostra que havia por detrás desse projeto de lei interesses muito particulares em relação à instituição que almejava crescer e ampliar suas instalações e, ao mesmo tempo, denota como certas alianças iam se constituindo.

As discussões se estenderam. Apenas os vereadores Benedito de Souza, Rômulo Coelho e João Guilherme Pereira foram contra o projeto, eles que eram os componentes da comissão de Finanças Justiça e Legislação. Apesar disso outros vereadores como Argentino de Paula e Walter Noronha, além de favoráveis, solicitaram à Casa uma sessão extraordinária de dois dias no domingo dia 02 e na segunda dia 03 de abril de 1962. Com a justificativa, da necessidade de maiores esclarecimentos do Executivo, foi-se prorrogando cada vez mais sua discussão em sessões extraordinárias.

De dois dias, passaram-se para oito. O projeto foi votado e aprovado na sessão do dia 23/05/1962. Dos vereadores que haviam de início se colocado contra o projeto, apenas Rômulo Coelho manteve sua postura, questionando emendas que foram “inventadas” por seus colegas a fim de ocultar os verdadeiros interesses do projeto. Ou seja, dos 9 vereadores componentes da Câmara, oito eram à favor da concessão da área do terreno a Faculdade de Direito e apenas um lutava para preservar o que ainda restava do Parque Infantil “João da Silva”. O projeto final só foi vetado, porque este era inconstitucional, pois o terreno a ser negociado junto a instituição privada da Faculdade era um patrimônio público.

Agora, por que aquela comparação supracitada entre os investimentos e verbas destinadas ao parque infantil em 1948 e 1963, já que se tratam de épocas diferentes? Ocorre, que no final da década de 1940, ainda havia um Parque para se investir e em 1963, esse mesmo parque já “não existia” mais. Isso, porque a vigilância do impresso “*O Linguarudo*” manteve, ao longo do período pesquisado, uma postura que oscilou entre apoiar as ações da Prefeitura ou cobrá-la quanto as suas responsabilidades naquilo que havia prometido em obras e intervenções nos espaços da cidade. Afirmando ou apoiando as idéias, os projetos, e as intenções do governo municipal em Pouso Alegre, ou colocando-se na perspectiva da população, o jornal cobrava iniciativas dos responsáveis pelo governo da cidade, lançando mão

de expedientes tais como o de transmitir à Prefeitura os apelos feitos pelos seus leitores quanto aos assuntos tratados.

A esse respeito, por exemplo, usando palavras de seus leitores, cobrava da Prefeitura, junto à Câmara, providências e medidas quanto:

“A repercussão do que dissemos em nosso último número sobre o Parque infantil foi grande. Pessoalmente e por meio de cartas, diversas pessoas e das mais gradas do nosso meio, tem vindo até nós a fim de nos manifestar a sua solidariedade a respeito do assunto e isso nos leva a tratarmos novamente da matéria chamando para ela a atenção de nossa administração pública, que hoje tem a testa um honrado cidadão, digno chefe de família o qual não pode ficar indiferente à sorte do nosso Parque Infantil, hoje inteiramente abandonado e desmantelado, próprio, por conseguinte, para o recreio de nossa petizada e família que acompanha, com prazer, a esse ponto de reunião, de inegável utilidade e grande alcance social.

Para mais agravar essa situação, chegou ao nosso conhecimento que, marginais, desocupados e elementos, gente bem, quem sabe? Se postam a noite para o lado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, parte escura do Parque (o guarda faz sede ao lado oposto onde está a Prefeitura) e aí dirigem as mocinhas e famílias, que por ali se vêm obrigadas a transitar. Gracejos pesados, ofensivos a sua dignidade. Entregue ao léo de desocupados, comprometem os foros de nossa civilização, desnaturando-o com encontros suspeitos, ajuntamentos imorais, ponto de espera para molestar com piadas de baixo calão, famílias e mocinhas.

Arrancou o cercado do Parque Infantil, que lhe dava indiscutível segurança contra a invasão dos bárbaros, só nos resta uma esperança, é a que nosso atual Prefeito, em cujas veias corre sangue de Comendador, chame a si a honrosa tarefa de reconstruir aquele logradouro público de modo à nossa alegre e bem posta mocidade, o uso e gozo de uma praça de sadio entretenimento e fonte de indiscutível saúde moral.”²⁰²

As investigações do Tribunal de Contas do Estado, tiveram como resultado a cassação do mandato de Jorge Antonio Andere no início de 1963, visto as incoerências das finanças em sua administração. Com isso assumiu o vice-prefeito Cândido Garcia Machado, da UDN, dentista e fazendeiro, membro de uma das famílias mais tradicionais de Pouso Alegre, pelas posses latifundiárias que detinha. Em nota, o jornal, deposita em sua pessoa certa dose de “credibilidade”, haja visto os adjetivos utilizados como “honrado cidadão, digno chefe de família” e sendo assim tomariam medidas cabíveis na busca de sanar as reclamações.

²⁰² O Parque Infantil. O Linguarudo. Pouso Alegre, 12/05/ 1963, p. 01.

A nota em tom de denuncia, a primeira encontrada no acervo do Museu Municipal da cidade, acerca do descaso das autoridades públicas em relação ao Parque Infantil dialogam com as narrativas coletadas de moradores das adjacências. Segundo vizinhos próximos da época, o Parque: *“ficou sem manutenção desde meados da década de 1950, sem pintura nos brinquedos e nas muretas, sem a troca de grades e do alambrado cheio de buracos e até tiraram o jardineiro responsável pela limpeza e manutenção dos canteiros”*²⁰³.

Cada vez mais abandonado, o Parque Infantil ia cedendo seu espaço a outras práticas e ocupações. As verbas que deveriam ser destinadas a sua manutenção, eram remetidas para outras obras, tidas como mais urgentes como à reforma do Teatro Municipal, a construção da Delegacia e da Sede da Câmara ou para a Catedral Metropolitana. Sem guardas, muros e telas cheias de buracos, o Parque servia já em meados da década de 1960, como local de *“encontros e programas”*²⁰⁴ onde a visibilidade da prática da prostituição, antes restrita aos cabarés, agora se faz presente *“nos brinquedos enferrujados ou nos bancos em pedaços”*.²⁰⁵

Na disputa pela disciplinarização dos usos da Praça, existiu por parte da Imprensa e das autoridades públicas uma busca de expulsar da Praça, aquelas pessoas que consideravam indesejadas, denominando-as de “marginais, desocupados, mal-educados” em oposição a uma outra população que, por seu perfil social e econômico tinham direito quase natural a frequentá-la. Além de uma seleção por critérios sociais que, justificaria a ação de preservação do Parque no sentido de restituí-lo às famílias, havia o critério moral que considerava inadequada a presença, naquele espaço, de prostitutas e de “desocupados” que molestavam as mulheres de família.

Os argumentos de O Linguarudo vão na direção de considerar que, os clientes e as moradoras das casas de prostituição, nesse período, parecem começar a “desfrutar” de uma certa flexibilidade, com relação as barreiras “físicas” dos muros, alambrados e vigilância das autoridades locais que, na visão do jornal, tinham como serventia resguardar um território, agora, “invadido”.

A rigidez dos mecanismos de contenção e controle municipal, teria sido afrouxada com o passar dos anos entre as décadas de 1940 e 1950, conforme os

²⁰³ Entrevista realizada com José Heleno Magalhães.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Entrevista realizada com Mário Oliveira.

depoentes e o jornal, trazendo aos moradores(as), freqüentadores e vizinhos que se sentiam inquietos com a presença e a “mistura” das prostitutas em seu meio estava. Nesse sentido o jornal, *O Linguarudo*, se mostrou um grande opositor do governo municipal na maneira como conduzia suas críticas, que se desdobravam cada vez mais duras:

“Continua abandonado o nosso Ex-Parque Infantil... que hoje, depois que foram arrancadas o seu alhambrado, ficou por conta de marginais e play-boy, sem iluminação, com aparelhos todos em pedaços, transformados em um amontoado de ferro velho. Porque não tomam uma providencia nesse sentido?”²⁰⁶

“Um chefe de família esteve em nossa redação reclamando sobre a mistura de “meretrizes” no jardim com as moças que freqüentam aquele logradouro público. O reclamante não resistindo ver aquela mistura de “meretrizes” retirou a sua filha dali, visto que alguns “guardas” reconhecem as pintas que costumam fazerem footing a noite naquele local. Vamos sanear esse mal em nossa terra?”²⁰⁷

Com a instauração do Regime Militar e sua agenda de governo, em 1964, “a criação de vários loteamentos, a abertura e reforma de ruas e avenidas, a construção de novos prédios que abrigariam as instituições municipais”²⁰⁸, foram obras consideradas, ao mesmo tempo, como sintomas do “progresso” e da “modernidade” para Pouso Alegre.

O Linguarudo, em dezembro de 1964, anunciava em reportagem de capa que o “centro da cidade será revitalizado.” Em seguida, resumia: “opções como a criação da guarda municipal, a instalação de mais postes de iluminação pública, além da pavimentação e reforma da Avenida Doutor Lisboa, das instalações do teatro e do Fórum e do prédio da Delegacia local foram medidas anunciadas pelo Executivo. [...]chega ao nosso conhecimento que também está incluso nos planos a construção de uma Estação Rodoviária, em local ainda a definir, mas no centro da cidade.”²⁰⁹

²⁰⁶ O Linguarudo. Pouso Alegre, 20/06/1964, p. 03.

²⁰⁷ “MERETRIZES no Jardim”. O Linguarudo, Pouso Alegre, 20/06/1964, p. 04.

²⁰⁸ “Pouso Alegre a Cidade que não para de Crescer”. A Folha. Pouso Alegre, 06/08/1964.

²⁰⁹ O Linguarudo. Pouso Alegre 20 de dezembro de 1964.



Imagem 3.1. “Parque Infantil” em 1963. Já sem nenhum brinquedo, banco ou qualquer outra estrutura. Arquivo do Museu Municipal de Pouso Alegre.

As notícias do aumento do efetivo da guarda municipal nas ruas e da própria instalação da Estação Rodoviária no centro da cidade, destacam a importância de manter este espaço bem vigiado, como forma de garantir e reforçar a segurança do local. Contudo, entre o propor e o fazer, as cobranças por parte dos moradores nas redondezas ficaram cada vez mais constantes, onde com o passar do tempo viam seus pedidos de melhoria e reforma do parque se transformar em “[...]alguma coisinha, mas coisas que não traz mais atrativos para a freqüência de família[...]tiram um poste, trocam outro, mas nada demais. Então, a praça ficou entregue a pinguços e prostitutas, mulher de vida fácil.”²¹⁰.

A vigilância sobre aquele território no centro de Pouso Alegre se tornaria mais rígida, haja vista que a circulação de prostitutas e seus clientes tornava-se mais visível no espaço da Praça. Na memória dos cidadãos, vez ou outra durante a entrevista, ficam claras a construção de imagens acerca de mecanismos de coerção que cada vez mais contribuíam para assinalar sobremaneira a disputa pelos usos dos espaços na cidade.

Entre os entrevistados, os que mais recorrem às lembranças desses mecanismos são aqueles que, na década de 1960, serviram ao Exército, sob a Ditadura, tendo montado guarda naquela região. Nesse sentido, o depoimento de Benedito Mateus de Melo é significativo ao dizer que:

²¹⁰ Entrevista realizada com Saulo Jésus Salles, pelo autor desta pesquisa.

“ eu fui muito tempo, eu fui oito meses de patrulha aqui.
Juliano: E tinha muito problema nessa área aqui?
Benedito: Tinha, tinha muito. Tinha muita briga, inclusive que eu lembro, teve três mortes ali.”
Juliano: Três mortes? E por quê? O senhor sabe?
Benedito: Por causa de mulher. É verdade, porque naquela época era fácil homem se apaixoná. Aqui em Pouso Alegre muitos homem bom tirou a mulher da Zona pra casá, inclusive em Pouso Alegre, tem três casal que eu conheço. Ta muito bem casada, a mulher endireitou que é uma beleza é uma dama!
Acostumava, quantas vezes tomei bronca da policia, molecão, tomava direto da turma da policia. Naquele tempo era rigoroso a idade né? Passou só dos 19 anos em diante podia freqüentar até duas horas da manhã, mais ou menos. Do contrário era até nove, dez horas e tchau!²¹¹

Já o senhor Mário Cezar Barbosa, se lembra que o patrulhamento rígido e ostensivo do Exército na região central da cidade, o qual também serviu naquele momento, era feito:

“[...] dia e noite. A patrulha do Exército passava por aqui dia e noite. Entendeu?
Tinha os jipes que fazia o patrulhamento da cidade, fazendo ronda sabe?
Juliano: Tinha horário?
Mário: Tinha! Qualquer coisinha que acontecia, principalmente se fosse uma ofensa contra um oficial, ou contra qualquer um do Exército, o Comandante já mandava imediatamente preso. Olha, quantas e quantas vezes eles já foram na delegacia, chegava desacatava as autoridades, você tinha que ver! Olha aqui quem mandava eram eles e era na base da força! Dava muita briga, muito por causa de mulher e bebida!
Naquele época era fácil! Porque eu não sei o que acontecia com os homens daquela época que se apaixonava à toa-toa, sabe?
Ixi, chegava ai as vezes tinha sexo uma vez com a menina e já no outro dia tava apaixonado e já fazia proposta de tirar ela daquela vida, sabe? E grande parte delas conseguiram sair e algumas delas não”.²¹²

Num dos períodos mais duros de repressão no país, as constantes patrulhas do Exército na região central da cidade de Pouso Alegre, as coibições de brigas e tomadas de decisão junto a autoridades como a policia feitas à força e os rígidos horários de freqüência nas ruas, parecem caracterizar esse período no município que apesar de interiorano deixa transparecer toda uma tensão articulada em torno do território da praça e da prostituição.

²¹¹ Entrevista realizada com Benedito Mateus de Melo, pelo autor desta pesquisa.

²¹² Entrevista realizada com Mário Cezar Barbosa Ribeiro, pelo autor desta pesquisa.

Apesar das reclamações quanto à providências a serem tomadas para que a praça voltasse a ser um local de freqüência, apesar da vigilância no território central da cidade por parte do Exército, as prioridades discutidas, ainda em 1964, dentro da Câmara Municipal eram outras. A reforma do Teatro Municipal, a construção dos prédios da nova Delegacia e do Hospital Regional eram tidas como medidas de emergência²¹³, enquanto a praça continuaria sem reformas ou manutenção.

Isso porque o embargo à obra da Rodoviária ainda permanecia por parte do D.E.T., que insistia em reafirmar a inviabilidade daquela obra no local. Em entrevista ao *jornal de Pouso Alegre*, o vereador Orlando Félix Teixeira, esclarece alguns pontos sobre a questão da Estação Rodoviária local:

“Jornal: Se já foi aprovada a instalação da Estação Rodoviária provisória quem e o que está impedindo sua concretização, visto que é uma necessidade urgente?”

Orlando Teixeira: Já foi aprovada a instalação da Rodoviária Provisória, à praça Senador José Bento (prédio da Associação Comercial). É assunto sabejamente conhecido da população e dêste prestigioso jornal. Estava ausente da cidade e não participei da votação, pôr esse motivo não tenho conhecimento de que “forças ocultas” estejam travando o seu funcionamento. O que sei é que os técnicos do “DET” deram parecer contrário para o seu funcionamento no local previamente votado pela Edilidade.

Não há na atual Câmara “grupo de oposição sistemática” ao chefe do Executivo.”²¹⁴

Nos anos que procederam a década de 1960, o projeto ficou parado na Câmara, sem maiores discussões, apesar das várias tentativas junto ao D.E.T. de retirar o embargo da obra. Contudo, a Praça João Pinheiro sofreria mais uma vez, grandes modificações. No ano de 1967, Jorge Antonio Andere é reeleito prefeito municipal. Uma de suas primeiras medidas no segundo mandato, foi publicar uma Lei ordinária de nº 758, que tinha o seguinte conteúdo:

“Dispõe sobre autorização para venda de lenha produzida pelo corte das árvores do Parque infantil e contem outras proposições”.²¹⁵

²¹³ ATA da Câmara Municipal de Pouso Alegre, Pouso Alegre, 04 de março de 1964. P.75. Tomo 116.

²¹⁴ Um Vereador em foco (entrevista) com Orlando Felix Teixeira. O Jornal de Pouso Alegre. Pouso Alegre, 30 de setembro de 1967. pp-2-3.

²¹⁵ Lei Ordinária nº 758/1967. Pouso Alegre, 05/05/1967.

Isso foi o suficiente para mobilizar os jornais que expressavam claramente sua desaprovação em tom de protesto, quanto ao tratamento dado ao Parque, segundo “O Jornal de Pouso Alegre” em 30 de setembro de 1967:

“Talvez não tenhamos o direito de descansar sob árvores, respirar seu ar puro, assombrar com sua majestade, construir castelos e poesia, tendo-as por fonte de inspiração. Nossas ruas só nos oferecem pó e nosso “Parque”; que posso dizer sobre ele? Como se materializou! Há uns anos tínhamos nós: crianças, moços e velhos um lugar para descansar, ler, brincar, namora... era um recanto diferente... e hoje? O recurso é construir um “Horto Florestal” em nosso quintal! Dentro de nossa propriedade quem ousará derrubar friamente troncos fortes? Ninguém! Só tenho pena de quem não pode plantar, mostrar que ama e admira a natureza, por não ter um pedacinho de terra.

O que me dói mais é pensar que aquele “Parque” era um clube de campo para todos. E não precisava de quotas para ele. Somos humanos e devemos cuidar nossos irmãos pobres e humildes... Mudando de assunto. Por isso que gosto de blocos carnavalescos. Eles são um espetáculo para pobres e ricos e sobretudo para os que não têm dinheiro para comprar entradas. Será que as ruas, as praças, a cidade em geral, não pertencem mais ao povo que um administração? O Parque era nosso? – se não acharem assim de boca cheia digo: O Parque era meu! Gostava dele! Você achava que era seu também, não achava?”²¹⁶

Talvez, devido a postura de protesto do jornal, seu autor usou o pseudônimo, de Zal Jomar. Isso é indicativo de como tinham de ser feitas as críticas dirigidas ao governo municipal de Pouso Alegre, num momento de Ditadura. Muitos dos entrevistados, dizem não terem percebido aspectos repressores da Ditadura Militar na vida cotidiana local, mas se recordam bastante de sua presença nas ruas, seja na patrulha que rondava as adjacências do parque com jipes e homens armados, seja no “medo” que, possivelmente, levam o jornal a resguardar a identidade do crítico-escritor da nota em sua publicação.

Ainda que o jornal pertencesse à família Toledo e tivesse como repórteres, membros da família Beraldo e colaboradores como Jorge Beltrão (fundador da faculdade de Direito) e Firmo da Motta Paes (que mais tarde se elegeria vereador da cidade por mais de 10 mandatos), portanto, servindo a interesses bastante particulares, este foi capaz de mobilizar a opinião pública entorno dos problemas do Parque.

²¹⁶ O Jornal de Pouso Alegre. Pouso Alegre, 30 de setembro de 1967. p. 01.

Com reclamações sendo publicadas mais amiúde nos jornais, logo alguns vereadores disseram haverem sido abordados nas ruas:

“Eu ao caminhar pelas ruas num belo dia, sou abordado por uma mulher indignada que pediu para que eu olhasse e trouxesse a esta casa pelo problema do Parque Infantil. Mesmo dizendo a ela que poucos procedimentos poderíamos tomar nesse período em que passa nosso país e nossa cidade, ela estava inconformada com a derrubada de árvores, a falta de bancos e dos brinquedos que seus filhos poderiam utilizar”²¹⁷

Esses procedimentos indicam, sobretudo, o modo como a Câmara Municipal de Pouso Alegre funcionava, num dos mais duros momentos de exceção militar que vivia o país. Destituída de suas funções legislativas, coube à Câmara, cumprir as formalidades legais quanto às decisões tomadas pelo Executivo. Pouco ficou documentado sobre tais decisões do governo municipal, tanto na documentação oficial, quanto na imprensa. Esse modo de agir é representativo de um tipo de prática política imposta pelo regime militar que vigorava no país naquele momento.

Política esta caracterizada, principalmente, pela prática de tomar decisões com base na ação centralizada dos representantes máximos dos diferentes órgãos do governo, nas três esferas do poder. Consequentemente estava ausente dos propósitos desse governo, fazer qualquer discussão com os setores da sociedade a quem se destinaria tal obra e decisão.

O que antes era um problema da população que se estendia agora aos governantes enquanto responsáveis por tomar as devidas providências, viria a se tornar a “solução” para a discussão em torno da questão da Estação Rodoviária e ao mesmo tempo da falta de manutenção do Parque Infantil João da Silva.

A aprovação da obra nos tramites municipais, divulgada pelos jornais instigou a opinião pública que, tomando conhecimento, começava a cobrar o porquê da demora em sua realização, haja vista que, o projeto inicial é datado no ano de 1959. A este respeito o jornal O “Linguarudo”, de 06 de outubro de 1967, registrou uma pequena nota informando sobre a iniciativa do governo municipal em propor a criação da Estação Rodoviária em caráter provisório, antecipando quais seriam algumas de suas atribuições.

A notícia terminava com a informação de que para o funcionamento da Rodoviária, seriam necessários gastos no valor estimado em CrN\$ 50.000,00

²¹⁷ Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Pouso Alegre, 10 de outubro de 1967. Fala do Vereador Antonio Duarte Ribeiro.

(cruzeiros novos) e ainda a desapropriação de parte considerável do terreno que abrigava o Parque Infantil “João da Silva”, na Praça João Pinheiro. Este comentário, fazia pairar no ar uma certa desconfiança por parte do jornal, quanto a pertinência, a aplicação e o propósito do governo para aquele espaço da cidade.

Isso porque, a idéia de Jorge Antonio Andere, para conseguir a autorização do D.E.T. uniria “o útil ao agradável”, modificando por completo o projeto inicial proposto em 1959 e negado até então, a começar pela localização da Estação Rodoviária.

“De acordo com o projeto exposto na vitrine da Casa Andere, o Parque Infantil ia ser remodelado com os seguintes melhoramentos: Estação Rodoviária, Parque Municipal com Concha Acústica e o resto seria aproveitado para o Parque Infantil..”²¹⁸

A “elitização do espaço” central da cidade fica evidente, segundo o exposto pelo jornal. Apesar da matéria ter sido publica em 1970, devido a exposição do projeto nesse período, a reformulação do mesmo ocorreu em 1968. A edição d’O *Linguarudo*, datado de 31/05/1970, descreve com detalhes todo o projeto da construção, onde a Estação Rodoviária em primeiro plano seria erigida em caráter “provisório” e não seria construída no intuito de acabar com o Parque Infantil, e sim “remodelar” toda sua estrutura.

Com essa nova proposta enviada ao D.E.T., calcada na re-utilização de um terreno o qual pertencia à municipalidade com um espaço muito mais amplo, sem a necessidade de desapropriação e demolição de imóveis, o Departamento Estadual de Transito não demorou em autorizar sua construção.

No legislativo local, as comissões de Finanças e Orçamento e de obras e infra-estrutura, em palavras muito breves, ofereceram seu parecer favorável para a criação da Estação Rodoviária pouso-alegrense, no terreno da praça João Pinheiro, ratificando os argumentos utilizados pelo Prefeito Municipal. Em seu parecer, emitido conjuntamente, as referidas comissões alegavam que a área da Praça João Pinheiro “*não mais poderia ter o mesmo tratamento, pois, a evolução e o progresso de Pouso Alegre emergiam enquanto fatores que não mais permitiam a continuidade do Parque Infantil, hoje já desmantelado*”.²¹⁹

²¹⁸ PARQUE Infantil e Avenida Dr. Lisboa com a mesma Sorte. O *Linguarudo*. Pouso Alegre, 31/05/1970, p. 02.

²¹⁹ Ata da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Pouso Alegre, 23 de março de 1968.

As comissões, mencionando a estrutura da nova estação rodoviária- que previa a existência do Parque Infantil e uma concha acústica para realização de saraus e eventos musicais, buscaram qualificar a iniciativa do Executivo Municipal como moderna, na medida que caracterizavam a estrutura do Parque infantil como “arcaica” ou “ultrapassada”. Firmando posição favorável ao projeto, afirmavam os vereadores: *“este projeto vai romper com o marasmo de nossas ruas e com a ultrapassada estrutura de nosso Parque Infantil, que embora, tivesse cumprido e bem sua missão no entretenimento e diversão de gerações, não pode permanecer na sua configuração atual, ganhando uma nova função e roupagem para esta cidade”*.²²⁰

Em termos de concepção, a mudança referia-se, sobretudo, ao uso que se pretendia dar ao espaço da Praça naquele momento. Diversidade de serviços e o afluxo de pessoas eram idéias que estavam na base das discussões, segundo Orlando Félix Teixeira, era *“um centro de atividades diversas, que corresponde a uma também diversificada demanda de interesses em relação ao edifício”*.²²¹

Para o Prefeito, a mudança na estrutura física e arquitetônica do projeto da Rodoviária que, previa a construção de um pavimento numa área bem maior do que a prevista inicialmente, expressava o sentido da mudança de conceito, esperando-se o uso: *“social e coletivo, de uma população local permanente e de todos aqueles que passem, visitem ou venham a ficar em nossa cidade”*.²²²

As modificações do espaço público foram re-significadas e re-introduzidas aos munícipes, enquanto resultado mais palpável do processo de desenvolvimento da cidade, ou seja, do “progresso”, que deveria ser associadas à melhoria na qualidade de vida da cidade, embora, ocultasse, na realidade, estratégias de atração de investimentos não direcionadas exclusivamente ao consumo local.²²³

Como argumento desse discurso progressista, emerge a localização geográfica do município que, somada ao papel de várias rodovias que o cortam²²⁴,

²²⁰ Idem.

²²¹ ATA da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Pouso Alegre, 20 de abril de 1969.

²²² Idem.

²²³ ARANTES, Antônio Augusto. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora da UNICAMP/Imprensa Oficial, 2000. p. 155.

²²⁴ Entrecruzando-se com a cidade está a Rodovia Fernão Dias(BR- 381) que liga Belo Horizonte a São Paulo, a MG-459 que liga Lorena a Poços de Caldas, MG- 179 de Pouso Alegre a Alfenas, MG- 290 que liga Pouso Alegre a Monte Sião, MG-025, Pouso Alegre a Paraisópolis, MG-010, Pouso Alegre a Silvianópolis, MG- 090, Pouso Alegre- Espírito Santo do Dourado, MG- 410- Pouso Alegre- Estiva. “A Folha”. Pouso Alegre, 25 de outubro de 1968. Conferir mapa anexado ao final do trabalho.

foi responsável por estabelecer o nome que é utilizado até os dias atuais para justificar todo o processo ocorrido, bem como a condição de Pouso Alegre perante ao Estado mineiro”(A Cidade que Abraça o Futuro)”.

Embora, antes da inauguração de suas instalações, no dia 19 de outubro de 1969, ou mesmo de seu funcionamento definitivo em dezembro daquele mesmo ano, a Estação Rodoviária já fosse vista como expressão de um novo tempo para Pouso Alegre, recaía sobre ela a função de refletir todo o progresso que o município pudesse desfrutar. Era parte integrante de seu “surto de desenvolvimento”, principalmente em se considerando a maneira como a localização geográfica foi apontada pelos jornais como responsável por fazer da cidade “o *Maior Centro Rodoviário do Sul de Minas com um movimento de mais de 130 horários de ônibus diários*”²²⁵

A Rodoviária representava um elemento importante do “futuro” da cidade, por uma expectativa criada entorno da localização de Pouso Alegre, ponto de ligação rodoviária da região à capital do Estado e o afluxo de pessoas, justificaria as mudanças. A Folha de Pouso Alegre anuncia a inauguração da Rodoviária como fruto de uma necessidade da cidade e da população:

“Está mais ou menos acertada a inauguração da Estação Rodoviária, no dia 19 de outubro dia do aniversário da cidade. O prédio da Estação Rodoviária construído à Praça João Pinheiro (Parque Infantil) já está em fase de acabamento... Afinal os nossos dirigentes levaram avante a construção da tão almejada Estação Rodoviária, reclamada há muito tempo pela população”²²⁶

A *Folha de Pouso Alegre* buscava se posicionar em relação ao assunto abordado, apresentando diferentes pontos de vista a respeito, possibilitando ao leitor, a apreensão da existência de contradições e mesmo de interesses divergentes em relação aos assuntos tratados. Mas, ao mesmo tempo, avisava com antecedência os acontecimentos e feitos da administração, criando uma expectativa e fazendo certa “propaganda” das obras e intervenções do governo municipal relativas à Praça João Pinheiro.

²²⁵ Idem, Pouso Alegre, 03/12/1969, p.05.

²²⁶ A Folha. Pouso Alegre, 06 de junho de 1969.

No ano de 1969, a cidade de Pouso Alegre na região sul-mineira, conheceria o “novo” slogan lançado pela Prefeitura Municipal e divulgado através de variados meios impressos, que resumiria a vocação da cidade, a partir de então, voltada ao desenvolvimento: “Pouso Alegre a Cidade que Abraça o Futuro”.²²⁷



Imagem 3.1. Inauguração da Estação Rodoviária local. A direita o que restou do Parque Infantil, já sem seus muros e suas telas. Pouso Alegre, 19 de outubro de 1969. Arquivo pessoal de Rubens Barros Laraia.

Arelado a um discurso dos políticos que buscava informar e justificar aos munícipes a necessidade das obras que estavam sendo realizadas na cidade, os jornais procuraram infundir, no pouso-alegrense, a consciência de sua importância regional, assim como de sua pretensa “modernidade”. Isso resultou de maneira eficiente num esforço conjunto capaz de constituir uma unidade de interesses em torno do desenvolvimento da cidade, entre imprensa e poder público local.

Nesse sentido, o discurso do “progresso” projetava a idéia de modernidade para os moradores de Pouso Alegre, vinculada a imagem de uma cidade vitrine, um lugar, cuja prosperidade deveria ser expressa nas ruas, através das novas construções e que como em toda vitrine expôs apenas o lado harmonioso, abstraindo do cotidiano local, as tensões sociais que envolviam o uso desse espaço.

Portanto, a quem chegasse, ou simplesmente, passasse pela cidade através da nova Estação Rodoviária, a imagem a ser levada era de um lugar convidativo, ordeiro e de futuro promissor, no que auxiliava sobremaneira tal objetivo a existência

²²⁷ “A Folha”. Pouso Alegre, 23 de setembro de 1969.

de um regulamento interno que organizava e controlava os indivíduos em seus espaços, proibindo de bêbados, pedintes, vendedores ambulantes, agenciadores de pensões, bem como a ocorrência de quaisquer tumultos nas imediações da obra, anunciada como: “*mais um marco de progresso para Pouso Alegre...e uma visão de progresso de nossa cidade para os visitantes*”²²⁸ No entanto, não muito longe dali, estava a zona de baixo meretrício pouso-alegrense, a menos de 100 metros de distancia.

Moralistas e opositores de longa data da prostituição, encontraram no discurso do progresso o cobiçado pretexto para que se acabasse com aquilo de uma vez por todas. Transformada em inimiga pública a prostituição entravava a “revitalização” da região central pouso-alegrense e o claro e conseqüente uso dos terrenos das adjacências, os quais por estarem associados a ‘degradação moral”, associados a “má fama e vizinhança” tinham baixo valor de mercado.

Era, enfim, a união do útil ao agradável, a chance de expulsão do meretrício da cidade, o aumento súbito do valor dos imóveis, antes ocupados por prostitutas e “donas de casa” e o enriquecimento rápido de seus antigos proprietários, mudanças especulativas que apareciam justamente no momento em que a “modernidade” colocava para a cidade novos desafios urbanos, apontando para àquelas áreas, antes desconsideradas, como setores importantes para a continuidade do desenvolvimento político-econômico e o estabelecimento de uma população em crescimento.

Por essa série de razões, ao longo dos anos, as tensões entre o meretrício e os moralistas pelos usos dos espaços, tomaram contornos inesperados, resultando em um processo complexo e demorado. Tão complexo que chegou a mobilizar, muito a contragosto o legislativo municipal e algumas autoridades estabelecidas, igualmente por força das pressões, que não cessavam, contra a prostituição, da mesma maneira que produziu inúmeras estratégias de luta e resistência por parte de muitas ocupantes da zona, contrárias à sua remoção e às inúmeras arbitrariedades que pontuaram as campanhas de moralização do centro urbano de Pouso Alegre.

Uma peculiaridade desse período foi que, apesar do processo de construção da Estação Rodoviária e da “re-modelação” do Parque, Jorge Antonio Andere, não completaria seu segundo mandato como prefeito, desta vez cassado pelo AI-5.

²²⁸ *A Folha de Pouso Alegre*. Pouso Alegre, 23/11/1969.

Quem completaria as obras da Estação Rodoviária seria seu vice, Antonio Duarte Ribeiro do PSD, bem como as demais atribuições das quais faziam parte do projeto.

Apesar da aclamação inicial por parte dos jornais e das autoridades que se estenderam à população devido à propaganda veiculada, poucos meses depois da inauguração da Estação Rodoviária, o jornal “O Linguarudo”, criou uma sessão denominada “Sugestões e Reclamações”, geralmente veiculada na terceira página de suas edições. Em sua primeira publicação a coluna destaca defeitos na Estação Rodoviária:

“A nova Estação Rodoviária que foi construída em caráter provisório pela Prefeitura Municipal é uma das mais confortáveis do interior do Estado, de linha arquitetônica muito bonita, bom serviço de bar, vários boxes com sorveteria, padaria e confeitaria, guarda-volumes, jornais, revistas, agência lotérica, serviço de alto falantes para indicar a partida de ônibus, oito bilheterias para venda de passagens, um posto policial, tolete para senhoras e W.C. para cavalheiros. Porém, entre tanta beleza sempre há uma falha que deve ser sanada [...] Trata-se da construção de um mictório público, porque o que lá existe é particular e há os passageiros que necessitam e tem que morrer ali nos duzentos cruzeiros novos e é sabido que não são todos que podem dispor dessa importância, sendo necessário procurar um lugarzinho para as suas necessidades fisiológicas [...] outro complemento de grande necessidade é a total cobertura da plataforma de embarque [...]”²²⁹

O mesmo jornal que apoiou e propagou a inauguração da Rodoviária, durante o final da década de 1960, veicularia reclamações acerca de defeitos a serem corrigidos, bem como a falta de manutenção e da prometida reforma no Parque infantil a partir de 1970 até 1975.²³⁰ A partir daí, “O Linguarudo” passou a ser um grande opositor dos atos dos poderes públicos municipais, atribuindo aos governantes toda a responsabilidade com relação a esses e outros assuntos. Um deles, estava relacionado à mendicância nas ruas da cidade como um todo, e, principalmente nos arredores da Estação Rodoviária. De certa forma atribuíram a instalação da Rodoviária como “responsável” pela introdução de um número maior

²²⁹ *O Linguarudo*. Pouso Alegre, 31/12/1969, p. 03.

²³⁰ Foram encontradas por diversos meses e em muitas edições do jornal “O Linguarudo”, as mesmas reivindicações com relação à Estação Rodoviária. Ao mesmo tempo, aproveitava-se o ensejo para cobrar explicações do governo municipal quanto a situação do Parque Infantil. Pela periodicidade com que se vinculavam as reclamações (pelo menos uma vez por mês) e durante mais de cinco anos, não é difícil afirmar que as cobranças, sugestões e reclamações ficaram sem respostas. No caso da cobertura da plataforma de embarque da Rodoviária, esta permaneceu da maneira como foi inaugurada até 1990, quando se deu sua desativação e continua assim até os dias atuais.

desses sujeitos, agora vindos dos mais variados lugares em Pouso Alegre, cobrando das autoridades competentes soluções para o “problema”²³¹:

“Continua pelas ruas de nossa cidade, um grande número de crianças mendigando sem que alguém tome uma providencia a respeito. Os comissários de menores deviam dar umas voltinhas pela Estação Rodoviária, bares, Mercado, praça a fim de verificar pessoalmente o que reclamamos levando essas crianças à presença dos pais ameaçando-os e punindo-os... Como si não bastasse isso, ainda vemos pelas nossas ruas mendigos de toda parte que aqui aportam implorando a caridade pública... Afinal a “praça” é boa, e ninguém os incomoda...”

Logo abaixo da citada coluna, há um anuncio de uma sugestiva campanha: “Não De Esmolas, Contribua com o S.O.S. para a Erradicação da Mendicância”.

Encarada como uma “doença”, e, portanto, algo “sujo”, a mendicância assim como a prostituição citada no titulo de um artigo d’ “O Linguarudo” como “um cancro no coração da cidade”, deveriam ser erradicadas. Para tanto, percebe-se através dos inúmeros artigos e manchetes citados até aqui, a “campanha”, feita pela imprensa da cidade, atrelada ao discurso político desenvolvimentista do inicio da década de 1960, que viram na construção da Estação Rodoviária e na instalação da sede do poder Executivo, a grande chance de acabar com esse “inefável mal” que assola a tão tradicional cidade de Pouso Alegre.”²³²

O que parece é que a Rodoviária foi mais um investimento fracassado, no sentido de moralizar e “modernizar” o centro da cidade. Se, anteriormente, já era uma questão problemática a presença de “gente desocupada” e “mal educada” na região da Praça, motivo de reclamações em jornais e de cobrança de atitudes mais enérgicas por parte das autoridades, agora, no inicio da década de 1970, se tornaria quase que uma guerra.

Para alguns moradores dos arredores a associação entre a instalação da antiga Estação Rodoviária Municipal junto à ocupação do espaço da praça por mendigos, prostitutas foi imediata:

“... então com aparecimento da Rodoviária, surgiu todo tipo de pessoas, tornando-se um local perigoso, é roubos e... [pausa] sendo freqüentada por pessoas de baixo nível né! ...e hoje a praça ta sendo freqüentada [pausa]... tá abrigando mais drogados e prostitutas né?”²³³

²³¹ Crianças Pedintes. O Linguarudo. Pouso Alegre 31/ 12/ 1969, p. 02.

²³² Idem.

²³³ Entrevista realizada com José Heleno Magalhães em 25/05/2004, comerciante e morador próximo à praça João Pinheiro.

Prejudica muito! Inclusive os moradores, os residentes em volta da praça já fizeram abaixo assinado, já pediram um policiamento mais ostensivo, mas não adianta! Eles [policiais] vem tiram, afasta um pouco passa dois ou três dias eles [prostitutas e bebados] voltam! Ali... eu não sei se você já prestou atenção, naquele bar do outro lado da rua, ali é ponto das mulheres de vida fácil ! Elas vão lá tomam sua cerveja, saem, vem, sentam no parque e ali elas ficam o dia inteiro cassado negócios...”²³⁴

Curioso ou não, essa opinião que a grande responsável pela “má” frequência da praça foi a Estação Rodoviária não é compartilhada por todos os moradores:

“Quando tinha a rodoviária aqui, agente não percebia isso, porque o movimento era grande! Parecia tudo passageiro, agente não percebia, entrando pra pegar ônibus, saindo, agente não percebia! E não tinha pinguço, não tinha cachaceiro, porque tinha policia ali, e espantava né!”²³⁵

“Olha aquela rodoviária lá, eu achava até muito bom; porque ficava no centro mesmo de Pouso Alegre. Era uma beleza, naquela época não tinha perigo não! Foi depois que começou!”²³⁶

Vale lembrar que dona Lydia Schultz foi uma das moradoras mais beneficiadas com a instalação da Estação Rodoviária na Praça João Pinheiro. Segundo suas palavras, o ramo comercial da panificação estava ficando saturado na cidade, devido à concorrência. Dona de um dos estabelecimentos mais tradicionais de Pouso Alegre, dona Lydia, ao saber que ali, na Praça se construiria a primeira Rodoviária da cidade, logo tratou de modificar seu ramo comercial:

“Quando eu soube, antecipadamente, que a Rodoviária vinha pra cá, logo tratei em acabar com a padaria. Até porque o Freitas tava surgindo ai, então era difícil competir. Decidi transformar a antiga padaria que fica ali em frente à praça num hotel. Hotel que leva meu nome né? Então quando a Rodoviária começou a funcionar eu era a única por perto que oferecia uma boa hospedagem a preços módicos. Como vinha muita gente de fora naquela época pra Pouso Alegre, eles lotavam o meu hotel. No começo foi duro, as instalações eram caseiras, mas era tudo bem feitinho, os quartos limpos, a comida bem feitinha. Então assim, aos pouquinhos fui conquistando a clientela, ampliando os negócios e hoje ele [o hotel] é um três estrelas. Com ele consegui comprar um carro,

²³⁴ Entrevista realizada com Saulo Jesus Salles, morador próximo a Praça em 03/06/2004.

²³⁵ Entrevista realizada com Lydia Schultz, moradora próximo a Praça

²³⁶ Entrevista com Denaide Teixeira Alves em 25/02/2005.

criar meus filhos, pagar seus estudos e quitar a minha casinha aqui na rua Tiradentes [...]”²³⁷

Para poucos como dona Lydia a instalação da Rodoviária foi tão lucrativa nas imediações da Praça. Ela foi uma das que desaprovou ferrenhamente a retirada da Estação Rodoviária dali, e também uma das poucas que diziam não ver ou se importar com a presença de mendigos ou prostitutas nos arredores.

A partir de 1969, no mesmo ano da inauguração da Estação Rodoviária, a oposição de vizinhos da Praça João Pinheiro em relação às casas que exploravam a prostituição, bem como a presença e mistura de prostitutas na Praça junto a bêbados, mendigos e outros sujeitos considerados indesejados, se tornaria mais intensa.

Vários abaixo-assinados²³⁸, encabeçados por vizinhos influentes como Saulo Jésus Salles que a pouco, havia presidido a Câmara Municipal (1960-61), enviados a autoridades sanitárias como o médico Jésus Ribeiro Pires que, sem ter feito muito a respeito, aconselhou vizinhos a enviarem suas reclamações, diretamente, ao Comando do Regimento Militar local que, na época, poderia ser considerada a maior instância do poder, já que se tratava do período de Ditadura Militar.

Esses abaixo-assinados, sem respostas positivas por parte das autoridades, encarnam a boa dose de insatisfação por parte dos munícipes, principalmente, pela forma como essas questões estavam sendo tratadas pelo poder público local. A inércia das autoridades, foi respondida, segundo o trabalho de Eduardo Moreira Assis, pelo vereador Sebastião Alves da Cunha que levou a questão da prostituição para debate dentro da Câmara, em reuniões à parte. Nessas reuniões haviam divergências entre a retirada das casas, a proibição da prática da prostituição e apenas a mudança de local dessas casas. Assim como nos jornais, muitos desses vereadores viam na prostituição algo danoso. Porém, apesar de estipularem prazos de 48 horas, passando para 72, depois um mês e após anos de discussões e polêmicas, apenas em 1982, conseguiu-se a retirada total das casas para um loteamento no Jardim Aeroporto.²³⁹

²³⁷ Entrevista realizada com dona Lydia Schultz pelo autor desta pesquisa.

²³⁸ Esses abaixo-assinados foram encaminhados respectivamente em 1969 a autoridade sanitária local o dr. Jésus Ribeiro Pires, em 1970 e 1971 ao Comando do Regimento militar local. Os títulos se referem especificamente a retirada e ao perigoso convívio moral que os moradores das redondezas tinham que encarar junto a um grupo de sujeitos como mendigos, prostitutas, bêbados e desocupados.

²³⁹ ASSIS, Eduardo Moreira. O.p.cit. p. 64-99.

Com a instalação da Estação Rodoviária na região já tão afamada de Baixo Meretrício, e também com a “retirada” gradual, durante o decorrer da década de 1970 dos cabarés para um bairro afastado a mais de cinco quilômetros do centro da cidade, o que diminuiu e muito o movimento dessas casas, é inegável afirmar que, com o grande vai-e-vem de pessoas, a Praça se tornaria um local bastante interessante na busca de clientela por parte das prostitutas:

“Eu trabalhei por anos aqui nas casas e quando eu soube que iam tirar daqui, fiquei desesperada [...] não sabia o que fazer, pra onde íamos e como ia dar conta de me sustentar? A casa que eu trabalhei foi uma das primeira a mudar pra longe do centro sabe? Fiquei lá por uns mês, mas não dava movimento, por causa da distância. De vez em quando ia uns rico, aqueles que tinha carro, mas não dava pra manter o mesmo nível. Cada vez ganhando menos decidi voltar pro centro só que não nas casa, porque tinha muita policia dando em cima. Eu ia de tardezinha na praça em frente a Rodoviária, porque lá dava muito movimento. Era gente demais de tudo lugar que você imaginava.”²⁴⁰

“[...] dava muito velho. E eu procurava esses porque era os cliente mais fácil de conseguir ali na praça, na época da rodoviária. Nas casas só dava riquinho, pai querendo iniciar o filho essas coisa. Na praça a gente tinha que pegar o que vinha entendeu? Não tinha essa de escolher, era questão de sobrevivência”²⁴¹

Na busca pela sobrevivência, a prática da prostituição teve que se adequar às configurações e regras da cidade que, impunham duras sanções. A falta de clientes das antigas casas levaram algumas mulheres às ruas, se expondo de maneira mais aberta a fim de conseguir clientes e dinheiro. Contudo, o que certamente o poder público não estava contando é que, sua atitude de segregação dos cabarés para um bairro afastado, contribuiria para o aumento de um “problema” muito maior no centro urbano da cidade devido a sua visibilidade: a “Prostituição de Rua”. Muitos bares e pensões localizados ao redor da Praça João Pinheiro, já citados em depoimentos de moradores aumentaram, serviam e ainda servem como “agenciadores de programas”.

²⁴⁰ Entrevista realizada em 23/04/2005, com Alexandra ex – prostituta de 55 anos, hoje residente em Pouso Alegre. É importante ressaltar que esses nomes são “pseudônimos” ou “nomes fantasia” adotados pelas entrevistadas, como condição fundamental para a realização das entrevistas. No total foram procuradas cinco ex-prostitutas para a gravação de depoimentos, indicadas por ex-clientes e conhecidos, porém apenas três se dispuseram a gravar suas experiências, mesmo sob essa condição. Por uma questão ética, resguardo a minha pessoa a identidade verdadeira dessas mulheres, bem como os locais que residem ou os locais que trabalhavam durante o meretrício.

²⁴¹ Entrevista realizada em 12/12/2004, com Verônica ex – prostituta de 56 anos, reside em Pouso Alegre.

Quando perguntadas do por que se prostituir, os motivos são múltiplos e também surpreendentes:

“Tudo começou no dia em que eu apanhei muito do meu marido [voz tremula]. E olha que eu era uma boa dona – de – casa e também uma boa mãe! Nunca ele havia aparentado ser violento, e não entendo porque, até hoje ele me machuca daquele jeito, deve se a manguaça que ele vivia. Nunca tinha feito nada daquilo que fiz, fiquei com tanto ódio que nada me faria mudar de idéia, nem meu filho. Fui embora da cidade onde eu vivia, pra evitá comentário das fuxiquera. Não demoro e eu comecei a me drogar, pra vê se ficava mais alegre, cherava cola, depois veio essas maconha né? Depois de tudo o que passei. Hoje não faço mais por causa da idade mas sempre mantive o sonho de casar, te uma família, mas ninguém qué uma veia,...[risada]!”²⁴²

Algumas questões podem ser analisadas através deste pequeno recorte. O recrutamento de mulheres a este fim tanto por cabarés, como na chamada “prostituição de rua” era feito em cidades menores, vizinhas a Pouso Alegre. Os vícios, as drogas, as bebidas e a violência física contra essas mulheres, são algumas características que acompanham sua trajetória de vida e, muitas vezes, ajudam na decisão de tomar esse rumo que marcam suas memórias, assim como o sonho de qualquer outra mulher de constituir uma família em moldes moralmente aceitos.

De acordo com o depoimento de Bárbara, também ex – prostituta, existem outros motivos que levam as mulheres a praticarem a prostituição:

“Eu não fazia só isso pra me sustentá não! Eu tinha um empreguinho numa fabriqueta de confecção. Eu sempre fui trabalhadeira, o problema é que eu engravidei muito cedo, tinha uns 15 anos, quando meu pai fico sabendo e me expulso de casa! Tentei procurá o rapaiz que fez meu filho, mas ele não quis nem sabe! Aí foi quando uma conhecida, vizinha minha, me disse tinha um negócio muito lucrativo no centro da cidade, que eu podia ganhá muito dinheiro! Entrei no ramo e era época da Rodoviária aqui então em um ou dois dia da semana que eu tirava pra faze isso [se prostituir] eu ganhava tudo os meus rendimento do mês da fabrica! Como eu não sou boba pra não ficar mau falada eu continuei trabalhandu nas duas coisas.”²⁴³

Como vemos muitas vezes, a noção de “curta temporalidade” nessa função de se “vender o corpo”, é muito comum na mentalidade dessas mulheres, assim como a noção de aquisição de uma quantidade monetária maior num curto espaço

²⁴² Entrevista realizada em 23/04/2005, com Alexandra ex – prostituta de 55 anos, hoje residente em Pouso Alegre.

²⁴³ Entrevista realizada em 25/02/2005, com Bárbara ex – prostituta de 52 anos, natural de Heliódora.

de tempo, paralelamente, a uma atividade profissional reconhecida legalmente e moralmente. O preconceito tanto dentro da família, como também, da sociedade em si de se engravidar ainda na adolescência, sendo reconhecida como mãe solteira, também as faz embrenhar por estes campos, tendo muitas vezes na ausência da famosa “pensão alimentícia” arcar com todas as despesas e obrigações.

Das três entrevistadas, duas delas afirmam que apesar da inconstância das ruas, era melhor trabalhar na Praça na época da Rodoviária, do que dever favores, dinheiro ou se endividar com cafetões e donas de casa que cada vez mais cobravam comissões.

Porém, não era tão simples quanto parece a vida das prostitutas. Havia regras “não ditas” se quisessem embrenhar nas ruas ou na Praça em busca de clientes. Tinham que viver uma espécie de vida dupla, na maioria dos casos, de dia como mulheres “comuns”, ao entardecer como prostitutas:

“geralmente, eu ia de tardezinha para lá [na praça]. Porque ficava menos exposta. Mas, durante o dia, quando tinha que fazer supermercado, ir a uma farmácia ou outro lugar público, vestia roupa normal. Uma calça normal, entendeu, naquela época era aquela boca-de-sino, então vestia aquilo, uma blusinha de manga cumprida, um sapatinho mais baxinho e ia. Eu tinha medo quando levava meu filho na escola. As vezes podia ter algum pai lá, era o mdeo de ser reconhecida. Tinha que ser duas pessoas numa só né?”²⁴⁴

“Pra trabalhar era diferente. Tinha que ser mais ousada, vestir roupa mais curta, mostrar o corpo, senão como ia conseguir cliente? Se fosse comportadinha igual as dona-de-casa não tinha graça! Agora, não podia sair usando aqueles vestido colorido pra rua, ou com aqueles decotes enormes, senão era pedir pra ser no mínimo rechaçada, motivo de gracinha de moleques, de fofoca das meninas e algumas vezes até prisão, então tinha todo esse cuidado pra sair.”²⁴⁵

Havia um cuidado todo especial por parte dessas mulheres. De um lado no modo de se vestir, andar. Viviam, uma duplicidade que no momento da entrevista parecia-lhes torturante, ter que ser “duas pessoas numa só”, tentar levar uma vida regrada, socialmente e moralmente correta e aceita era difícil. Tinham que se policiar constantemente para onde iam, a que horas iam e com quem andavam, conversavam ou conviviam, sempre assombradas pelo medo do reconhecimento público e seu conseqüente constrangimento.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ Entrevista realizada com Alexandra, ex-prostituta, pelo autor desta pesquisa.

As tensões entre o meretrício, a mendicância, os moradores das redondezas e da cidade e o poder público de Pouso Alegre, durante vários anos, ainda continua nos dias atuais, seja nas páginas de jornais, discussões e brigas constrangedoras nas ruas e calçadas quando há abordagens mais acintosas, mostrando que a Praça João Pinheiro sempre foi e certamente continuará sendo um local de lutas e disputas pelo seu uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa possibilitou uma reflexão e visão mais profunda acerca das diversas questões ressaltadas, principalmente, das mudanças ocorridas na cidade de Pouso Alegre e na Praça João Pinheiro, apesar de haver certas permanências que teimam reproduzir práticas, perspectivas e expectativas de pequenas parcelas da sociedade. Apesar de ser uma pesquisa iniciada na Graduação, mais precisamente em 2004, sua proposta passou longe de esgotar a temática e as questões que foram se colocando, ao longo de sua realização no Mestrado, pelo contrário, espero que elas possam suscitar, futuramente, novas e ricas reflexões acerca da cidade de Pouso Alegre e seu viver urbano.

Mais do que isso, foi possível enxergar facetas de uma cidade que sempre se propôs “grande”, moderna, através de visões e concepções muito específicas e delineadas que, na realidade, nunca chegaram a se concretizar plenamente. Visões estas que não percebiam o crescimento da cidade e as transformações dos espaços, enquanto agentes de mudança cultural e social, desestabilizadores de fronteiras que separavam territórios, constituindo outras perspectivas de pertencimento.

Ao coletar memórias de moradores e vizinhos mais antigos da Praça João Pinheiro foi possível perceber, no geral que, os referenciais construídos entorno dos espaços e práticas da cidade, foram ao longo dos anos, resultado da constituição de uma memória dominante. Memórias que para serem trabalhadas enquanto campos de lutas e disputas tiveram que ser desconstruídas, dentro de suas possibilidades, revelaram, a Praça não somente como espaço de exclusão, mas como território de sociabilidades diversas e complexas, local de descontração, identificação, controle e disciplinarização, dotado de regras, muitas vezes desconhecidas por grande parte da população.

Até meados do século XX, políticos, entre vereadores e Prefeitos, fazendeiros, advogados, médicos e odontologistas, considerados em Pouso Alegre como a ala “intelectualizada” da sociedade, tinham como ideal que, a cidade havia chegado atrasada na civilização.

Tentando conhecer o que havia e opinando sobre o que deveria ser os vários setores da cidade e seus moradores, é o objetivo maior do poder público de Pouso Alegre. Esse conhecimento se daria através estudos e intervenções que variavam entre exames médicos, a avaliação das condições dos locais de moradia e convivência, por parte de médicos e responsáveis no Parque Infantil, classificando hábitos de crianças e adultos, de parcelas bastante específicas da sociedade, com o discurso de amplitude e grandiosidade dos serviços prestados pelas instituições geridas pela Prefeitura.

Porém, na prática, ao recolher narrativas de pessoas que utilizaram os mencionados "benefícios", oferecidos pelo governo municipal, os tratamentos passavam longe do ideal, ou pelo menos daquilo que se propagava em jornais, sobre o alcance e qualidade que realmente tinham apesar dos depoentes reconhecerem a importância que essas instituições tiveram em sua época, no que tange o assistencialismo prestado.

Ao mesmo tempo, buscavam conhecer, inquirido, pesquisando e divulgando idéias e opiniões em jornais de circulação semanal. Ao opinarem, havia o sentido disciplinar das ações políticas e projetos que não conseguiam enxergar e conviver com as diferenças. Daí partiam as idéias corretivas de médicos e sanitaristas, por exemplo, tanto na época do Dispensário Infantil, como no Parque Infantil da Praça João Pinheiro. Suas ações eram calcadas num saber inspirado em métodos científicos da educação, da antropologia e também da Eugênia, teorias muito recorrentes durante as décadas de 1930 e 1940.

Quando moradores me explicaram o sentido das mudanças realizadas na Praça para eles, com base nos argumentos, apresentados aos moradores da cidade e vizinhos como razões que justificavam as medidas tomadas pelo poder público, uma vez que, nas explicações, acabam prevalecendo motivos que se vinculavam aos interesses dos grupos econômicos ali representados, com o objetivo de deixar sua marca na cidade, criando uma identidade baseada em acontecimentos e personalidades políticas e religiosas locais. Os impactos das intervenções serviram como ponto de partida para revisar e examinar a história oficial da cidade, seus meandros políticos.

Essas vozes apresentam concepções diferentes do espaço, da vida política da cidade e de como foram vivenciadas e sentidas as transformações impostas aos munícipes, nascendo daí a riqueza deste trabalho.

Retirar as casas de prostituição (campanha esta firmada desde o início da década de 1960), com intuito de moralizar o centro da cidade, dando espaço para que o meretrício avançasse na Praça, reafirma os significados que prevalecem sobre outros que certamente faziam parte das preocupações não só dos que trabalhavam naquele local, como também faziam dele território dos seus viveres cotidianos.

Nessa direção, os argumentos que predominaram durante toda a trajetória de transformações da Praça João Pinheiro - em 1908 quando da mudança de nome de Largo do Rosário e a transformação em Parque Municipal, em 1941 a retirada árvores e canteiros para a colocação de brinquedos, prédios, muros e portões do Parque Infantil, em 1969 o desmantelamento do Parque Infantil para a construção da Estação Rodoviária e da Prefeitura Municipal, e na década de 1990 o de mudar a Estação para desimpedir o trânsito - punham no esquecimento significados pertinentes a esses processos, pois retirar árvores, brinquedos, bancos, muros, portões, casas de prostituição dos arredores, entre outras coisas, implicou o deslocamento de diversas redes de relações que se constituíam nos modos de morar, trabalhar, de se divertir daqueles que viviam naquele lugar.

Vale lembrar que mais recentemente, entre os anos 2004 e 2006, a Praça João Pinheiro voltaria, após muitos anos sem projetos ou discussões às páginas de jornais, noticiários de tv e ao conhecimento do público sobre propostas e perspectivas de mudanças.

O primeiro deles, por volta do ano de 2004, visava retomar a Praça enquanto palco que abrigaria a sede dos poderes públicos locais, agora, do legislativo. Com projeto arquitetônico grandioso, veiculado nos noticiários de tv da região, a nova Câmara Municipal, justificada por grande parte dos vereadores como necessária, devido o aumento de funcionários, documentos, escritórios que já não eram comportados na, ainda, atual Câmara, seria construída no lugar da antiga Estação Rodoviária.

Após várias reclamações encabeçadas por jornais como “A Tribuna Pousoalegrense” e por vizinhos das redondezas, o projeto foi vetado pelo Executivo, até porque para a Prefeitura, a estrutura da antiga Estação Rodoviária servia para abrigar alguns de seus Departamentos como o de Obras e Infra-Estrutura, sem a necessidade de gastos para a construção de novas sedes, demolição e mão-de-obra

operária, além do que, com a destruição da Rodoviária *“descaracterizaria novamente a região da Praça, tendo como referência a antiga Estação”*.

Outro projeto recente que causou muita discussão, levantando dúvidas quanto a sua pertinência na Praça, mais especificamente de frente a um colégio de educação infantil, foi a construção de um sanitário público. Discussão essa, levantada novamente pelo jornal “A Tribuna Pousoalegrense” que desde o seu primeiro número, se mostra opositor dos poderes públicos, divulgando reclamações, cobrando providências, veiculando o que foi prometido e aquilo que vem sendo feito sempre de maneira irônica. Neste jornal de circulação semanal, por diversas vezes, a questão do “Banheiro público” foi motivo de questionamentos. Colocada em cheque a quem se destinaria tal obra, o quanto seria gasto e sua relevância na Praça João Pinheiro, a discussão abriu caminhos para a descoberta de inúmeras incoerências da administração do Prefeito Jair Siqueira.

Oficialmente divulgado com valor estimado da por volta de 19.000 reais pela Prefeitura, o jornal apurou que, na realidade foram gastos mais de 50.000. As suspeitas sobre a relevância da obra e sua utilização são confirmadas por qualquer um que queira ir até a Praça João Pinheiro. Apesar de não ser o pivô da cassação do mandato do Prefeito Jair Siqueira, a super-faturação dos sanitários da Praça foi o primeiro indicio que levou o Ministério Público e a Câmara Municipal a investigarem as incoerências financeiras de sua administração. Em pouco mais de um ano, os banheiros estão apedrejados, as paredes pichadas, janelas quebradas e portas amassadas. Por inúmeras vezes desde sua inauguração, pude pessoalmente conferir na praça o funcionamento desses sanitários, os quais nunca estavam abertos para uso e tampouco contavam com uma vigilância prometida pela Prefeitura para aquela estrutura.

Motivo de reclamações de vizinhos e freqüentadores da Praça, durante conversas informais, alguns emitiam suas opiniões sobre os sanitários que atraíram um número maior de “mendigos e desocupados que viram ali uma brigada confortável”. Essa opinião lembra muito, aquelas veiculadas em jornais como “O Linguarudo” durante a década de 1960, onde a presença de mendigos se misturava a incomoda presença de prostitutas.

Desde então, a Praça João Pinheiro apareceu associada a todo um esteriótipo de vadiagem como um local cheio de incertezas, figurando nas colunas policiais como local inconstante e seus arredores como lugares de constantes

batidas policiais para impedir a prática da prostituição em bares e pensões, o apaziguamento de brigas e a apreensão, uso e tráfico de drogas.

Projetos como o “Domingo na Praça” que já se extinguiu, e o “Quarta no Parque”, são medidas tomadas na tentativa pelos poderes públicos que visam “melhorar a imagem da praça” e atrair novamente a população para seu uso.²⁴⁶

Eu mesmo moro num bairro que fica a mais de três quilômetros do centro de Pouso Alegre e digo que aqui, tanto quanto em outros bairros da cidade não há praças ou outras estruturas que visem usos plurais como quadras esportivas, espaços para ciclismo e caminhadas (práticas que têm muitos adeptos na cidade), espaços de aprendizado e divulgação de danças, musicais e práticas esportivas como o skate, a patinação, entre outras coisas. Isso faz com que os moradores desses bairros procurem lugares mais amplos que têm pouco ou nenhum uso.

A estes sujeitos a Praça João Pinheiro ganhou uma funcionalidade, não aquelas ligadas propriamente à infância ou ao transporte de ônibus, mas novas práticas, principalmente ligadas à cultura jovem como o skate e o hip-hop. Práticas estas que parecem não ser compreendidas pela administração pública, não atuando com projetos e políticas que visam privilegia-las nos locais de origem, ou seja, nos bairros e também, no centro da cidade.

Para os administradores locais, as palavras revitalizar, transformar, modificar significam vida, mas vida nova, que só poderia surgir da eliminação do que parecia ser sinais de atraso, incomodo e degradação de práticas que agridem certos setores e suas concepções em relação ao “progresso”.

Os jogos de interesses na política local permitem entender os motivos das escolhas feitas pelos administradores seus companheiros e aliados. As revitalizações da Praça foram escolhidas como projetos a serem executados. No entanto, em vários bairros da cidade, os moradores que raramente fazem uso da praça, a não ser nos eventos programados para divulgar as obras e seus criadores, estão diariamente sem condições básicas de infra-estrutura como saúde, educação, atividades esportivas, culturais e de lazer. Os gastos das inúmeras construções e demolições realizadas na Praça João Pinheiro, durante o decorrer dos anos, escolheram os cidadãos que deveriam ser “contemplados”. Por que não aproveitar as estruturas já existentes na praça ao invés de se planejar a demolição e

²⁴⁶ Versão essa defendida pela própria Secretaria de Cultura que veicula essa visão no site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre.

construção de outros projetos, na maioria das vezes, totalmente diferentes daquilo que havia anteriormente?

Esta e outras perguntas ficam, porém a Praça que estudei é bem diferente daquela que eu conheci ainda criança. Hoje sem bancos, chafarizes em funcionamento e em alguns períodos do dia sem pessoas, as experiências que ouvi, gravei e analisei também mudaram. Hoje, vejo e ouço pessoas falando de uma praça como local de passagem, não como local de convívio.

O medo de ser abordado ou o constrangimento, como diz o senhor Saulo Jéssus Salles por “meninas querendo fazer um programa ou por alguns que dizem: - ô, tio me dá um real! Não me dá mais vontade de freqüentar aquela praça, pelo tipo de convívio que a gente tem que lidar hoje, não é mais sádio”. Como ressalta dona Lydia Schultz: “a gente usa aquela praça agora para cortar caminho até o banco, para ir até a Prefeitura, mas não dá mais vontade de sentar e ficar lá, entende? Tem gente que se arrisca a fazer uma caminhada, dar umas voltas, mas eu não sei, posso ser roubada, pode chegar uns pinguços e me abordar e ai?”, ainda são obstáculos, resquícios criados através de uma memória que foi se cristalizando ao longo dos anos por jornais, leis, intervenções militares e policiais, naquele espaço da cidade.

Pouso Alegre cresceu e seus espaços foram modificados para os lados que interessavam aos governantes, que fizeram (e ainda fazem) com que os interesses de toda uma cidade fossem ou permanecessem reduzidos às suas próprias conveniências. Assim, poderia dizer que “eles” eram aqueles que, em suas práticas de poder, há muito se diferenciavam nos processos que mudaram a vida urbana.

Fontes Consultadas:

a) Prefeitura Municipal de Pouso Alegre:

Pastas do Setor de Patrimônio “Bens Imóveis”.

Inventário com Registros diversos de bens patrimoniais da Prefeitura municipal de Pouso Alegre, 1940.

- Documentos Diversos:

- Livro de Concessão para o exercício de funções (1942-1952)

b) Arquivo do Estado de São Paulo:

Revista do Arquivo do Estado(1938-40).

c) Arquivo do Museu Municipal de Pouso Alegre:

- Jornais:

- “O Linguarudo”-1938-1971.
- “O Município”-1938-1948.
- “A Cidade”-1948-1949
- “O Jornal de Pouso Alegre”-1967-1968.
- “A Folha”-1969-1975.

- Documentos Diversos:

- Fotografia de Praças, Escolas e instituições de Saúde do Município (1908-1918).
- Atas de Sessões da Câmara (1912-1917)
- Atas de Sessões da Câmara (1922-1938)
- Atas de Sessões da Câmara (1951-1961)
- Atas de Sessões da Câmara(1961-1969)

d) Memorialistas

- GOUVÊA, Octávio Miranda. *A História de Pouso Alegre*. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2004, 2ª Ed.
- OLIVEIRA, Jaime Marques de. *Dans Le Parc*. In: *Gazeta de Pouso Alegre*, 17 de setembro de 1922.
- QUEIROZ, Amadeu. *Dos 7 aos 77 Recordações e Comentários 1880/1950*. São Paulo: Editora Cupulo, 1956.
- TOLEDO, Alvarina Amaral de Oliveira. *Um História Que Já Vai Longe...*Niterói: Gráfica Falcão, 1997.
- REZENDE, Manoel Coutinho. *Eu, minha terra e minha gente O Pouso Alegre Das Trilhas Dos Faisicadores*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1991.

e) Acervo Particular Prof. Rubens Barros Laraia.

- Fontes Iconográficas

f)Entrevistas e narrativas orais:

Alexandra. Ex- prostituta de 57 anos, natural de Borda da Mata, hoje residente em Pouso Alegre, entrevista realizada em 23/04/2005;

Bárbara. Ex- prostituta de 59 anos, natural de Heliadora, hoje reside no bairro São Cristóvão em Pouso Alegre, entrevista realizada em 25/02/2005;

Benedito Mateus de Melo, 70 anos, tendo como profissão Celeiro, sendo amigo de muitos charreteiros que entre outras pessoas levavam as prostitutas aos seus passeios. Além disso foi freqüentador da zona de baixo-meretrício e durante a infância freqüentou muito o Parque Infantil “João da Silva”. Entrevista realizada em fevereiro de 2007;

Denaide Teixeira Alves de 87 anos. Natural de Silvianópolis e professora de piano aposentada, residiu por muitos anos próxima a Praça João Pinheiro. Entrevista realizada em 25/02/2005;

José Heleno Magalhães. Tem 58 anos, natural de Pouso Alegre, comerciante e residente próximo a Praça João Pinheiro. Entrevista realizada em 25/05/2004;

Juscelina Coutinho Rezende, reside próxima a Praça João Pinheiro desde seu nascimento a 69 anos atrás. Sempre se mostrou uma mulher muito ligada a família, uma das mais tradicionais da cidade, assim como a religiosidade católica. Estudou e se formou no regime de internato no colégio Santa Dorotéia, permanecendo solteira e sem herdeiros até os dias atuais. Entrevista realizada em 13/12/2006.

Lydia Schultz é vizinha da praça João Pinheiro desde sua chegada da Alemanha em meados do século passado. Seu genro Frederico Schultz, logo abriu um estabelecimento comercial, uma padaria ao lado do Parque, um dos poucos que haviam na época, o qual passou ao domínio de dona Lydia depois de seu falecimento. Era um dos poucos lugares em Pouso Alegre que comercializava o pão, talvez o mais tradicional. Mãe de 3 filhos, viúva e aos 90 anos de idade, reside hoje na rua Tiradentes, paralela a Praça.

Mário César Barbosa Ribeiro tem 56 anos é natural de Pouso Alegre, casado pela segunda vez e pai de quatro filhos, durante a infância e juventude residia nos arredores da praça João Pinheiro, onde sua mãe mantinha um pequeno salão de beleza freqüentado por prostitutas, as quais segundo ele eram auxiliadas em vários sentidos por sua falecida mãe. Entrevista realizada em 05/01/2007.

Magali Aparecida Castro Costa tem 52 anos é natural de Pouso Alegre. Mãe de 2 filhas, casada, trilhou o mesmo caminho que o seu pai na docência, apesar de atuar numa área diferente. Além de professora do ensino médio e fundamental na rede estadual, leciona nos cursos de pedagogia, letras, história e biologia da universidade local em período noturno. Entrevista realizada em 08/09/2004

Mário de Oliveira é viúvo e tem 65 anos. Pai de dois filhos e militar reformado é um dos vizinhos mais antigos da Praça João Pinheiro, nascendo, crescendo e residindo até os dias atuais nas proximidades. Entrevista realizada em 17/01/2007.

Milton Reis tem 77 anos, se elegeu deputado estadual por dois mandatos e depois Deputado Federal por cinco mandatos. Para galgar seus degraus na política local, um dos caminhos utilizados além do contato com a imprensa e com a elite intelectual e econômica de Pouso Alegre, fundou uma Agremiação Esportiva na época do Parque Infantil a A.M.E(Associação da Mocidade Esportiva), de caráter extremamente seletiva. Entrevista realizada em 13/01/2007;

Moacyr Honorato Reis, tinha 77 anos ao realizar sua entrevista em 07/01/2007. Conhecido na cidade como “Moacyr Bocudo” tinha uma vida ligada na juventude a boêmia, às brigas e aos artigos polêmicos que escrevia em jornais acerca de temáticas como a religião e a política. Era conhecido com o grande “cafetão” da cidade, vivia e defendia as prostitutas da zona local. Teve dois filhos adotivos e recentemente descobriu uma filha biológica. Trabalhou por muitos anos como barbeiro na antiga Estação Rodoviária na praça João Pinheiro.

Rubens Barros Laraia, 60 anos. Natural de Pouso Alegre é formado em Direito, História e Pós-graduado em História. Atualmente é professor na Universidade do Vale do Sapucaí. Entrevista realizada em 08/ 09/ 2005;

Rubens Rezende de Paiva. Comerciante, tem 73 anos, trabalhou por muitos anos junto ao pai que era administrador do Parque Infantil. Entrevista realizada em 06/06/2005;

Saulo Jésus Salles. Natural de Pouso Alegre e residente próximo a Praça João Pinheiro por muitos anos. Aposentado como professor e contador. Entrevista realizada em 03/06/2004.

Verônica. Ex-prostituta de 61 anos de idade, natural de Silvianópolis, hoje reside em sua cidade natal. Entrevista realizada no dia 12/12/2004.

Vitor Roberto de Chagas tem 52 anos. Casado, pai de dois filhos, hoje reside na região central da cidade, graças a sua aposentadoria como militar reformado. Antes trabalhou numa banca de jornais na Estação Rodoviária, localizada na praça João Pinheiro em 1969. Atuou no Exército durante as décadas de 1970/80. Porém, na sua infância, viveu e conviveu com as dificuldades e a discriminação impostas pela sociedade pouso-alegrense ao bairro São Geraldo (também conhecido como Aterrado).

Referências Bibliográficas:

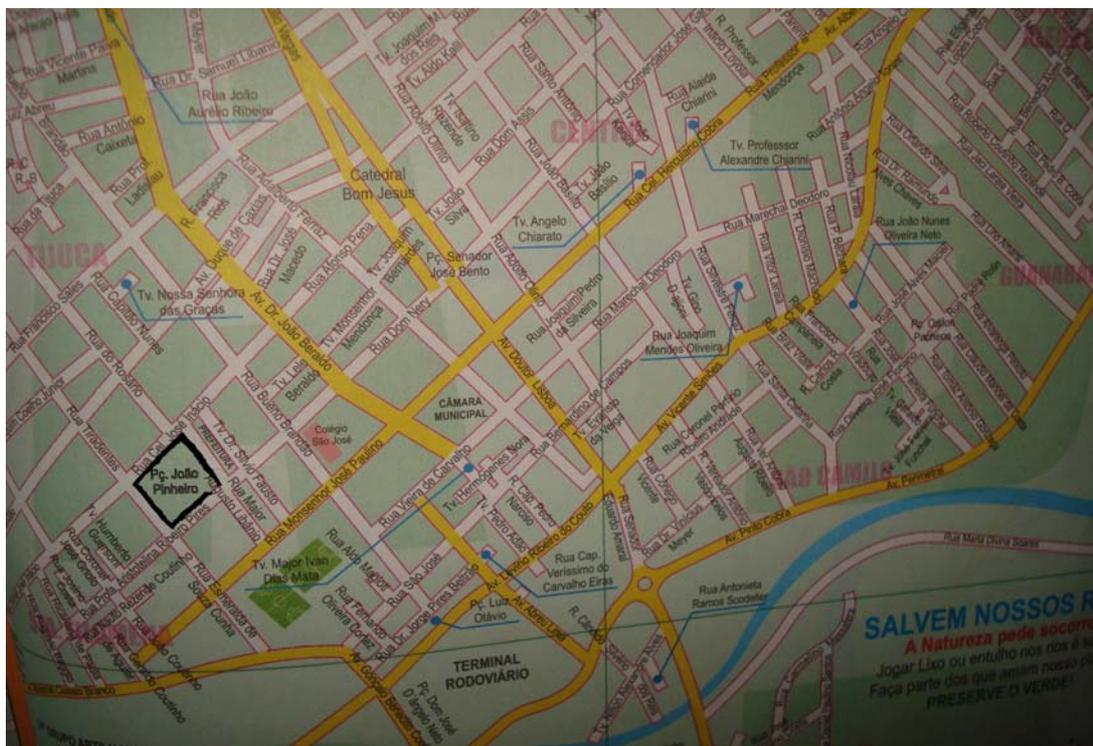
- AIRES, Phillipe. *História Social da criança e da família*. RJ: Editora Guanabara, 1978.
- ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistanas*. Campinas: Imprensa Oficial, 2000.
- BENJAMIM, Walter. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Sammus, 1984.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade, lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
- BRITES, Olga. *Imagens da Infância- São Paulo e Rio de Janeiro, 1930/1950*. PUC-SP: Tese de Doutorado em História Social, 1999.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 1 Artes de Fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2000. 5.^a edição.
- CHARTIER, Roger. *O Mundo como representação*. Texto publicado originalmente Revista Annales (Nov-Dez 1989 n.º06 pp 1505-1520). Estudos Avançados 5/11 Janeiro/Abril 1991 Volume 5 n.º 11 Universidade de São Paulo.
- CHAUÍ, Marilena. *Política Cultural, Cultura e Patrimônio Histórico*. In: O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, DPH, 1982.
- DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs). *Revolução Impressa*. A Imprensa na França 1775-1800. SP: Edusp.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. SP: Brasiliense, 1995.
- ELIADE, Mircea. In: *O Sagrado e o Profano: A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FAORO, Raymundo. *A questão Nacional: a Modernização*. Revista Estudos Avançados Volume 6, n.º 14 São Paulo: Janeiro/Abril de 1992.
- FENELON, Déa. (org) *Muitas Memórias, outras Histórias*. SP: Olho D'Água, 2003.
- FERREIRA, Marieta Moraes, AMADO, Janaína (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- FOCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Org, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. RJ: Edições Graal, 2006. 22.^a edição
- FOCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2000. 23.^a edição.
- HALL, Stuart. *Notas sobre a desconstrução do popular*. Liv Sovik (org); trad. Adelaine La

- Guardia Resende et al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HOBBSAWN, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MACEDO, Silvio Soares. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2002.
- NEDER, Gizlene. *Cidade, Identidade e Exclusão Social*. Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997.
- NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *Parques Infantis de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2002.
- PEREIRA, Mirna Busse. *Cultura e Cidade: Prática E Política Cultural na São Paulo do Século XX*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, Tese de doutoramento em História Social, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. *Formas e significados na História oral: a pesquisa como um experimento em igualdade*. Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Departamento de História, PUC-SP, n. 14, p. 7-24, 1997.
- _____. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Departamento de História, PUC-SP, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.
- RIBEIRO, Antonieta Jaci Machado. *Posição e Oposição: A Praça*. Estudo semiótico da praça enquanto texto da cultura. Mestrado em Comunicação e Semiótica. PUC-SP, 1992.
- RICOEUR, Paul. *A crítica e a convicção*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- ROLNICK, Raquel. e NAKANO, Kazuo. *Velhas questões, novos desafios*. Cadernos Lê Monde Diplomatique, Revista do Instituto Pólis, São Paulo. Edição Especial, n. 2, p. 20– 33, jan. 2001.
- SAMUEL, Raphael. *Documentação: História local e História oral*. Revista Brasileira de História, Publicação da ANPUH, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, set. 1989-fev. 1990.
- SARLO, Beatriz. “Um Olhar Político em Defesa do Patrimônio na arte”. In: *Paisagens Imaginárias: intelectuais e meios de comunicação*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- SENNET, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SONTAG, Susana. *A Doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *A Formação da Classe Operária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, E.P. *COSTUMES EM COMUM*. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

ANEXOS



Localização de Pouso Alegre, em relação a outras cidades do Sul de Minas Gerais e Estados como São Paulo e Rio de Janeiro. A distância aproximada entre Pouso Alegre e São Paulo é de apenas 200 km, enquanto que Rio de Janeiro.



Localização da Praça João Pinheiro (em destaque) na malha urbana de Pouso Alegre. Note a proximidade entre as ruas Tiradentes, Rosário, Joaquim Coelho Júnior e Francisco Sales que até a década de 1980, abrigavam casas de prostituição.